



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SERINGUEIROS BRASILEIROS E SUAS TRAVESSIAS PARA A BOLÍVIA: A
FORMAÇÃO DE NOVOS MODOS DE VIDA NUM ESPAÇO DE LITÍGIOS (1970 –
1995).

JOSÉ SÁVIO DA COSTA MAIA

RECIFE – 2002



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

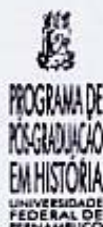
SERINGUEIROS BRASILEIROS E SUAS TRAVESSIAS PARA A BOLÍVIA: A
FORMAÇÃO DE NOVOS MODOS DE VIDA NUM ESPAÇO DE LITÍGIOS (1970 –
1995).

JOSÉ SÁVIO DA COSTA MAIA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História do Brasil.

Orientador: Professor Dr. Carlos Alberto Miranda

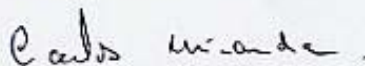
Recife – PE
2002



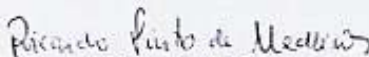
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO JOSÉ SÁVIO DA COSTA MAIA

Às 9:00 do dia 04 (quatro) de abril de 2002 (dois mil e dois), no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno *José Sávio da Costa Maia* intitulada: ***"SERINGUEIROS BRASILEIROS E SUAS TRAVESSIAS PARA A BOLÍVIA: a formação de novos modos de vida num espaço de litígios (1970-1995)"*** em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **"APROVADO"** em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: *Carlos Alberto Cunha Miranda (orientador)*, *Ricardo Pinto de Medeiros* e *Geraldo Barroso Filho*. Assinam também a presente ata a Coordenadora, Profª Maria do Socorro Ferraz Barbosa e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

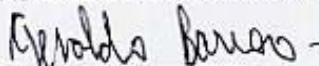
Recife, 04 de abril de 2002



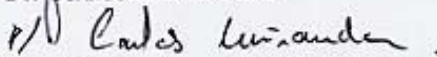
Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda



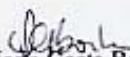
Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros



Prof. Dr. Geraldo Barroso Filho



Profª Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa



Luciane Costa Borba

Aos meus pais, José Augusto Maia (in memoriam) e Anézia Rodrigues da Costa maia, que mesmo na solidão dos seringais, não mediram esforços para que seus filhos estudassem e tivessem uma vida digna ética e moralmente ancorada em seus exemplos.

A todos os seringueiros, castanheiros e pequenos produtores, que na simplicidade de suas falas me propiciaram muitas formas de enxergar as mudanças em que estão enredados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ SÁVIO DA COSTA MAIA

SERINGUEIROS BRASILEIROS E SUAS TRAVESSIAS PARA A BOLÍVIA: A
FORMAÇÃO DE NOVOS MODOS DE VIDA NUM ESPAÇO DE LITÍGIOS (1970 –
1995).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Área de
Concentração: História do Brasil.

Aprovada em: 04 de abril de 2002

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

Prof. Dr. Geraldo Barroso Filho

Recife – PE

2002

RESUMO

As transformações sócio-culturais, políticas e econômicas em que o Brasil estava enredado nas décadas de setenta e oitenta, produziram significativas mudanças nos modos de vida engendrados pelos brasileiros que habitavam e habitam as linhas de fronteira com a Bolívia. Nas áreas de limite entre os municípios acreanos de Brasiléia, Xapuri, Epitaciolândia e Assis Brasil com o Departamento de Pando – Bolívia, onde está centrado o foco deste trabalho, é possível identificar que os principais atingidos foram os seringueiros e castanheiros que ocupavam aquela faixa territorial. Nosso objetivo, portanto, será apresentar como os diversos sujeitos envolvidos nessas mudanças as perceberam e interagiram com elas. Como o homem seringueiro e também o castanheiro ultrapassaram às fronteiras espacial, política, cultural e econômica. Como se deram os choques com as novas estruturas que emergiram em sua paisagem, suas relações com os novos agentes externos que passaram a influenciar suas decisões e, principalmente, como as ausências do Estado foram paulatinamente sendo preenchidas por uma presença opressora constante. Tentamos demonstrar que as travessias dos seringueiros e castanheiros para dentro e fora do território boliviano, bem como as novas formas de cativeiro da terra estiveram nesse período funcionado como continuidade de uma política de exclusão que obedece à lógica do latifúndio. Os depoimentos dos seringueiros e castanheiros, sindicalistas, religiosos, militantes de esquerda e agentes das Ongs, em confronto com os grandes projetos pensados pelos governos e elites dominantes nos permitem reconhecer uma fronteira indefinida, não mensurável, inconclusa e mesmo assim, fecunda que teima em afirmar a necessidade de novas buscas, novos paradigmas. Esse estudo é apenas um instante desse longo tempo que ora, atravessamos.

PALAVRAS CHAVES: Seringueiros, castanheiros, fronteiras, sindicatos, Igreja Católica, Ongs, território, Bolívia.

ABSTRACT

The socio-cultural, political and economic transformations affecting Brazil in the decades of 1970 and 1980 provoked significant changes in the ways of living engendered by the Brazilian inhabitants of Brazil-Bolivia frontier. In the bordering areas of the Brazilian municipalities of Brasiléia, Xapuri, Epitaciolândia and Assis Brasil with the Bolivian Department of Pando, where this work centers itself, it is possible to verify that the rubber tappers and brazil nut collectors were the most affected inhabitants. My aim is to show how the subjects undergoing those changes perceived and interacted with them, namely, how they went beyond spatial, political, cultural and economic frontiers; how they struggle with the new structures coming into their living scenario; how they relate with the external agents who now influence their decisions; and mainly how the absence of the State authority made room for the slow but constant growing of oppression. Also, I seek to demonstrate that the frequent coming into and out of the Bolivian territory by rubber tappers and brazil nut collectors as well as the new ways of land slavery functioned as the continuation of a policy of exclusion based on latifundium logic. The reports by rubber tappers, nut collectors, unionists, religious people, leftist militants and NGO agents, when confronted with the tenets in the big development programs proposed by the governors and the power élite, lead to the recognition of a frontier not defined, not measurable, unfinished, but nonetheless fecund, which cries for new searches and new paradigms. This study is but an instant of this long time we are now moving through.

KEY WORDS: rubber tappers, brazil nut collectors, frontiers, union, Catholic Church, NGO's, territory, Bolivia.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	01
 CAPÍTULO I – O ESPAÇO, A FRONTEIRA E O HOMEM SERINGUEIRO.....	 15
1.1. Ser seringueiro ou estar seringueiro: as mutações espaciais e os relacionamentos sócio-culturais.....	15
1.2. Outro país: ambientes de redenção ou refúgio?.....	30
1.3. Fronteiras: geográficas, humanas e sócio-econômicas.....	36
 CAPÍTULO II – O PODER DESTERRITORIALIZADO: CHOQUES E ENCONTROS CULTURAIS NA FORMAÇÃO DA NOVA CADEIA REPRODUTIVA.....	 38
2.1. A ordem não tem pátria: a permanência na obediência?.....	38
2.2. O outro também está só: a recusa das semelhanças.....	45
2.3. Reestilizando a solidão: a religião, os sindicatos, os partidos de esquerda e as Ongs.....	54
2.4. A participação das Organizações Não Governamentais.....	69
 3. CAPÍTULO III - ENQUANTO A MODERNIDADE E A NAÇÃO NÃO CHEGAM.....	 78
3.1 Da ausência não sentida à presença opressora.....	78
3.2. Os conflitos entre os residentes e os não residentes: a permeabilidade da exclusão.....	88
3.3. Os residentes resistentes e os conflitos com os ex-residentes retornados da Bolívia.....	92
3. 4. As articulações dos ex-residentes em busca de seus direitos.....	98
3.5. As ações das autoridades bolivianas para disciplinar a ocupação da área de fronteira.....	104

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
BIBLIOGRAFIA.....	114
PERIÓDICOS.....	118
DOCUMENTAÇÃO ORAL – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUE TIVERAM SEUS DEPOIMENTOS USADOS NA ESCRITA DA DISSERTAÇÃO.....	119
OUTRAS PUBLICAÇÕES.....	120

AGRADECIMENTOS:

Ao Professor Dr. Carlos Alberto Miranda, meu orientador, que desde o primeiro contato me incentivou a desenvolver o trabalho firmando uma enorme confiança em meu projeto.

Ao Professor Manuel Ribeiro e família, pelo apoio quando da minha estada em Recife.

À professora Nancy Neiza W. Miranda e seus filhos Andréa e Marcelo pelos bons momentos que me propiciaram com suas agradáveis companhias e pelo apoio irrecompensáveis.

Aos colegas professores Domingos José, Francisco Pereira, Francisco Nepomuceno, Rosana Oliveira e Tânia Mara pela proveitosa convivência acadêmica e social em que nos envolvemos na cidade de Recife durante o estágio obrigatório cumprido na UFPE.

Ao professor Dr. Vicente Cruz Cerqueira pela contribuição na elaboração do abstract.

SERINGUEIROS BRASILEIROS E SUAS TRAVESSIAS PARA A BOLÍVIA: A FORMAÇÃO DE NOVOS MODOS DE VIDA NUM ESPAÇO DE LITÍGIOS (1970 – 1995).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A realização deste trabalho representa a busca de melhor compreensão dos fatos que, nas décadas de setenta, oitenta e até meados da década de noventa, contribuíram para promover mudanças substanciais, no que diz respeito às formações sociais das populações que habitavam e habitam as florestas de uma das partes mais ocidental do Brasil, particularmente, os denominados seringueiros¹, que se esgueiram entre a ainda densa vegetação das linhas fronteiriças entre o Brasil e a Bolívia, na confluência dos municípios de Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, no Estado do Acre e Cobija, no Departamento de Pando, Bolívia. Região historicamente marcada pela existência de conflitos, controvérsias e contraditoriedades.

Mesmo não sendo objeto principal de enfoque deste trabalho, é necessário registrar que os conflitos supramencionados remontam o período de ocupação (meados do século XIX). Ocorrem desde as primeiras incursões de homens brancos que singravam as águas dos caudalosos rios que cortam a região. Nesse primeiro momento, as escaramuças se deram entre esses brancos e as mais variadas etnias indígenas que ocupavam o mesmo espaço geo-ambiental. Mas, elas não cessaram com o passar do tempo e, simplesmente, foram ampliando-se e envolvendo outros agentes que passaram a disputar interesses geopolíticos estratégicos. Após a descoberta das riquezas existentes na floresta, como o látex e as drogas do sertão, dentre outras, brasileiros, bolivianos e, logo depois, norte-americanos, também passam a fazer parte dessa cena conflituosa.

¹ - SERINGUEIROS – é uma denominação genérica usada desde o início do século XX, para caracterizar os trabalhadores que viviam da extração do látex da seringueira (*hévea brasiliensis*), matéria prima usada na fabricação da borracha natural. Como a árvore é conhecida popularmente como seringueira, os homens que labutam no seu manejo passaram a ser chamados de seringueiros (as). Essa denominação era comum até mesmo para os trabalhadores que, embora não atuassem diretamente no corte da seringa, interagiam com esses trabalhadores, tais como, caçadores, castanheiros, mateiros, etc.

Os elementos distintos dessa região são a permanência geo-ambiental e as mutações socioculturais. A permanência do espaço, da vegetação, da indefinição fronteiriça no sentido limitante, convivendo com os deslocamentos humanos. O homem que vive na fronteira geopolítica, na fronteira física, é o mesmo que atravessa a fronteira humana do reconhecimento ou desconhecimento da alteridade e da representação do outro e, até mesmo, do seu símbolo pátrio.

No primeiro capítulo apresentamos a discussão que existe em torno da compreensão de espaço, seu sentido sociocultural, político, econômico e sua ambiência nacional. O significado do que é nacional e do que é ser estrangeiro, pois como observa Alistair Hennessy (Apud. MARTINS, 1997, p. 147) as sociedades latino-americanas ainda estão no estágio de fronteira. Ainda se encontram naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente ocupadas”. Sendo a Amazônia brasileira a “última fronteira terrestre que desafia a tecnologia moderna”, como afirma Posey. (Apud. MARTINS, 1997).

Nesse contexto, verifica-se que a fronteira torna-se um ambiente profundamente caracterizado por sua ambivalência, onde são possíveis o encontro e o desencontro. Por envolver índios e civilizados; grandes proprietários de terras e trabalhadores sem terras; grileiros e posseiros; Ongs; governos e sindicatos, enfim, uma gama de tensões e conflitos, de articulações e possibilidades, onde seu encantamento reside no desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 1997).

No caso do seringueiro, a fronteira se estabelece no seu próprio ser, pois mesmo que o termo seringueiro seja utilizado na nossa historiografia como uma categoria homogênea, fundadora de um estereótipo cultural praticamente imutável, de caráter quase genético, como sendo seres naturais imbuídos de identidade particular, o ser seringueiro que consigo apreender é caracterizado pela mobilidade, pela flexibilidade e pela porosidade. O estar seringueiro geralmente suscita a imagem do não ser seringueiro, ou ainda, a negação de ter sido seringueiro. Tudo isso interagindo, formando situações complexas e contraditórias. Na cidade, é preciso negar o ser e o ter sido seringueiro, para garantir articulações com os fazeres urbanos. Porém, mais tarde, é preciso afirmá-lo, para

garantir aposentadoria do FUNRURAL ou, como soldado da borracha²³ ou negá-lo, novamente, para não ser estereotipado como representação do atraso, da inoperância, da preguiça, da degenerescência física, moral e estética. Na reserva extrativista é preciso reafirmá-lo, refazendo todo um círculo, para garantir espaço no outro modo de vida que começa a se construir.

O espaço fronteiriço é, portanto, portador de ambivalências humanas, de transições geográficas, de transições interior e exterior, no sentido nacional e transição dos fluxos e dos fixos dos espaços internos e externos no sentido da história. Milton Santos (1997, p. 05), diz que:

A história é sem fim, está sempre se refazendo. Pois como sabemos um resultado hoje é também um processo que amanhã vai tornar-se outra situação e toda situação é do ponto de vista estático um resultado, e do ponto de vista dinâmico, um processo. Numa situação em movimento, os atores não têm o mesmo ritmo, movem-se segundo ritmos adversos. Portanto, se tomarmos apenas o momento, perdemos a noção do todo em movimento. Os cortes do tempo nos dão situações em um determinado momento. Não captam o movimento, são apenas uma fotografia. Já o movimento é diacrônico, e sem isso não há história. Não haveria dialética se o movimento dos elementos se desse de maneira sincrônica.

No plano das relações de trabalho, o fazer do seringueiro estava relacionado ao extrativismo de subsistência, onde a escala comercial dos produtos obtidos na floresta visava, unicamente, garantir seu sustento e de sua família. Todavia, as necessidades geradas em seu relacionamento com as cidades impõem outros fazeres, como, por exemplo, vender sua força de trabalho à extração de madeiras, mesmo que em pequena escala, com o intuito de vendas para adquirir com mais facilidade os produtos da cidade, ou tornar-se peão de derrubada, vendendo sua força de trabalho para as grandes madeireiras, estas com o intuito de vendas para os grandes mercados do sul do país e para a exportação. Tudo isso funciona

²³ - SOLDADOS DA BORRACHA – é uma denominação usada para identificar os trabalhadores nordestinos, que foram recrutados para atuar no corte da seringa na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial. Com o intuito de motivar os jovens nordestinos ao deslocamento, o governo e os recrutadores civis proclamavam que eles estariam em uma das mais importantes frentes de batalha, produzindo um material estratégico, necessário para o êxito dos aliados.

para o seringueiro como apenas mais um mecanismo de obtenção de recursos extra, que lhe permite a aquisição de novos objetos de uso e consumo, impostos pela propaganda, pela necessidade, e, até mesmo como forma de demonstrar elevação na situação social, em relação a seus vizinhos, resultando em um quadro de difícil equilíbrio, tendo em vista que o desmatamento desestrutura sua forma tradicional de sobrevivência. A agravante nessa situação é que o seringueiro entra nessa nova atividade, apenas como mão de obra barata, isto é, como peão de derrubada. Trabalho que não lhe permite usufruir os rendimentos provenientes da atividade desenvolvida.

Contudo, essas novas necessidades contribuem para engendrar uma transformação do homem e do espaço que ali interagem. A madeira, a borracha e a castanha são necessidades de sociedades que vivem fora do seu ambiente, no seu e em outros países, transformando o seu trabalho, que antes era circunscrito à sua territorialidade, em um trabalho que o torna articulado com o mundo global, criando a perspectiva da circularidade de sua produção e, também, do consumo de produtos industrializados. Não quero afirmar que o seringueiro, pelo simples fato de contribuir com um produto para o mercado globalizado, compreenda seu funcionamento, pois estou ciente da distância que o separa culturalmente desse outro ambiente, no entanto, levanto a possibilidade da conveniência de afirmação da existência de um sistema global, que o incorpora. Falo de sistema apoiado na concepção conferida por Bosi (1996), quando ele assevera ser o sistema uma totalidade articulada objetivamente.

No segundo capítulo o enfoque na desterritorialização ganha destaque, porque nos ajuda a compreender os processos de construção e desconstrução de sonhos, desejos, fantasias, esperanças e expectativas. A saída de um seringal brasileiro para um seringal boliviano, não é uma situação simples e alentadora como um passeio de final de tarde num parque ou num shopping center. A saída remonta deslocamentos, mudanças e, inevitavelmente, vem acompanhada de perdas, separações, saudades e significados, em que pese à repetição de paisagens ecológicas.

Essas separações, além do significado familiar e companheiresco dos parentes e amigos, também pode significar o apartamento de relações de trabalho. Aqui, os elementos de ligação são a submissão ao patrão, os ordenamentos de exploração e a

humilhação cotidiana. Lá, ouviu-se dizer que não tem patrão, a produção pode ser vendida a quem pagar melhor.

Porém, o deslocamento por si não resolve os problemas aqui vivenciados. Do outro lado, no outro país, também há uma ordem estabelecida. Então o ambiente que representava o rompimento e a redenção, começa a se descortinar frente ao recém chegado, resgatando lembranças, memórias e fatos nítidos do já vivido. O choque e o esmaecimento perante as dificuldades passam a fazer parte do que ele pretendia como nova vida.

O poder de mando das autoridades no outro lado da fronteira logo se faz conhecer. As taxas de estrangeira³¹ e a multiplicidade de cobradores de rendas e impostos vêm acompanhadas pela força policial. A teia que liga a permanência na obediência é bem engendrada. Não há espaço para a construção de uma produção livre e a opção de voltar não é muito atraente. Para trás, pouca coisa ficou. Não tinha terra, não tinha casa, nem emprego e, ainda tinha o capataz, o patrão, o policial, além do fato de que as opções de vida nas cidades estavam distantes do seu horizonte de possibilidades.

Após pouco tempo no outro lado da fronteira, o seringueiro emigrante chega a triste constatação que o outro também está só. Seu companheiro estrangeiro, também sobrevive em meio a uma situação adversa. Mesmo não pagando estrangeira, não vive melhor. Qual será o mistério?

Aliás, cabe aqui perguntar. Será que ele, o seringueiro, compreende sua própria situação? É bem verdade que alguns padres e agentes pastorais em suas desobrigas vem alertando-os contra o que consideram injustiças contra eles e, a partir do final da década de setenta, surgiram às primeiras tentativas de organização de associações e sindicatos, mas isso foi do lado brasileiro, do lado boliviano é outra, e bem diferente realidade. Mas, diante

3 – ESTRANGERIA – é uma taxa cobrada pelo governo boliviano para permitir a permanência de seringueiros brasileiros em seus territórios. Essa taxa variava de local para local e dependia da capacidade produtiva do seringueiro. Muitos deles, dependendo do local em que tinham sua colocação, nem sequer chegavam a pagá-la, pois os “fiscais” do governo boliviano não se empenhavam em encontrá-los, devido às distancias entre os seringais e o isolamento desses seringueiros.

de toda essa nova situação, será possível vicejar entre aquelas distâncias e aquele isolamento uma reestilização da solidão? Uma convivência solidária em meio à fragmentação?

Apresento, então, como a religião (católicos, majoritariamente), e forças políticas, predominantemente da esquerda, penetraram em meio a uma das mais exuberante floresta do planeta e foram introduzindo novas formas de relacionamento entre produtores e patrões, entre governos e esses habitantes das regiões de florestas e costurando, por assim dizer, uma aliança, em alguns momentos e um distanciamento, em outros, entre os extraterritorializados e os habitantes permanentes, em busca de melhores condições de vida.

Nesse capítulo, procuramos apresentar como se deu a participação das Organizações Não Governamentais – Ongs. Sabendo que elas, paulatinamente foram se inserindo no contexto das lutas e dos modos de vida processados pelos habitantes da floresta. Trabalhando paralelamente ou em conjunto, em alguns casos e, contrariamente em outros à ação dos sindicatos, essas organizações ajudaram a disseminar conceitos como: Desenvolvimento Sustentável, Remanejamento Florestal Adensado e Compensado, Reserva Extrativista, Neo-extrativismo, Ilhas de Alta Produtividade, Manejo Florestal, dentre outros, bem como, aferiram, em nome desses trabalhadores, vultosos aportes de recursos financeiros que poucas vezes resultou em alguma melhoria da qualidade de vida daqueles listados como mais necessitados, e objetos da benevolência de agentes financiadores, tais como: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e até mesmo a Organização Mundial do Comércio, através de suas agências de desenvolvimento.

Ao prescreverem sua atuação na “sociedade civil”, as Ongs, apresentam uma distinção legalista entre o Estado e o cidadão. Essa distinção colabora com o afastamento do Estado de suas obrigações com a sociedade. As Ongs que atuam nessa região vêm invertendo os antigos conceitos da esquerda em nível mundial, tais como, a solidariedade, a redistribuição e a reciprocidade. A solidariedade virou, unicamente, ajuda externa para alguns grupos empobrecidos. A reciprocidade da conceituação de esquerda, cede lugar para uma prática de “auto-ajuda”, de voluntarismo, de trabalho temporário, em substituição ao que os membros das Ongs chamam de “paternalismo do Estado”; e por fim, a redistribuição, que consiste na afirmação de que os problemas relacionados à pobreza só não são resolvidos por incompetência na captação de recursos. Usam e abusam da

afirmação de que há muitos recursos disponíveis, o que falta são bons projetos para captá-los. Afirmam que os países ricos e seus organismos multilaterais estão sempre dispostos a financiar projetos que desobstruam o desenvolvimento dos países pobres.

Inserimos essa discussão sobre o papel das Ongs, porque, desde o início da década de oitenta, essa forma organizacional vem ampliando sua influência nos meios acadêmicos e de pesquisa em todo o mundo, como afirma Chossudovsky (1999, p. 34):

A análise crítica é fortemente desestimulada; a realidade social e econômica deve ser vista através de um único conjunto de relações econômicas fictícias, cuja finalidade é dissimular as manipulações do sistema econômico global. [...] Esse dogma neoliberal” oficial “, também cria seu próprio” contra-paradigma “, incorporando um discurso altamente moral e ético, que se concentra no “desenvolvimento sustentável” e na “diminuição da pobreza”, ao mesmo tempo em que distorce e disfarça as questões políticas referentes à pobreza, à proteção do meio-ambiente e aos direitos sociais das mulheres, das crianças, etc. Essa contra-ideologia, raramente, desafia as prescrições da política liberal. Ela se desenvolve paralelamente e em harmonia com o dogma neoliberal oficial, e não em oposição a ele.

Esse discurso das Ongs vai ajudar a alterar as relações entre os próprios seringueiros, num momento posterior, por introduzir um componente novo nessa relação: a questão ecológica.

No terceiro capítulo, apresentamos alguns elementos que ajudam a demonstrar a distância entre os conceitos de modernidade e nacionalismo no âmbito de um espaço onde o homem teima em reconhecer sua condição de pertencente a um país, mas, inevitavelmente, desconhece o significado e a representação da existência do Estado Moderno, ou mesmo do Estado Nacional. Aliás, poderíamos até pensar que, em alguns aspectos, são pós-modernos, pois desconhecem a condição de fronteira, e, em outros, são pré-modernos, entendendo sua forma de produção como sendo rudimentar, não industrial e voltada para a subsistência. Em seus deslocamentos, além de não possuírem os documentos básicos para sua identificação, os seringueiros nunca ouviram falar de passaportes. Num

mundo onde muitos repetem à exaustão a necessidade da abolição das fronteiras entre os países, eles a praticam.

Não afirmo aqui que o cruzamento da fronteira seja um movimento espontâneo, consciente ou motivado por condições favoráveis de integração entre o Brasil e a Bolívia. Muito pelo contrário, os deslocamentos são motivados por condições internas conflituosas, já bem estudadas e relatadas na historiografia regional. Martinello, (Apud. CEPAMI, 1991, p. 16), relata:

Que um contingente de seringueiros expulsos dos seringais acreanos, não obtendo outras colocações no Acre e não querendo aumentar o excedente de força de trabalho nas cidades, preferiu emigrar para a Bolívia, em busca de trabalho ou de um pedaço de terra onde pudesse continuar a atividade que vinha desenvolvendo por toda a sua vida.

Então, esse fenômeno da travessia de fronteiras em busca de empregos ou condições de sobrevivência - que não é novo, mas, no mundo contemporâneo ganhou proporções gigantescas - atingiu também esse setor produtivo, que além de não ser industrializado, é basicamente artesanal, rudimentar e economicamente marginal, se o compararmos a grande máquina produtiva do capitalismo global. Os consumidores de enlatados em conserva, das gorduras saturadas, provenientes da indústria, mesmo distantes dos centros produtores, sofrem suas oscilações cíclicas.

O novo espaço geográfico que os seringueiros brasileiros passam a ocupar no território boliviano não está deslocado das grandes transformações em curso, que a “nova ordem mundial” pretende como a única possível. A permissividade do governo boliviano com a ocupação de suas terras e a desobrigação total do governo brasileiro com os que atravessam a fronteira faz parte de um certo pacto das elites exploradoras, que passam a ter em suas mãos novas levas de trabalhadores extremamente fragilizados por não disporem dos mínimos direitos ou de fóruns legítimos onde possam reclamá-los.

Apresentamos, então, como debate necessário, o estudo das relações socioculturais desenvolvidas nesse espaço de fronteira, partilhando do entendimento apresentado por Santos (1997, p. 46):

Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto dos agentes da economia, a começar pelos atores hegemônicos.

Aliás, há que se levar em consideração o ambiente espacial da região em tela. Contrariando o discurso oficial de que todo o planeta encontra-se compartimentado, aqui, nessa região de fronteiras, ainda convivemos com peculiaridades, possivelmente ininteligíveis para quem conhece os problemas fundiários de outras regiões. Grandes espaços que foram apropriados por grileiros e latifundiários, muitas vezes sequer foram definidos os seus limites, porque até pouco tempo não se dispunha de tecnologia compatível com o grau de dificuldades de deslocamento na região. Só recentemente, com o uso de satélites e do GPS (sigla em inglês para Posicionamento Geográfico por Satélite), é que se possibilitou melhor visibilidade territorial sem, contudo, ter-se definido a legitimidade de propriedades então reivindicadas.

Como se pode ver, há interesses diferentes na cena da fronteira. O interesse dos seringueiros em ocupar terras que garantam a sua sobrevivência convive com outras intenções, como a dos grileiros, latifundiários e ecologistas. Como afirma Martins (1997, p. 13), “A fronteira tem caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”. Não podemos desconhecer, portanto, o caráter ambíguo dos governos do Brasil e da Bolívia no tratamento da questão. O que está bem caracterizado é que essa não é uma relação que os dois países travam no sentido de garantir integração. Mas, por outro lado seria leviandade afirmar interesses anexionistas, por parte do Brasil, como ainda temem alguns dirigentes bolivianos, o que não significa descartar proposições no sentido de satelizar o vizinho.

O foco desse “desconhecimento” da fronteira não é casual. Está em curso um novo projeto de conquista da Amazônia e os atores em disputa extrapolam as raias do Estado Nacional. Gigantescas transnacionais como a Shell, A Alcan, Seiko, Orient, Honda, Nippon Steel, Pirelli, Firestone, todas estão na disputa.

São nessas novas relações que estão fincados os pilares das disputas entre os “investidores” externos, os residentes e os não residentes. As atividades pensadas pelos ditos “investidores” externos destroem não só os antigos modos de vida, como também as

possibilidades de sua continuidade. Esses investidores” vêm a Amazônia como uma grande exportadora de energia, através do aproveitamento de seus minérios. Vêm, também, os grandes lucros que podem obter através do aproveitamento de seus recursos naturais, da potência de sua biodiversidade.

Os não residentes, segundo os residentes resistentes, não sabem aproveitar muito bem a biodiversidade e não têm recursos científicos e tecnológicos para aproveitar o potencial gerador de energia, existentes nos minérios e em outros materiais da região, como a biomassa, por exemplo. Sem a ajuda dos governos que poderiam desenvolver programas de utilização sustentável desses recursos, ficam fragilizados diante da pirataria praticada pela sofisticada biotecnologia, que quer submeter toda a biodiversidade ao mercado, ou ao biomercado, como bem detalhou Garcia dos Santos (Apud. D’INCAO & SILVEIRA. 1994, p. 140).

Nesse contexto, finalizo apresentando as reivindicações dos residentes resistentes, que querem a todo custo manter os benefícios da Reserva Extrativista, bem como tratamos de exprimir as aspirações dos ex-residentes retornados da Bolívia, haja vista que imensas contradições estão expressas em suas falas. Para esses brasileiros retornados da Bolívia, seus desejos expressados quando estão sozinhos, não vão além de uma indenização para os seus bens, para sua produção e benfeitorias. São resignados no combate à idéia de deslocamento, mas, tem clareza de que estão em território estrangeiro. Quando eles se juntam em Associações, se fortalecem e deixam transparecer uma vontade de permanecer onde estão e cobram uma tomada de posição das autoridades. Querem a qualquer custo ver sua situação resolvida, entendendo essa resolução como sendo a sua permanência na sua forma tradicional de vida, passando a desconhecer a situação de estrangeiro. Uma reivindicação que entendemos como extremamente contraditória com a orientação política e diplomática brasileiras. Marcas bastante nítidas, matizadas, diria mesmo profundas e indeléveis do nosso relacionamento externo.

CAPITULO I

1 – O ESPAÇO, A FRONTEIRA E O HOMEM SERINGUEIRO.

O espaço geo-ambiental da Amazônia é considerado o mais produtivo e mais diversificado ecossistema do planeta. Sua área de abrangência ocupa 17% (dezessete por cento), da superfície da terra e computa em sua dimensão 40% (quarenta por cento), da produtividade líquida terrestre. Além disso, possui a maior área de floresta tropical, ainda preservada do mundo.

Por ser possuidora dessas grandezas, a Amazônia despertou, desde a chegada dos europeus a América, sentimentos de espanto, admiração, medo e, sobretudo, cobiça. Mitos, lendas e fantasias, como a do El Dorado e a das Amazonas, povoavam as mentes dos primeiros viajantes. A historiografia sobre a região é soberba em apresentá-la com uma diversidade de interpretações, que passam da descrição do paraíso a introjeção do inferno. Um mundo quase mágico, fascinante por suas possibilidades e/ou, amedrontador, por seu desconhecimento.

As variações filosóficas sobre os espaços amazônicos têm correlação direta com as variações de sua diversidade ambiental. À primeira vista ela dispõe a homogeneidade da paisagem, como sendo a única possível. Extensas áreas repetindo, praticamente, a mesma tonalidade revelando ao olhar menos aguçado uma idéia totalizante, onde a natureza teria se especializado na permanência. Nada mais falso, porém do que essa idéia de unidade. As penetrações nos espaços territoriais amazônicos foram descortinando surpresas ininterruptas, em uma escala ainda não dimensionada, de inter-relações entre os céus, as águas, a fauna e a flora, inserindo a necessidade de outros significados e outros olhares para a perene capacidade de metamorfoses que prosseguem em desenvolvimento.

A partir do conhecimento que o homem (dito civilizado) ia adquirindo, esses espaços foram ganhando novos contornos, novas características, novas dimensões, bem como nova importância, diante das exigências impostas pela competitividade que contextualiza o ingresso da Amazônia na modernidade trazida pelos europeus.

No entanto, o espaço a que me refiro não é o espaço absoluto, que existe como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. O espaço

que estou pensando é o espaço relacional, possível de ser percebido como conteúdo e representando no interior de si mesmo outros tipos de relação que existem entre objetos. Santos (1997, p. 26), diz que:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. (...). O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

O movimento passará a ser, portanto, característica muito presente na evolução do processo de inserção da Amazônia no projeto de modernidade/modernização previsto para o Brasil, que a partir da segunda metade do século XX via a Amazônia como última fronteira. Não foi esse, contudo, um movimento uniforme ou apressado. Aqui, ele obedeceu e obedece a condicionantes proporcionais a extensão territorial, onde a desigualdade e a descontinuidade freqüentemente interagiam com a necessidade de redefinição das noções de espaço habitado e terra habitada.

A fronteira emerge diante do homem e este a toma como um desafio ou um obstáculo. Essa atitude o conduz a uma adaptabilidade ou um avanço sobre o território. Um elemento importante para o alargamento da ocupação territorial foi o afastamento da noção de fronteira como sendo espaço do isolamento e do distanciamento, aliando-se a construção da idéia de terras sem dono, do sertão, do espaço vazio que, dentre outras noções, foram fundamentais para o prosseguimento das entradas. Todavia, a tênue linha que separa grupos, sociedades e domínios político-administrativos, não serviu para separar os interesses sócio-econômicos. Nesse sentido, a fronteira passa a existir como característica de negação, ou de oposição à idéia de desintegração, funcionando mais como área de intercâmbios econômicos e de integração humana do que previam os dirigentes dos grandes projetos.

No caso da fronteira Amazônica, especificamente a fronteira do Estado do Acre com o Departamento de Pando, na Bolívia, o processo de integração humana motivado pelas relações sócio-econômicas, gerou mais conflitos do que aproximações, se levarmos em consideração as instâncias político-administrativas. Isso sem nos referirmos

aos conflitos com as várias etnias indígenas que ocupavam, mesmo que de forma irregular, o território em questão. O certo é que a segunda metade do século XIX vai presenciar o surgimento de novos cenários, geradores de disputas que envolvem agentes até então desconhecidos pelos tradicionais habitantes dessa parte do planeta, ou seja, as várias etnias indígenas.

No princípio da ocupação, a exploração das “drogas do sertão” dominava o cenário como principal atividade econômica. No segundo momento, a descoberta da *Hevea Brasiliensis* (a árvore produtora do látex), mais conhecida na região como seringueira, vai trazer para a cena a constituição do que será a marca mais importante da região até a segunda metade do século XX: o seringueiro.

Seringueiro é uma denominação que por muito tempo serviu para caracterizar o produtor de borracha, identificando-o com uma forma de vida praticamente imutável, homogênea, vinculando o seu fazer ao seu ser e, destruindo as possibilidades de transformação almejadas por esses agentes da produção. A estereotipação do seringueiro visa seu aprisionamento, e tenta inviabilizar o seu próprio ser. Os obstáculos às mutações sociais, são contrários às necessidades de ser, do estar, ou a negação do ter sido. A esterilização de outras formas de relacionamento entre o produtor e os agentes intermediários e de extratos superiores da escala produtiva estão bem detalhados nos “contratos” que os seringueiros eram obrigados a assinar (aceitar), comprometendo-se a manter uma relação de dependência com os aviadores e patrões. Os limites estabelecidos de relações só com o patrão, ou só com o ambiente administrativo do seringal - que também era conhecido como barracão - engessava as perspectivas de mobilidade, não só social, como, também, econômica.

Os contratos aqui referidos, não eram contratos que visavam o estabelecimento de relações civis calçadas no direito. No âmbito dos seringais, o seringueiro estabelecia um vínculo com o patrão, onde à ausência de uma força controladora de sua aplicabilidade corroborava com a construção da lógica da exclusão. Observa-se que a pequena presença do Estado na região permitia que determinados atores sociais com forte poder econômico assumissem o controle do território, cooptando ou violentando as instituições estatais, para exercer a regulação social sobre os habitantes do

território sem a participação destes e, principalmente, contra seus interesses. É o que Boaventura Souza Santos (HELLER, A. et. al. 2000, p. 53) chama de fascismo territorial.

A história do extrativismo da borracha na Amazônia está delimitada em dois momentos específicos: o primeiro, a partir da descoberta do processo de vulcanização, no terceiro quartel do século XIX, mas, principalmente, a partir do surgimento da indústria automobilística, no início do século XX; e o segundo, após os ataques japoneses às bases de Pearl Harbor, durante a Segunda Guerra Mundial, onde as indústrias capitalistas, principalmente as norte-americanas, se viram impossibilitadas de acesso ao produto proveniente da Ásia.

É esse contexto que passaremos a apresentar, na perspectiva de apreender o modo de vida do seringueiro, suas metamorfoses, seus percursos, percalços, andanças, relacionamentos, até chegarmos às variações dos fluxos e dos fixos, que permitiram os avanços e recuos desses seringueiros brasileiros para dentro e para fora do território boliviano.

1.1 – SER SERINGUEIRO OU ESTAR SERINGUEIRO: AS MUTAÇÕES ESPACIAIS E OS RELACIONAMENTOS SOCIOCULTURAIS.

A prática produtiva mais marcante no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e os primeiros vinte anos do século XX, na parte mais ocidental da Amazônia brasileira, serviu para consolidar um tipo de trabalhador, o seringueiro, que no dizer de Euclides da Cunha (Apud. MARTINELLO, 1982, p. 64) “é a mais imperfeita organização de trabalho que engendrou o egoísmo humano. O sertanejo realiza ali, uma anomalia a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se”. Essa região apresentava um produto que passava a ter cada vez mais importância no modelo de desenvolvimento econômico em voga no mundo ocidental àquela época, e o extrator do látex, entrava para o cenário do espaço – mundo como o desconhecido necessário.

Foi nessa primeira fase de extração do látex que forjaram-se todas as amarras que prenderiam o seringueiro às redes do endividamento e do trabalho exclusivo no fabrico da borracha, deixando para trás suas práticas ancestrais do amanhamento da terra e do cultivo da lavoura.

A mão de obra formadora dessa nova categoria de trabalhadores era, predominantemente, nordestina. Trabalhadores rurais sem condições de enfrentar as secas e as cercas, os jagunços, os fazendeiros, os coronéis de engenho, e, principalmente, a organização produtiva em curso no país, que privilegiava o mercado externo, rumaram para a Amazônia em busca de outros meios de vida. Apontavam, assim, a direção da “nova fronteira” a ser conquistada e incorporada na estrutura produtiva do país, bem como, ajudavam o governo a reagir contra os problemas decorrentes da questão fundiária no nordeste.

Roberto Santos (1984, p. 108), comentando esses deslocamentos de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, apresenta os seguintes fatores, como preponderantes à compreensão dessas migrações:

“a) Preconceito do trabalhador nordestino pela labuta dos cafezais, considerada tradicionalmente uma ocupação de escravos. Na Amazônia, ao

contrário, o trabalhador era supostamente dono de si, um seringueiro autônomo. As condições de trabalho nos seringais transmitiam uma falsa sensação de trabalho livre;

b) As ilusões de enriquecimento rápido a que o “boom” da borracha expunha o nordestino, suficientes para superar os estímulos de maior salário ou remuneração do sul;

c) Propaganda e arregimentação realizada pelos prepostos de seringalistas do Pará, e do Amazonas, em Fortaleza, Recife e Natal, atraindo os nordestinos diretamente para o trabalho nos seringais;

d) Subsídios que os governos do Pará e Amazonas concediam ao transporte de imigrantes, em vista dos programas de colonização agrícola, mas que redundavam em favorecer em última análise, a imigração para as zonas extratoras da borracha;

e) Maior proximidade e facilidade do transporte de cabotagem até os portos de Belém, em relação ao sul do país;

f) Ruptura da resistência dos senhores de terras nordestinos à saída de homens, numa época em que as secas dizimavam as populações e acumulavam miséria nos campos e refúgios nos núcleos urbanos”.

Todos esses elementos combinam-se de forma concreta com a idéia fixa do nordestino em ter o seu próprio lugar. A idéia de autonomia do primeiro tópico é amplamente favorecida pela de enriquecimento rápido do segundo, pois criavam a perspectiva de construção de um novo modo de vida no próprio nordeste. Até mesmo as canções populares, como as de Luiz Gonzaga, o rei do baião, por exemplo, revelam essa idéia de voltar para o nordeste e adquirir seu próprio pedaço de chão, esse é um velho sonho do nordestino retirante ou imigrante. Mas, a mecânica de seus interesses não batia com a dos recrutadores. Esses queriam mão de obra permanente, fixa e de preferência a baixo custo. É aí que os outros tópicos combinam-se para engendrar o apresamento dos mobilizados. Atuando em conjunto com a mobilização desencadeada pelos recrutadores estava a propaganda governamental que era tão significativa que chegou a amenizar a resistência dos senhores de terras nordestinos, no que diz respeito à saída de trabalhadores

de suas regiões. Somando-se a tudo isso a ganância das agências transportadoras, ávidas em receber os recursos advindos dos subsídios pagos pelos governos do Amazonas e do Pará.

Como viviam em situação de perpétua soçobra no nordeste, esses trabalhadores não dispunham de recursos financeiros para empreender a viagem. Como também não tinham valores materiais que lhes permitisse uma calção para um empréstimo, restava-lhes como única alternativa pra iniciar o deslocamento para o norte o empenhamento de suas palavras junto às empresas agenciadoras. A partir desse momento começavam a perder as rédeas de seus destinos. Das mãos dos agenciadores passavam às dos patrões. Nos estabelecimentos comerciais dos seus novos patrões, estabeleciam laços que os levariam, de forma inapelável, a uma negação de seu antigo modo de vida, isto é, a negação da prática da agricultura de subsistência.

O processo de endividamento que se iniciava com o financiamento da viagem do nordeste para o norte, agravando-se na chegada, com a necessidade de víveres e utensílios para a montagem de sua tosca unidade produtiva, isto é, o tapiri ou barraca, como era denominada a vivenda do seringueiro dentro da colocação⁴².

Acostumados a trabalhar em um ambiente onde a vegetação, o clima, o relevo, os rios, enfim, tudo era diferente, o sertanejo, a custa de muito penar, demonstrou sua capacidade de adaptação e passou a produzir borracha em larga escala para um mercado distante e desconhecido. O estranhamento provocado pela nova atividade produtiva era tão evidente, que o nordestino passou a ser chamado de “brabo” ou “arigó”, tanto pelos patrões, como pelos habitantes tradicionais da região.

Sua adaptação às novas práticas produtivas, não se deu de forma natural. Havia toda uma estrutura de coerção, onde Martins (1997, p. 85), assevera que:

Essas formas coercitivas extremadas da exploração capitalistas surgem onde o conjunto do processo de reprodução capitalista do capital encontra obstáculos ou não encontra condições sociais e econômicas adequadas a que assumam, *num dos momentos* do seu encadeamento, a forma propriamente capitalista.

4 - COLOCAÇÃO – É a denominação dada ao espaço dentro do seringal destinada ao uso de um seringueiro. A colocação compreende além da barraca ou tapiri, a uma determinada quantidade de árvores de seringa previamente identificadas por um mateiro, que formam a “estrada de seringa”, onde o seringueiro efetuará a coleta do látex. A colocação recebe, também, a denominação de “centro”, por estar localizada na região mais interior da mata, distante da margem do rio, onde está localizado o barracão, que é a sede da administração do seringal.

As necessidades de incremento da produção e da produtividade levava a uma fiscalização rigorosa por parte dos patrões, através de seus capangas, sobre o seringueiro. As proibições de cultivo da terra, da caça e da pesca, deterioravam as condições de vida e construía maior dependência do barracão. Essas proibições eram tão severas que chegavam a produzir modificações mesmo nos hábitos alimentares. Saíam seus pratos tradicionais, como a macaxeira, o cuscuz, a tapioca, o mingau de bananas, conseguidos no trabalho de cultivo da terra e entrava os produtos enlatados, como as sardinhas, as carnes e a banha. Tudo o que era consumido pelo seringueiro deveria vir do Barracão. Do simples tabaco para confecção do cigarro de palha, até a banha, passando pelo leite em pó e o sal.

Essa dependência crescia a medida em que aumentavam as necessidades do seringueiro, principalmente no que diz respeito às adversidades com que se deparava. As doenças endêmicas, como o impaludismo, a malária, a hepatite, aliadas aos acidentes decorrentes dos encontros com cobras e outros animais peçonhentos, extrapolavam as demandas, antes exclusivamente alimentar e de utensilagem. A necessidade de remédios, todos controlados pelo patrão, era elemento primordial de enraizamento do poder, utilizado sem o menor pudor por este, para criar uma relação de compadrio.

O compadrio foi uma metodologia, bem sucedida, implementada pelos patrões com o intuito de amenizar a dureza de sua exploração sobre a mão de obra sob seu controle. O oferecimento de um remédio ao seringueiro para que ele pudesse pagar depois, mesmo que creditado em sua conta mediante preços aviltantes, era tido como fato que, o seringueiro, recebedor da benevolência, deveria devotar gratidão perpétua ao concessor.

Outro momento de grande importância para os patrões era quando se dava o nascimento de um filho do seringueiro, quando ele se prontificava em ser padrinho do rebento, estabelecendo mais um laço com o trabalhador que contribuía para impedi-lo de uma ação mais radical de contestação da exploração a que estava submetido. Aliás, o fantástico isolamento a que estava confinado o seringueiro em sua colocação, submetido ao ritmo de trabalho exaustivo da coleta do látex, não permitia qualquer tipo de ação combinada com seus pares, no sentido de combater essa exploração. Decorre, portanto, dessa situação o fato de que nos primeiros momentos da formação do seringueiro, a única

maneira de contestação, era o enfrentamento pessoal, ou algum tipo de adulteração no produto, como a introdução de impurezas na “pela”³ de borracha para aumentar-lhe o peso.

Nesse sentido, o estabelecimento de vínculos emotivos e cordiais com o seringueiro, que passava a ser identificado pelo patrão como o compadre, funcionava como moderador das manifestações pessoais de revolta ou rompimento com a “ordem natural” das coisas, devidamente estabelecidas para garantir os lucros do patrão e a exploração de quem, em última instância, era responsável pela produção.

Há que se considerar ainda, o elevado grau de convencimento ideológico, implementado pela lógica do bom e do mau seringueiro. Sendo considerado bom seringueiro aquele que não “dava alteração”, isto é, que não criava nenhum tipo de entrave para sua própria exploração. Enquanto que o mau seringueiro seria aquele que questionava a carestia, o resultado da “quebra” (tara) da borracha, da adulteração dos pesos e medidas, e, principalmente, o aumento da sua dívida. Esse receberia o rótulo de preguiçoso ou “imbuanceiro”, que o perseguiria por toda a sua vida nos seringais.

Essa lógica maniqueísta perversa que circulava nos seringais concorria para impedir a livre movimentação dos trabalhadores extrativistas de um lugar para outro. Um patrão não poderia, diante dos códigos de conduta elaborados pelos seringalistas, receber em uma de suas colocações um seringueiro oriundo de outro seringal, antes que ele quitasse sua dívida com o patrão anterior. Invocando-se aqui, outra construção ideológica, bem difundida no âmbito dos seringais, qual seja, a existência do bom patrão. Sendo bastante freqüente em entrevistas com os seringueiros mais velhos, ouvir de um ou outro, expressões como esta, do Sr. Pedro Celestino da Silva, (SILVA P. C da. jan, 2001): “Eu quis ir m’embora pra Bolívia pro que ouvi dizer que lá era melhor de nignuciar cum os patrão”.

Convém assinalar que a articulação entre os padrões seringalistas não era homogênea. Há registros de inúmeros casos de imbróglis criados entre eles, motivados por tentativas de cooptação de um ou mais seringueiros de um seringal, por outro seringalista. A lógica que os movia era o incremento da produtividade, por isso buscavam, às vezes utilizando meios escusos, arregimentar os bons seringueiros de outro seringalista. Muitos

³ - “PELA” – É uma das denominações que a borracha recebe após o processo de defumação do látex colhido pelo seringueiro. Quando confeccionada no processo tradicional de defumação a “pela” de borracha tinha característica arredondada. Nos dias atuais esse processo foi abandonado e agora a coagulação é feita com reagentes químicos e as novas formas são as pranchas ou folhas.

seringueiros entrevistados diziam que tinha seringal que: “Era como uma garrafa. Você entrava e o patrão fechava o gargalo com o nego lá dentro. Só saía morto ou pra fazer uma desgraça”. (SILVA, S. P da. jan, 2001).

Essa primeira fase, a fase constitutiva do homem seringueiro, é marcada, portanto, pelo exercício de uma metodologia de separação social, de manipulação discricionária das pessoas e de grupos sociais. Assim, vulnerabilizados pelas precárias condições de trabalho e dos acontecimentos desestabilizadores, como as mudanças no seu fazer habitual, isto é, deixar a vida de agricultor e passar a extrator, produziu naqueles indivíduos situações de elevados níveis de ansiedade e insegurança, fazendo-os baixar seus horizontes de expectativas, tanto quanto ao presente, como quanto ao futuro, criando a disponibilidade para suportar os maiores encargos e domínio de sua força de trabalho.

Verifica-se, então, que mesmo no período de transição entre o primeiro e o segundo “surto” da borracha, mesmo levando em consideração o estado falimentar do empreendimento gumífero, não houve afrouxamento das rígidas regras de subsunção formal da produção, muito menos das de submissão do trabalhador, embora os conflitos entre patrões e seringueiros, tenham introduzido em algumas regiões, a possibilidade de manejo de outros produtos, como a castanha e algumas madeiras ou, ainda, permitido o plantio de um pequeno roçado.

Será a partir da carência dos “Acordos de Washington”, em 1946, que a situação do seringueiro passará a sofrer mudanças mais profundas, principalmente, devido à nova crise que vai se estabelecer nos seringais e nos processos de aviamento destes. A retomada dos portos asiáticos e a utilização cada vez mais intensa da borracha sintética, pelos norte-americanos e europeus causaram impactos que abalariam profundamente a produção extrativista.

A alta produtividade dos seringais de cultivo, principalmente malaios, aliada a produção cada vez maior de borracha sintética, praticamente inviabilizava os altos custos da produção extrativista, mesmo considerando-se a necessidade da borracha nativa devido sua qualidade superior. Contudo, esse estado falimentar dos seringais vai contribuir para a introdução de modificações na estrutura produtiva.

O esvaziamento dos estoques do barracão abria caminho para a penetração do marreteiro⁴⁴, como também, para que o patrão abandonasse o barracão e se mudasse para as cidades, amainando, assim o aspecto controlador que ele exercia com sua presença. Na impossibilidade de aviar o seringueiro, perdia o patrão seu principal mecanismo de controle. Tentava, então, manter algum tipo de lucro no estabelecimento da cobrança da renda.

Por outro lado, sentindo-se abandonados à própria sorte, os seringueiros buscavam desvencilhar-se das antigas amarras desviando sua produção para aquisição dos gêneros necessários à sua sobrevivência, embora esbarrassem muitas vezes, nas proibições impostas pelos patrões que negavam qualquer tipo de transação extrabarracão antes da liquidação de suas dívidas.

No Estado do Acre, essa situação de conflito vai se arrastar até meados da década de setenta, quando o governador do Estado, Francisco Wanderley Dantas (1970 – 1975), baseado nas idéias dos grandes projetos do regime militar para a Amazônia, como a redefinição da política econômica para a Amazônia, através da política de valorização, montada no tripé “Segurança, Integração e Desenvolvimento” e no lema “Integrar para não Entregar”, introduz as grandes obras e projetos, tais como: A construção da Transamazônica, os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs), A Zona Franca de Manaus, a “Operação Amazônia”, dentre outros e implementa como plano principal de sua administração a venda de terras no Acre para incentivar a agropecuária.

A campanha no Estado do Acre tinha como lema o seguinte slogan: “Investir no Acre, Produzir no Acre e Exportar pelo Pacífico”. Como o objeto central da campanha era a disponibilização de terras a baixo custo e com incentivos fiscais consideráveis, não demorou muito para que uma leva de compradores, oriundos de várias regiões do país adquirissem, a preços irrisórios, imensas propriedades, quase todas elas, adquiridas de antigos seringalistas em estado falimentar. Muitas dessas propriedades nem sequer dispunham de demarcação ou títulos definitivos e os limites eram estabelecidos por estimativa. O mesmo desconhecimento foi destinado à grande quantidade de pequenos produtores que haviam sobrevivido à falência do empreendimento gumífero e permaneciam

6 – MARRETEIRO - Designação tradicional na Amazônia para pequenos comerciantes ambulantes, que viajam pelos rios, comumente em pequenas embarcações tentando furar o monopólio dos barracões.

nas áreas dos antigos seringais, sobrevivendo a partir de uma tímida política de diversificação de suas atividades extrativistas.

Segundo o depoimento do governador do Estado do Acre, Geraldo Gurgel de Mesquita (1975 – 1979), em 1975, a Câmara dos Deputados em Brasília, ele afirmava que: foram vendidos entre 1970/74, um total de 4.290.000 ha. (quatro milhões, duzentos e noventa mil hectares), ou seja, um quantitativo de terras equivalentes a 30% da área total do Estado a apenas 284 proprietários, todos advindos de outras partes do país, sendo que 32% dessa área fora adquirida por, tão somente, quatro grandes empresas. (CEPAMI⁵⁵, 1991. A REALIDADE...)

Após a compra das terras tratou-se de promover sua limpeza humana. Foi nesse contexto que se processou uma verdadeira mutação nos modos de vida tradicionais na região. Raimundo Mendes Barros (BARROS, jan, 2001) comentando esse período relata:

Antes da década de setenta, eu me lembro que nós ia pra Bolívia porque eu e meus irmãos tinha um sonho, era uma aventura de cortar muita seringa e ganhar muito dinheiro, mas tem um ditado que nossos antepassados diziam, que é: “O dinheiro ganhado com a fumaça se acaba na fumaça” e como se sabe a borracha é feita na fumaça, você tem que usar a fumaça da fôrnalha para fazer a pele e por isso na fumaça ele se acaba, na cachaça, no cigarro, no puteiro, numa roupinha, num par de sapatos, não é? Esse momento que eu falei era espontâneo, quando se ia pela oferta de mais leite, por produzir mais borracha, mas depois foi outro momento, que esse foi um momento crucial, que foi o dos anos setenta, quando o acre foi invadido pelos pecuaristas do sul, não é? Ai é que muitos foram pra Bolívia obrigados e lá fizeram morada e estão morando até hoje e a gente sabe que eles não tão bem por lá. Primeiro porque não tão no torrão deles, estão na pátria alheia, depois tem que se submeter a uma série de exigências, de impostos que são cobrados, mas disso eu não posso falar muito, porque quando eu vivi lá eu entrei, cortei seringa e sai e nunca fui molestado, no nosso dizer, pelos bolivianos, mas hoje eu sei que existe porque os companheiros me contam, não é?(...).

⁷ - CEPAMI – Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes. É um órgão criado e vinculado a Diocese de Ji-Paraná – Ro.

Já, Martinello (Apud. CEPAMI, 1991, p.15), escrevendo sobre o mesmo período, afirma:

Desencadeava-se assim uma nova fase da história econômica do Estado, bem como uma área de tensões sociais que surgirão no bojo do choque entre os ocupantes das terras que já as trabalhavam e os novos pretensos donos. Na verdade, uma das conseqüências mais calamitosas que a venda das terras acreanas aos “sulistas” acarretou, foi à expulsão de um grande número de famílias que dependiam da floresta e do extrativismo para sua subsistência. Com a progressiva desarticulação dos seringais e a falência do aviamento, a maior parte deste contingente populacional começou a migrar para os centros urbanos, mormente Rio Branco. Os que teimavam em permanecer em suas terras em regime de subsistência, sofreram toda sorte de arbitrariedades e violências.

E conclui Martinello: (Apud. CEPAMI, 1991, p. 16).

Foi no contexto destes acontecimentos todos que um grande contingente de seringueiros expulsos dos seringais acreanos, não obtendo outras colocações no Acre e não querendo aumentar o excedente da força de trabalho nas cidades, preferiu emigrar para a Bolívia, em busca de trabalho ou de um pedaço de terra onde pudesse continuar a atividade que vinha exercendo durante toda a sua vida.

A versão mais comum, após a venda das terras para os “sulistas” ou “paulistas”, é de que aos seringueiros só restavam duas alternativas: fugirem, rapidamente para a periferia das cidades, ou deslocarem-se para os seringais bolivianos, que na época estavam desocupados e dispunham de boa capacidade produtiva. Porém, ainda na década de setenta, surge uma terceira alternativa, que vai estar ligada diretamente à presença da igreja católica, das Ongs, da Contag, de um certo embrião de partidos de esquerda e ao surgimento do movimento sindical rural na região. Essa terceira vertente defende a permanência e a luta de resistência pelos espaços tradicionalmente ocupados.

As fugas, anteriores se davam pela necessidade de preservação de suas vidas e de seus familiares, já que no processo de limpeza humana dos territórios adquiridos, os capangas contratados para o serviço, estavam instruídos para a intimidação e para a

promoção da violência física, econômica e psicológica, contra os moradores. Essa violência era bem tolerada pelo Estado que havia dado garantias aos compradores. Esse “clima” de impunidade e de acobertamento por parte do poder político estatal, contudo, não era novidade para os seringueiros, pois eles já vinham sendo molestados ao longo dos anos pela aliança entre patrões e detentores de cargos nessa estrutura.

Nesse processo de limpeza humana, as práticas mais comuns foram: Incêndio das plantações, abatimento das criações por alvejamento com armas de fogo de grosso calibre, espancamento de seringueiros e seus familiares e incêndio das moradias dos seringueiros, além das ameaças que eram constantemente repetidas, pelos porta-vozes dos “novos proprietários”. O senhor Bartolomeu Moreira da Silva (SILVA, B. M. jun, 2001), que morou mais de trinta anos na Bolívia, após sua saída do Acre, nos conta:

Eu trabalhava nessa rodagem que vai pra Rio Branco, lá perto do Araxá, mas quando chegou esses paulistas, esses pessoal, esses paranaenses, que eles compraram lá, lá era dos Vilelas, não é? Ai quem não saísse eles tocavam fogo na casa, ai o cara corria Eu morava na beira da rodagem, era cinco minutos pra rodagem, ai eu digo eu não sou disso, porque um homem tocar fogo na minha casa comigo dentro, isso não vai dar certo, ai eu digo eu vou me embora, ai encontrei um doido que era mais doido do que eu e vendi por setecentos cruzeiros, ai fui m’embora.

Atingidos por essa forma implacável de violência, boa parte desses trabalhadores vai deslocar-se para o espaço territorial boliviano, promovendo uma travessia que imprimiria mudanças significativas no seu relacionamento sócio-ambiental e sociocultural.

A expressão “fui m’embora”, é recorrente no linguajar dos seringueiros e pequenos produtores que habitavam o espaço fronteiriço do Brasil com a Bolívia, nos municípios de Brasiléia, Xapuri e Assis Brasil. Tanto pode ser um “fui m’embora” para a cidade mais próxima, ou para Rio Branco, como pode também, ser para outro seringal no país vizinho.

Deixo de lado, momentaneamente, os trabalhadores que permaneceram nos espaços onde, tradicionalmente, articulavam sua sobrevivência, pois esses irão se destacar

na história acreana, pela introdução de um mecanismo de resistência que ficará conhecido como “empate”⁶⁴, e buscarei a expressão dos que partiram, seja para as cidades, seja para outros seringais na Bolívia, por serem os que partiram para a Bolívia, focos priorizados nesse estudo.

Antes, é importante destacar que, os que vieram para as cidades não encontraram no ambiente urbano um espaço receptivo. As agruras da mata vão se repetir, de forma ampliada, no novo espaço. De uma vida onde a moeda era praticamente dispensável, para uma vida onde tudo dependia dela. De uma vida onde as letras não haviam se apresentado, para uma onde elas se tornam indispensáveis para a articulação com o novo meio. Do abandono dos símbolos de referência na mata, para os sinais de trânsito. Dos ramais e varadouros estreitos, onde necessariamente, se anda bem pelo meio, para evitar os galhos, cipós e espinhais, às largas ruas, onde se tem que andar pelas beiradas para ceder lugar aos automóveis, motocicletas, bicicletas e carroças. Do isolamento por falta de gente para conversar, para um isolamento por não saber falar no meio de tanta gente. Do local de um só patrão, para um local de muitos patrões. Da passagem de uma atividade que se repetia ano após ano, para atividades diferentes a cada dia.

O ex-seringueiro Francisco Cecílio de Souza, nos conta:

Aqui [Xapuri] eu trabalhava no que desse, tinha vez que trabalhava uma semana e passava quatro sem arrumar nada. Já trabalhei limpando quintal, de ajudante de pedreiro, de carpinteiro, só ainda não fiz foi vender picolé, mas se precisar eu tô disposto, quem já enfrentou broca no sol quente, não enjeita mais nada. E eu conheço muitos que tão que nem eu, num tem estudo, tem que topar tudo. (SOUZA, jan, 2001).

São diversas as mutações sociais do ex-seringueiro na cidade, contudo, alguns aspectos permanecem inalterados. Se era subalterno no seringal, essa situação não vai mudar facilmente na cidade. Sua condição de ex-seringueiro funciona como mecanismo

⁸ - EMPATES – É o termo utilizado pelos seringueiros de Brasília e Xapuri para promoverem os enfrentamentos contra os “paulistas” que queriam expulsá-los de suas colocações e também, para impedir as derrubadas e as queimadas promovidas por estes para transformar as florestas em pastos para seus bois. O empate é uma manifestação de solidariedade entre os seringueiros, bem como uma manifestação de organização social de forte impacto nas mudanças econômicas, políticas e culturais que estavam em curso no Estado do Acre a partir da década de setenta.

de limitação da ascensão social, pois o estereótipo formado do seringueiro na cidade é um estereótipo que o liga ao analfabetismo, ao atraso, a pobreza, a indigência, e a violência.

Essa situação de analfabetismo, contudo, não chega a ser novidade, haja vista, que nas áreas rurais do Estado do Acre, os próprios censos do IBGE, constatou e vem repetindo a constatação há mais de vinte anos, que em alguns municípios há índices superiores a sessenta por cento. Quando se deslocam para as cidades, a condição de analfabetismo que na mata era questão secundária ganha relevo, não só do ponto de vista econômico, mas, principalmente, sociocultural.

A percepção da discriminação contra seus filhos, comumente adolescentes, ou mesmo os já adultos, tendo que freqüentar salas de aulas com crianças e adolescentes da cidade, gera conflitos que costumeiramente redundam em abandono da escola, em evasão e desinteresse por parte deles. A discriminação torna-se forte obstáculo na articulação com esses novos agentes de convivência.

Aliado à discriminação sobrevêm outras dificuldades ao ex-seringueiro. Como garantir o sustento da sua família? No espaço do seringal, havia outras possibilidades como a caça, a pesca, uma pequena criação nos arredores da casa, um pequeno roçado. Já na cidade se não tem dinheiro, não tem comida. Torna-se, praticamente inevitável, uma desestruturação familiar. O ex-seringueiro Antônio Pedro da Silva, sessenta e oito anos, atualmente morando no bairro da Bahia, na periferia de Rio Branco, perguntado por este autor como via sua situação atual, relata:

Eu gostaria de ta cortando seringa, né? Porque é o seguinte, lá dentro do seringal, nós que é acostumado dentro do seringal sabe. Nós que temos aquele costume dentro do seringal, num dia de domingo, por exemplo, que nem hoje, a gente pega a espingarda, põe no ombro e se põe na mata, mata um veado, mata um porco, mata uma paca, um quatipuru, qualquer coisa né? Só sei que no outro dia a gente tem aquela carne pra dá de comer aos filhos e pra gente também. E assim a gente vai levando, agora aqui é tudo mais difícil, num tem caça, num se pode mariscar que os fiscais toma tudo, eu sei que é assim, mais difícil. (SILVA, A. P., jan, 2001).

Na cidade, a saída para as filhas analfabetas é aceitar morar com algum parente ou conhecido, e em troca da comida, passa a ser responsável por todas as tarefas

domésticas dos benevolentes que a acolheram, sendo ainda, em muitos casos, iniciadas na vida sexual por seus patrões ou pelos filhos desses. Esse início, quando não é fruto da violência física, comumente, é substituído pela violência econômica. A promessa de um par de sapatos, de um vestido, um vidro de perfume, de esmalte, ou outra quinquilharia qualquer, funcionam como “agrados” que facilitam as investidas dos superiores. A senhora Maria Carolina da Silva que após mais de trinta anos morando na Bolívia, estava de volta ao Brasil, demonstra sua preocupação com o futuro de suas filhas na seguinte passagem:

Eu tenho três filhas menor, uma de dez, uma de seis e uma de quinze, elas querem aprender muito para ser alguém na vida e elas tem de me acompanhar, né? Se ficar bolando na casa dos outros, acaba se perdendo e filha mulher tem de acompanhar as mães, não é mesmo? Por isso eu quero saber se lá pra onde eu vou tem escola, porque até eu quero aprender, ta certo que se elas ficar aqui em Brasília, vão ficar na casa do irmão, mas não é a mesma coisa. (SILVA, M. C., jun, 2001)

Essa fala de D. Maria Carolina, foi retirada de depoimento concedido no momento em que ela estava voltando da Bolívia, após morar lá por mais de trinta anos, para ocupar uma área de terra que ela e seu marido haviam conseguido no Brasil, num projeto de assentamento do Incra, terra que eles não conheciam e que mais uma vez teriam que promover o seu amansamento, continuando sua saga de deslocamentos.

A mulher do seringueiro também segue um destino que amplia substancialmente sua exploração. Na cidade além de cuidar de sua própria casa, vai trabalhar de empregada doméstica em outras casas, como suporte para “arranjar o que comer”, pois o marido não consegue emprego facilmente.

Os filhos homens enveredam pelo subemprego, ou pela vida errante dos botecos e das cachaçadas, onde vigoram os códigos da ascensão de uma posição, pela força e pela violência. As gangues e galeras que surgem nas periferias, comumente são dirigidas por elementos que nasceram nas cidades, mas, invariavelmente, são compostas por número significativo de filhos de ex-seringueiros que habitam aquele espaço.

A partir de uma concepção racista e excludente, os meios de comunicação aqui existentes passam a relatar os assaltos, roubos, brigas e assassinatos ocorridos nas cidades como sendo consequência dos deslocamentos de ex-seringueiros para esses

espaços. Nesse campo, os jornais O Rio Branco, A Gazeta, que atuam desde a década de setenta e mais tarde, A Tribuna e o Página 20, agem de forma quase sincrônica no tratamento das “notícias” policiais. Os tratamentos destinados aos ex-seringueiros fazem, tabula rasa, das condições sociais em que vivem essas populações e cuidam em as caracterizar como casos policiais e não problemas sociais como de fato o são.

O tratamento destinado aos problemas sociais nas cidades acreanas, principalmente, em Rio Branco, após a expulsão dos seringueiros de seus espaços tradicionais, foi o da transferência de responsabilidade da precarização de vida, tanto do seringueiro, como dos habitantes das cidades, única e exclusivamente, para aqueles. A ruralização da cidade, o aumento da violência, do desemprego, dentre outros males, tudo passou a ser atributo negativo pespegado ao ex-seringueiro.

As forças externas, isto é, os “paulistas” e o governo, que contribuíram para os deslocamentos, raramente eram citadas como agentes responsáveis, ou mesmo, co-responsáveis pelo caos em que se transformavam as cidades e a vida dos que nela habitavam.

O espaço urbano cria o ex-seringueiro, mas não produz, de fato, a sua extinção. Toda forma de entrave para as condições de segurança das cidades no Acre são debitadas aos ex-seringueiros, embora eles sirvam para limpar as ruas, os banheiros das escolas, servir de vigias nas casas de seus patrões e cidadãos abastados, na verdade cuidar dos “serviços baixos”, são, também, os marginais, os assaltantes, batedores de carteiras, vendedores e consumidores de drogas, enfim os descartáveis que nunca deveriam ter saído de onde estavam, ou então deveriam ter sido transferidos direto para um presídio de segurança máxima, condenados pelo simples delito de existirem. Os jornais supracitados são fontes férteis desse tratamento discriminatório e excludente. Mas esse problema de ordem sociológico não é o enfoque principal neste trabalho.

Há, portanto, no deslocamento do seringueiro para as cidades a formatação de múltiplos sujeitos. Além de ambivalências e ambigüidades, nos diversos olhares que um e outro se lançam, no caso do seringueiro, uma fronteira se estabelece no seu próprio ser. Embora o termo seringueiro seja utilizado, na nossa historiografia como uma categoria homogênea, fundadora de um estereótipo cultural praticamente imutável, de caráter quase genético, como sendo seres naturais imbuídos de identidade particular, o ser seringueiro

que consigo apreender é caracterizado pela mobilidade, pela flexibilidade e pela porosidade. O estar seringueiro, geralmente suscita a imagem do não ser seringueiro, ou ainda, a negação do ter sido seringueiro. Tudo isso interagindo, formando situações complexas e contraditórias. Na cidade, é preciso negar o ser e o ter sido seringueiro, para garantir articulações com os fazeres urbanos. Porém, mais tarde, é preciso afirmá-lo, para garantir aposentadoria do FUNRURAL, ou negá-lo, novamente, para não ser estereotipado como representação do atraso, da inoperância, da preguiça, da degenerescência física, moral e estética.

Em outro momento, como o da busca por uma área na Reserva Extrativista, é preciso reafirmá-lo, refazendo todo um círculo, para garantir espaço no outro modo de vida que começa a se construir.

O certo é que mesmo diante de outras caracterizações surgidas na última década do século próximo passado, como por exemplo, a denominação de “Povos da Floresta”, a situação dos que habitam os espaços dos antigos seringais, prosseguem prenhes em alternâncias e permanências, entre o ser e o negar, o viver e o sobreviver, a mutação e a adequação.

1.2 – OUTRO PAÍS: AMBIENTES DE REDENÇÃO OU REFÚGIO?

O movimento de limpeza humana, das terras adquiridas pelos “paulistas”, no Estado do Acre, no início da década de 70, provocou situações de significativas inquietações nas populações que habitavam e subtraíam dessas áreas os recursos para sua subsistência e de suas famílias. Como dissemos anteriormente, até pouco tempo a historiografia que tratava do tema apontava apenas duas alternativas para essas famílias: uma, o deslocamento para as cidades, outra a emigração para os seringais da Bolívia, onde elas poderiam reconstruir seus meios de sobrevivência, num espaço geográfico onde a paisagem oferecia condições semelhantes as que eles ocupavam anteriormente.

Atualmente, já encontramos significativos trabalhos de pesquisadores, como a dissertação de mestrado do professor da UFAC, Elder Andrade de Paula denominada “Seringueiros e Sindicatos: Um Povo da Floresta em Busca da Liberdade” (1991), ou a tese de doutorado do também professor da UFAC, Carlos Alberto Alves de Souza, denominada “Varadouros da Liberdade”: Empates no Modo de Vida dos Seringueiros de Brasília – Acre(1996), que através de depoimentos de moradores, sindicalistas, militantes políticos e religiosos, conseguiram expressar a reconstrução de toda uma saga dos trabalhadores que resistiram as investidas dos fazendeiros e das forças de direita que controlavam a máquina estatal, e produziram uma re-configuração dos espaços territoriais do Acre, criando condições para a permanência dos antigos moradores na região, bem como, permitindo a delimitação de espaços que ganharam a condição de Reservas Extrativistas.

A história desse período, demonstrando a existência de uma terceira alternativa e formatando o conceito de “povos da floresta”, em substituição ao termo seringueiro, contudo, não muda a situação dos que, antes de consolidada a possibilidade de organização de uma força de resistência, sucumbiram à pressão de forças externas e atravessaram a fronteira do Brasil com a Bolívia, em busca de um espaço onde pudessem salvar e reconstruir suas vidas.

O deslocamento para a Bolívia, ao invés de deslocar-se para as cidades, não surge na cabeça desses brasileiros como um “insight”. Havia toda uma tradição de travessias que remontam outras épocas. Eram as travessias que se fazia com o intuito de cortar seringa por uma temporada e retornar para o Brasil com uma quantia de dinheiro que

permitisse a compra de uma certa quantidade de terra, e propiciasse pequeno investimento em uma criação de gado.

A fama de que na Bolívia “era bom de leite”⁹, percorria os seringais, acompanhada de outro elemento que tornava atraente aquele espaço: o de que ali não havia patrões e se podia vender a produção a quem bem entendesse e essa, não era uma propaganda governamental. A abrangência desses comentários tinha a proporção dos espaços desocupados no território boliviano. A articulação da produção de borracha na Bolívia não chegava a ser nenhum paraíso, mas, era inegável a diferenciação entre as duras regras vigentes aqui e lá. A pequena presença de empreendedores bolivianos nos negócios da borracha deixava margem para a penetração brasileira, não só de seringueiros, como também de marreteiros e seringalistas naquele território. Segundo o relato do ex-seringueiro Francisco Monteiro, o Monteirinho, entre 1965 e 1970, quando ele morou na Bolívia,

A maior parte da população, até dois, três, quatro dias de viagem dentro da Bolívia é brasileira, você só encontra boliviano quando eles estão fazendo alguma coisa, algum tipo de trabalho, borrifação da malária, mas todo mundo é seringueiro brasileiro, tudo é brasileiro, você conta os bolivianos por esse trecho do Pavilhão, São João do Caramano, meu tio morou lá e eu também. Quando era criança fiquei muito tempo lá na casa dele, ninguém via boliviano ali não. (MONTEIRO, F. jan, 2001)

No período anterior a década de setenta, os movimentos de saída de seringueiros brasileiros para os seringais da Bolívia se davam de forma mais espontânea. A pressão exercida, comumente obedecia às variações do “valer mais, do ter mais”, que tomava conta dos seringueiros, ávidos em romperem com as imposições de pagamento da

⁹ - “Bom de leite” – Essa é uma expressão regional para caracterizar um seringal onde a produção do látex seja farta. O látex, seiva bruta retirada da seringueira é conhecido como leite da seringueira, daí resultando a expressão.

renda, e a compra e venda de produtos apenas no barracão da sede do seringal onde estava localizada sua colocação.

A esse tipo de emigração nós podemos caracterizar como busca de redenção. A redenção econômica, no sentido de se libertar das amarras da dívida no lado brasileiro, na busca de se tornar autônomo e deixar para trás a vida de penúria a que estava submetido no regime de aviamento.

No entanto, as passagens para o território boliviano que ocorrem a partir da venda das terras dos antigos seringais para os “paulistas”, no início da década de setenta, não podem ser caracterizadas como emigrações em busca de “valer mais e ter mais”, como se dava antes da década de setenta. Nesse momento, as passagens para o território estrangeiro, significavam mesmo, fugas e buscas de preservação da própria vida. O ex-seringueiro Raimundo Mendes Barros, relata:

A população de brasileiros dentro da Bolívia cresceu, ainda mais, depois desses anos que eu estive lá, depois desses anos que as pessoas iam de forma espontânea, porque essa extrema, essa extrema aqui do Brasil, praticamente foi toda devastada, com exceção aqui do seringal São José, do seringal Cachoeira e uma pequena parte do Porto Rico, o resto foi toda devastada. Portanto, o pessoal, os seringueiros brasileiros que estavam nessa região, migraram pra dentro da Bolívia, sem contar outros que vieram de outros seringais que também foram devastados, aí foram pra dentro da Bolívia. Foram empurrados porque aqui não sobrou colocação essas coisas, e muitos deles não se deram na cidade, né? (BARROS, R. M. jan, 2001)

Documentos produzidos pela Diocese de Rio Branco – Acre, Vicariato de Pando – Bolívia e o Centro de Estudos e de Pastoral dos Emigrantes de Ji-Paraná – Rondônia, dão conta que, em 1991, ainda havia mais de 2.500 famílias de brasileiros trabalhando nos seringais bolivianos. Esses números, contudo, são contestados pelos documentos produzidos pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília, que estimam em 6.000 as famílias de brasileiros vivendo naquele país. Há, ainda, os dados de uma Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, que em Conjunto com o Parlamento do Departamento de Pando, no Ano de 94, dando conta de que a população estimada de brasileiros, aproxima-se dos 15.000. Todos esses números carecem de dados

reais e estão baseados em estimativas, mesmo porque, nem o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dispunha de dados populacionais confiáveis para a região devido às dificuldades de acesso e por se tratar de território estrangeiro.

Em que pese às disparidades dos números é inquestionável a imensa contradição que eles revelam. No início da década de setenta a Amazônia brasileira estava vivendo o auge de uma orientação imposta pelo regime militar, onde a lógica girava em torno do “Integrar para não entregar”. Para os militares e estrategistas apoiadores do regime, a Amazônia era um espaço vazio e desocupado. Era preciso por em prática um plano de ocupação dessas terras. Martins (1997) aponta que, embora, por tradição viesse ocorrendo um lento processo espontâneo de ocupação “do Oeste”, e a partir de meados dos anos cinquenta, do Centro-Oeste e do Norte do país, o regime militar resolveu acelerar e definir as características dessa ocupação e controlá-la. Os objetivos eram econômicos, mas, sobretudo geopolíticos.

Não é preciso um grande esforço intelectual para perceber a dissincronia do projeto dos militares com o modo de vida que se desenvolvia na região. O desconhecimento fica patente, não só na classificação desse espaço como sendo “espaço vazio”, mas, principalmente, na compreensão histórica do processo de ocupação em curso na região desde o século XVIII e na pouca atenção dispensada às numerosas nações indígenas que secularmente, habitavam esse espaço, muitas sequer haviam estabelecido qualquer tipo de contato com o homem branco.

O que se pode abstrair, no contexto das elaborações dos militares para a Amazônia, é a incompatibilidade do projeto pensado no âmbito do regime militar para essa região e o modo de vida que aqui se desenvolvia, pois, a partir da decadência da economia gumífera a pequena produção de víveres passou a coabitar com o extrativismo, numa frontal contradição com o sistema anterior que era baseado na grande propriedade e na monocultura. Senão, como explicar o fato de uma região com imensos “espaços vazios”, ter a necessidade de proceder à expulsão de grandes contingentes de brasileiros para outro país?

Mostramos anteriormente, através de depoimentos de seringueiros e ex-seringueiros, que houve dois momentos distintos para a saída de brasileiros para o território boliviano, qual seja, o movimento espontâneo e o movimento compulsório. Representando,

então, essa segunda fase, uma intervenção externa que extrapola o âmbito das ações civis, de formação de latifúndios.

O que parecia uma ação isolada de “novos proprietários” contra os posseiros e ocupantes tradicionais configura-se após uma leitura mais atenta dos fatos, como uma ação combinada entre os militares e as elites civis, num esforço de concentração de riquezas, nesse caso específico, de terras, onde não havia papel definido para os seringueiros. Aliados, militares e elites civis processaram um rapto espacial e roubaram à coletividade qualquer possibilidade de comando de seus destinos de forma harmônica.

O tratamento dispensado pelos militares, que representavam o poder central, e os civis, que representavam as elites dominantes, no processo de mudança na concepção produtiva no Estado do Acre nesse período, constituem-se numa ação deliberadamente perversa contra os seringueiros. O processo de expansão, no seu conjunto, promove total desconhecimento desses, imprimindo uma situação de não reconhecimento (invisibilidade?) e subalternidade. As visões de mundo dos militares e civis aliados impõem uma ordem de aculturação, entendendo-se, aculturação como a predominância de uma cultura sobre a outra que se torna periférica. Quem estivesse contra os desmatamentos, às queimadas e a transformação das áreas de florestas em pastos seria rotulado como atrasado e antagonista do desenvolvimento.

Esse processo de aculturação, não é, todavia, um movimento deslocado de outras ações das elites dominantes. No Brasil, esse processo está ligado à desqualificação e ao empobrecimento das pessoas, não só do ponto de vista cultural, mas, e, sobretudo, de um processo educacional decorrente de fundamentos econômicos perversos e excludentes, que não privilegiam a participação, impondo às pessoas objetivos, conteúdos, metodologias e formas de gerir suas vidas, sem qualquer significação ou vinculação com seus meios tradicionais de existência.

Não estou anunciando aqui, uma falência completa das possibilidades de resistência e de reação, mas, a velocidade da ação combinada das estruturas do Estado e das elites possuidoras, deixou atônitos esses trabalhadores. O desconhecimento de seus direitos e as dificuldades de contatos com quem pudesse ajudá-los nessa busca, aparecem como componentes de desestruturação e fragmentação. Aqui percebemos o encontro de dois mundos desiguais por excelência. Um mundo da lentidão, onde a produção obedecia ao

tempo lento da sucessão dos anos e um mundo da fluidez e da velocidade, que acompanhava a proposta de modernidade para a Amazônia, no projeto do militares e associados.

O choque entre esses dois mundos provoca rupturas traumáticas para os ocupantes tradicionais. As perspectivas dos novos donos estavam direcionadas para os desmatamentos e a introdução da pecuária, no dizer de muitos, “substituir a mata pela pata do boi”. Nesse novo ambiente, onde a diversidade da flora era substituída pelo capim, seu fazer tradicional era totalmente dispensado e destruído. As novas circunstâncias engendradas pelas intervenções externas desestruturam suas formas de reprodução e os remete a novas preocupações. Sem a floresta, sem a seringueira, sem a castanheira, como iria sobreviver?

As mudanças em suas perspectivas de vida e trabalho causadas pelas desapropriações redundam em reestruturações, desaparecimentos ou estancamentos de suas forma de sobrevivência. Com seu espaço ocupado por uma atividade estranha, a pecuária, que na sua essência não gera muitos postos de trabalho, o seringueiro não vê muitas alternativas: ou promove um corte radical e transfere-se para as cidades, ou enfrenta as forças de coação, mesmo sabendo tratar-se de uma luta desigual e perversa, ou vai buscar novos territórios, onde possa reconstruir seu modo de vida.

Em qualquer das três alternativas estará se processando alterações sociais que combinam ações diferentes, mesmo quando o destino a seguir não lhe fosse de todo estranho, como é o caso da ultrapassagem da fronteira. Nas passagens anteriores a perspectiva era temporária, uma, duas ou três estações, no máximo, e, comumente, sozinho. Agora, nessa nova fase, teria que se fazer acompanhar da família e aquele ambiente transitório, que antes representava sua melhoria econômica, transformava-se em refúgio com características de permanência

1.3 – FRONTEIRAS: GEOGRÁFICAS, HUMANAS E SÓCIO-ECONÔMICAS.

As diferentes ações dos homens no plano de ocupação dos espaços sejam eles habitados ou “vazios”, são permeadas por avanços e recuos que perpassam os limites territoriais, bem como, as complexas relações sócio-econômicas, chegando a atingir outras fronteiras, a do próprio homem. Falando sobre a disputa pela concepção de destino na situação de fronteira, Martins (1997, p. 174-175), escreve:

Quem conhece a fronteira sabe perfeitamente que nela, de fato, essas “faixas” se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem os antagonismos dos tempos históricos em que vivem. A recente expansão de fronteira mostrou isso de maneira muito clara. Práticas de violência nas relações de trabalho, como a escravidão por dívida, próprias da história da frente de expansão, são adotadas sem dificuldades por modernas empresas da frente pioneira. Pobres povoados camponeses da frente de expansão, permanecem ao lado de fazendas de grandes grupos econômicos, equipadas com o que de mais moderno existe em tecnologia. (...) A tendência observada até agora é a da aceleração da frente de expansão, ou mesmo seu fechamento, em decorrência da invasão das terras camponesas por grileiros, especuladores, grandes proprietários e empresas. Quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para “fora” da fronteira econômica ou para “dentro” como assalariados sazonais. Se encontram terras livres mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para os pontos mais distantes. É notável a circulação de informações sobre terras livres ou presumivelmente livres, entre camponeses, centenas de quilômetros adiante.

No caso em tela, o dinamismo das passagens de brasileiros para o território boliviano e seus constantes retornos, já tinha caráter ritual, no início dos anos setenta. Não estando a fronteira, no conceito habitual de Estado – Nação, compreendido dentro de uma perspectiva limitante, pelo contrário, a limitação de caráter legal que vigia nas estruturas dos poderes político dos Estados Nacionais, eram plenamente desconhecidas pela mobilidade dos agentes da produção que interagiam nesse espaço.

A fronteira formal limitante e limitadora, em que pese os conflitos diplomáticos, devido às quizilas ocorridas na transição do século XIX para o século XX, não convinha para as populações desse subespaço. A contigüidade da área atravessava com facilidade a divisão jurídico-política e a transformava em zona de contato, de incorporação produtiva, e, principalmente, de indiferença às hostilidades diplomáticas nas estruturas de cima, do poder central de cada um dos países.

No caso em tela, há de se considerar que, além das diferenças étnicas, culturais, lingüísticas e, às vezes, religiosa, quando se sai de um país e se penetra no território de outro, se experimenta, também, uma mudança no sistema de poder, no sistema monetário e até de preços. Porém, no espaço fronteiriço entre o Estado do Acre e o Departamento de Pando, as condições de isolamento e o distanciamento das populações bolivianas eram tão evidentes, que esses sintomas não se fizeram sentir com intensidade.

Nesse processo de deslocamento, a fronteira geográfica não concorreu com o entrelaçamento de articulações sócio-culturais já engendrados por esses agentes. Em cada etapa do deslocamento, os membros da família, os compadres, os antigos vizinhos já chegados acolhem os que vêm depois e serão acolhidos mais adiante pelos que se foram antes. A verdadeira estrutura social de referência das populações camponesas da fronteira não é o local visível. Ela se espalha por um amplo território, num raio de centenas de quilômetros, e é uma espécie de estrutura migrante, uma estrutura social intensamente mediada pela migração e pela ocupação temporária, ainda que duradoura, de pontos do espaço percorrido. (MARTINS, 1997).

A fronteira do próprio homem, isto é, vencer suas próprias dificuldades de convencimento dos familiares em abandonar um ambiente já construído, do trocar o certo pelo incerto, do fazer tudo de novo e do refazer-se na verdade é que constituíram obstáculos ao deslocamento, haja vista, que a paisagem em si não era totalmente desconhecida. A violência externa dos agentes que provocam os deslocamentos, essa sim, continuará viva em suas mentes. O castigo para esses indivíduos invisíveis para as elites é atemporal, não espacial e vai seguí-los, mesmo quando estiverem no outro lado. Ali, a fronteira que o impede de deslocar-se, não é a fronteira geográfica, mas sim, outras fronteiras, dentre elas, a sócio-econômica, a política e, principalmente, a sócio cultural. São elas que impõem a necessidade de vencer cotidianamente sua própria fronteira, uma luta incessante.

CAPITULO II - O PODER DESTERRITORIALIZADO: CHOQUES E ENCONTROS CULTURAIS NA FORMAÇÃO DE NOVA CADEIA REPRODUTIVA.

2.1 – A “ORDEM” NÃO TEM PÁTRIA: A PERMANÊNCIA NA OBEDIÊNCIA?

Na nova estrutura produtiva introduzida no Acre a partir do início dos anos setenta, pensada e executada pelas elites políticas e econômicas do centro sul do Brasil, tradicionalmente, influenciadas pelos ordenamentos advindos das forças centrífugas do grande poderio capitalista mundial, não havia espaço para a diferença. Como a lógica visível era a incorporação de terras, tanto para a criação de gado, como para a especulação fundiária, qualquer obstáculo a esse objetivo deveria ser imediatamente removido.

Falo de lógica visível entendendo esta como a parte compreensível, palpável, ou explícita que os agentes estrangeiros se permitiam revelar, mas, junto a esta, há outra até hoje oculta e ocultada, não só pelas elites externas, como também, pelas internas. Refiro-me, como parte visível, as grandes propriedades adquiridas por milionários ou empresas estrangeiros, como Daniel Ludwig e o Projeto Jarí, no Pará, ou o Grupo Bordon, no Acre, e poderíamos acrescentar inúmeros episódios de apropriações do visível, como fez a Bethlehem Steel com o manganês da Serra do Navio, no Amapá, ou, logo em seguida, a United States Steel, com a maior província mineral do mundo, localizada em Carajás, no Pará.

Por outro lado existe uma relação não visível, encoberta, que esconde fatos como a biopirataria, largamente praticada nos séculos XVIII , XIX e XX, onde Henry Wickham e o roubo das sementes de seringueira, em 1876, figuram em nossa literatura, apenas como um episódio grotesco da “esperteza” dos lordes ingleses. Desenvolvendo-se, nesse contexto o avanço e o domínio sobre a biodiversidade da e na Amazônia. A biopirataria, portanto, é uma das partes invisíveis da usurpação, que não se encontra descrita em nossa historiografia como aspecto importante, salvo exceções, como Arthur César F. Reis, que em várias obras, mas, principalmente, em “Amazônia e a Cobiça Internacional (1982)”, tenta desvelar os malefícios ambientais e humanos causados por essas atitudes.

No âmbito dos ordenamentos invisíveis podemos citar, também, as doutrinas, os ideários, os corolários e os enunciados, como Schilling (1992) bem observa. Políticas pensadas em alguns centros estrangeiros para serem executadas à revelia da soberania nacional em outros países, visando unicamente à obtenção de benefícios para aqueles, em prejuízo destes últimos. Remontando estruturas que permitem a permanência de uma exploração, que resguardada as devidas proporções, batem muito próximo às estruturas coloniais.

Nessa ofensiva de redescobrimento da Amazônia, pelas potências estrangeiras, principalmente, pelos norte-americanos, era preciso desenvolver um processo de imunização contra os rudes habitantes que pelejavam pela sobrevivência embaixo da espessa cobertura vegetal. A vacina letal foi desenvolvida com rapidez e a receita se espalhou com a velocidade de um tufão. O desmatamento virou palavra de ordem. Substituir a floresta por pastagens, embora muitas vezes não houvesse bois para habitá-las. Construir estradas, hidrelétricas, cidades e tudo mais que pusesse sob a vista uma nova idéia de utilização desse “espaço vazio”. Uma idéia, enfim, que combinasse com o sentido de progresso cristalizado pelos norte-americanos.

Na transformação de um Acre extrativista em um Acre pecuarista, não houve tempo para diálogos. Mesmo os agricultores paranaenses, catarinenses e sul-matogrossenses, que foram removidos de seus espaços anteriores, para os projetos de assentamento implementados no Acre, pelos governos militares com o intuito de amainar os conflitos de terras naquelas regiões, não tiveram possibilidades de opinar sobre sua forma tradicional de trabalho. A ordem era transformar os projetos de assentamento em empresas com objetivos claros de produzir para fora, isto é, produzir para exportar. Não havia qualquer preocupação com as necessidades internas. Toda a produção deveria estar enquadrada no elemento fundante da política em voga à época: “Investir no Acre, produzir no Acre e exportar pelo Pacífico”.

O movimento de desterritorialização que se aplicou aqui está ligado à tentativa de homogeneizar o espaço. O lugar do extrativismo, da agricultura de subsistência e da biodiversidade seria ocupado pelos campos artificiais, comumente, semeados com capim não nativo, de preferência o reengenheirado geneticamente, pois esses se espalham de tal forma que impedem a regeneração natural das matas nativas. As populações que

habitavam esses espaços, logicamente tinham sido subtraídas de seus recursos elementares de sobrevivência. Com a eliminação dos sistemas tradicionais, que representavam certa forma de vida, foram desmontados, também, verdadeiros emaranhados de culturas que se articulavam dentro de um espaço diversificado de relações sociais. Em seu lugar tentavam erguer novos modelos produtivos, tendo como base o desmatamento e o plantio de capim não nativo, promovendo uma redução das diversas formas de vida humana a uma única: a peonagem.

O desenraizamento provocado pelas forças externas, isto é, o deslocamento dos trabalhadores das áreas agora ocupadas e modificadas para outras atividades, constituiu-se como um perigo e uma ameaça. Um perigo para a sua vida, enquanto bem individual e uma ameaça para sua forma de viver enquanto bem coletivo.

Para preservar sua vida e sua forma de viver, os trabalhadores que foram expulsos do espaço territorial brasileiro, trataram de rearticular esses modos de vida em outro ambiente que permitisse a permanência no extrativismo e na pequena produção. Por isso buscam outras áreas, mesmo não sendo em seu país, para reconstruir essa forma de vida. Promovem assim um atravessamento espacial que rompem os limites da territorialidade local e nacional. Ortiz (1999, p. 64-65), revela que “a desterritorialização tem a virtude de afastar o espaço do meio físico que o aprisionava e a reterritorialização o atualiza como uma dimensão social”.

Em seu conjunto, as mudanças imprimidas na estrutura produtiva, no Estado do Acre, mais precisamente na região fronteiriças com o Departamento de Pando, Bolívia, fazem parte de um atravessamento do local por interesses cruzados entre o nacional e o mundial. Para Ortiz (1999, p. 65-66):

Local, nacional e mundial se entrelaçam, portanto, de formas diversas, determinando o quadro social das espacialidades em conjunto. Este quadro irá variar segundo os contextos e, sobretudo, em função da prevalência, ou não, de determinados pré-requisitos tecnológicos e econômicos – a modernidade-mundo não se reduz ao movimento de “modernização” das sociedades, e sim o acompanha. Com isso, quero dizer que o nacional e o local são penetrados pela mundialização. Pensá-los como unidades autônomas seria inconsistente. Porém, como a base material da modernidade-mundo é desigual, e a expansão da cultura deve

obrigatoriamente levar em conta a diversidade dos povos, sua conjunção só pode ocorrer como diferencial. O lugar é o espaço dessa diferencialidade.

A reconstrução de seus modos de vida em outro lugar não traduz um significado de abandono de suas tradições e experiências anteriores, pelo contrario, o deslocamento significa a oportunidade de reestruturá-lo. Se no outro país fala-se outra língua, reconstroem-se círculos de familiares, compadres, conhecidos e compatriotas que a excluem ou a adaptam. As situações concretas de contato com o outro, serão regidas pela incorporação de novos elementos e não pela negação dos trazidos. Porém, tudo isso será ineficaz no que diz respeito à permanência na obediência.

As transversalidades da ordem estabelecida perpassam a territorialidade. A porosidade do poder de imposição e de coerção se apresenta, no outro lado, de forma rápida com a presença de fiscais e cobradores de impostos do outro Estado-Nacional. Em seu depoimento a este autor o senhor Bartolomeu Moreira da Silva revela:

Eles (os bolivianos) cobravam muitas taxas dos brasileiros. Lá os brasileiros pagavam impostos de piso dos animais no campo, pagavam a prestação real e em tudo era preciso pagar. A prestação real a gente pagava pouco, não é? Pagava uns dez bolivianos. Agora o piso dos animais era mais caro, sei que de tudo a gente ia pagando e gastando o dinheiro que a gente ia guardando, quando a gente pensava que tinha algum dinheiro, né? Não tinha mais dinheiro algum. Nós pagava aqueles documentos e ia guardando, pensando que com os documentos nós tinha algum direito, mas se tentasse falar mais abusado eles bota pra fora e toma o resto do que você tem. Lá, as benfeitorias na terra, nada é vendido, eles tomam a pulso mesmo. Tem uns mais atrevidos que querem logo botar fogo nas coisas pra gente sair logo. (SILVA, B. M da. jun., 2001).

Do lado brasileiro os seringueiros estavam sujeitos ao pagamento da renda aos seringalistas, que se diziam proprietários das terras onde eles viviam e produziam. No lado boliviano advinha uma série de taxações que ultrapassavam as devidas à renda, cobradas em nome de benefícios ao governo que os acolhera.

É possível perceber, ao se observar o quadro geral dos deslocamentos de trabalhadores da região fronteira do Brasil para o território adjacente da Bolívia que há uma linha de interesse que une os dois governos. O do Brasil era beneficiado com a redução de conflitos que estavam acontecendo em seu território, logo, o deslocamento era deveras alvissareiro, pois reduzia as necessidades de buscar outras acomodações para esses trabalhadores apartados da terra.

Para o governo boliviano, também, há um duplo benefício: em primeiro lugar, garantia o povoamento de vastas áreas de seu território que estavam desocupadas, por um setor produtivo que lhe gerava ganhos sem o aporte de nenhum tipo de investimento. Faço essa ressalva porque a produção dos indígenas que ocupavam a região não lhes proporcionava grandes rendimentos. Em segundo lugar, esse novo tipo de povoamento gerava a possibilidade real de aferir bons recursos com a cobrança, não só de taxas de produção, mas, sobretudo, de permanência dos estrangeiros em seus territórios.

Do lado dos seringueiros deslocados sobrevinha uma precarização significativa de sua condição de vida, pois, mesmo admitindo uma alta produtividade de borracha no lado boliviano, a ausência de suportes de escoamento da produção e de assistência médica e educacional eram ampliadas.

Do ponto de vista da produção, a dependência a um patrão permanecia, praticamente, nos mesmo moldes, até porque quem controlava a maioria dos seringais bolivianos eram patrões brasileiros, agravando-se, com a presença de marreteiros, regatões e toda sorte de atravessadores que se aventuravam na compra e venda de borracha naquela região, em busca de um lucro fácil, devido às difíceis condições de transporte. Segundo o seringueiro Francisco Xavier: “quem tinha um pequeno barco ou um boi de carga nesses seringais era considerado um homem rico”. (SILVA, F. X da. jan., 2001). A relação de domínio, mesmo no lado boliviano, dos seringais por um patrão era tão grande que ele mesmo aviava os marreteiros promovendo uma situação de competitividade pela compra da borracha, onde em qualquer dos casos ele ganhava. Se o produtor vendesse direto ao patrão ele pagava um preço menor e podia encarecer o preço dos produtos fornecidos para aquele. Se, por outro lado, o patrão fornecesse mercadorias ao marreteiro por um preço maior, esse, por sua vez teria que “tirar” nas costas dos seringueiros, através do aumento no preço das mercadorias oferecidas. O lucro do marreteiro teria que ser extraído de sua relação com o

seringueiro, pois ele sabia que teria um preço fixo para repassar a borracha adquirida ao patrão, e assim, o círculo de exploração e dominação se reproduzia, também, no outro lado da fronteira.

Quando observamos a situação social, notamos que ela se agrava para o seringueiro deslocado. O governo brasileiro se desobriga totalmente de prestar qualquer tipo de assistência, porque ele está morando em território estrangeiro onde, legalmente, o governo não pode implantar escolas, assistência médica, técnica e etc. O governo boliviano, da mesma forma não se vê obrigado a prestar nenhum tipo de assistência, pois não tem obrigações com os estrangeiros que, para todos os efeitos, estão ilegalmente ocupando seus espaços territoriais.

Dessa forma o seringueiro deslocado passa a viver mais um dilema em sua conturbada vida de fronteira: ultrapassa a geográfica e começam as lutas contra as fronteiras (barreiras) políticas, econômicas, sociais, nacionais e culturais. Obviamente, não podemos anunciar categoricamente a morte desses trabalhadores e do seu modo de vida, como também, não podemos dizer que os dois governos tramaram deliberadamente sua exploração. Contudo, é insofismável que a contenda travada nesse espaço territorial dá-se, no mínimo, em condições de assustadora desigualdade.

Na medida em que os seringueiros deslocados sonhavam com uma vida mais tranqüila, menos conflitiva, do outro lado, vão encontrar pela frente as mesmas demarcações e antagonismos que Marx já identificava no Manifesto Comunista lançado em 1848:

Os operários não tem pátria. Não se pode tirar deles o que não possuem. Na medida em que o proletariado deve primeiramente conquistar o domínio político, erigir-se em classe nacional, constituir-se ele mesmo enquanto nação, o próprio proletariado é também nacional, ainda que de forma alguma no sentido da burguesia.

Mesmo admitindo uma distância significativa entre as situações de vida dos operários industriais e os seringueiros, a constatação de Marx imprime uma analogia oportuna no sentido das condições materiais, econômicas, sociais e políticas entre esses trabalhadores e aqueles da indústria, principalmente, os aspectos das contradições e dos antagonismos. Enquanto os operários vendiam sua força de trabalho para uma produção

que, na maioria das vezes, não estava ligada aos seus anseios imediatos, o seringueiro nem sonhava com o destino que sua produção tomava, após a entrega ao patrão. Persistindo nos dois casos níveis de correspondência unicamente no que se refere à forma perversa de alienação.

A “ordem” estabelecida, não só atravessava a fronteira, acompanhando o seringueiro, como penetrava, também, nas reentrâncias dos sistemas produtivos, integrando poderes e introduzindo rearranjos de centralidades mental e cultural de difícil desarticulação.

2.2 – O OUTRO TAMBÉM ESTÁ SÓ. A RECUSA DAS SEMELHANÇAS

De acordo com Chossudovsky (1999), a história moderna da Bolívia começa com a Revolução de 1952, durante a qual, sob o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), milícias de trabalhadores e mineiros armados desapropriaram as minas, terras e fábricas. A partir de então as convulsões sociais vão tomar de conta dos trabalhadores. Os movimentos anti-revolucionários vão provocar conflitos que resultam na demissão de trinta mil mineiros. Todo esse contingente de trabalhadores desempregados passam a reivindicar espaços para se inserirem no campo produtivo, mas se negam aos deslocamentos bruscos, como, por exemplo, virem para a Amazônia.

Segundo estudos apresentados por Chossudovsky (1999, p. 207-208), a agricultura boliviana consiste em três sub-setores distintos:

- a) A economia camponesa (*economía campesina*) caracterizada pela agricultura de pequena escala (*parceleros*) e pelas comunidades camponesas (*comunidades campesinas*) concentradas nos vales e planaltos andinos. Essa economia é produto da reforma agrária da década de 50 e do desmantelamento das grandes fazendas (*haciendas*). Como no Peru, as comunidades camponesas de terras altas caracterizam-se por uma alta incidência de *pobreza crítica* (97% da população rural é classificada como “pobre” e entre 48% e 77%, como “criticamente pobre”.
- b) Um subsetor de agricultura comercial voltado principalmente para o mercado de exportação e caracterizado por plantações de médio e grande porte, particularmente nas novas áreas de colonização agrícola, nas terras baixas do leste (*llanos orientales*), como, por exemplo, as de Santa Cruz.
- c) A produção de coca, tanto para ser transformada em pasta de coca e exportada como para sua venda “tradicional” no mercado doméstico.

Porém, será a partir de setembro de 1985, que o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR, comandado por Vitor Paz Estenssoro, inicia a aplicação de um pacote ortodoxo destinado a combater a inflação e a eliminar os desequilíbrios internos e externos do país. O pacote econômico continha todos os

ingredientes essenciais do Programa de Ajuste Estrutural – PAE, do fundo Monetário Internacional – FMI. A moeda foi desvalorizada, unificou-se a taxa de câmbio e realizou-se o leilão de divisas estrangeiras (*bolsín*).

É nesse contexto que o governo promove “cortes de gastos” e cerca de 50 mil funcionários públicos são demitidos. Adotou-se uma rígida política monetária, juntamente com a eliminação do controle de preços. Realiza a desindexação dos salários e a “liberalização” do mercado de trabalho também foi adotada. O pacote incluía, ainda, a liberalização do comércio, envolvendo reduções substanciais dos impostos de importação.

A essas medidas seguiram-se a reorganização da indústria de mineração estatal, o fechamento das minas não lucrativas e a demissão de mais 23 mil trabalhadores do setor. A adoção desse pacote vai acarretar um declínio significativo no nível de empregos e de rendimentos reais naquele país. A contração dos salários refletiu no setor informal urbano e na economia rural, que depende do comércio interno.

Parte desse contingente de mais de noventa mil trabalhadores que foram sacados dos seus empregos e fontes de renda, é que vai ser “convidada” pelo governo boliviano a se deslocar para os “novos *repartimientos*” de terras nas regiões “desertas” do Departamento de Pando, justamente para onde os seringueiros brasileiros, também expurgados de seus antigos espaços, tinham sido empurrados. Segundo depoimento do Senador Leopoldo Fernandez, à época Vice-Presidente do Congresso Boliviano a uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, em 1992, ele considera que:

A Bolívia está tratando da implementação de projetos de desenvolvimento da região de Pando, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, na área de extensão do campo agrícola, buscando o auto-abastecimento, mas não está adotando nenhuma medida no sentido de expulsar os brasileiros. (ALEAC, 1994).

É, a partir dessa nova realidade, no início dos anos 90, que os depoimentos colhidos nas conversas com os brasileiros que ocupavam e ocupam o espaço territorial boliviano, nessa linha de fronteira do Estado do Acre com o Departamento de Pando, têm sido contundentes na afirmação de que o deslocamento em massa de seringueiros

brasileiros para as áreas de seringais bolivianos só foi possível graças ao escasso contingente de bolivianos morando nessas áreas à época, mas que, a partir da década de 90, iniciou-se um período de hostilidades, com o intuito claro de expulsão dos brasileiros. Num editorial do jornal “A Gazeta”, podemos perceber a recorrência do assunto:

Mais uma vez, vem uma denúncia grave da fronteira, dando conta que seringueiros acreanos estariam sendo escoraçados e sofrendo humilhações por parte de soldados bolivianos, e a mando de autoridades daquele país. A denúncia é séria. Foi passada por fonte de confiança, que presenciou a fuga de seringueiros de terras bolivianas, onde suas mulheres e filhas estariam sendo até estupradas. Pode ser obra de algum treloucado militar daquele país, que ainda imagina estar em guerra com o exército de Plácido de Castro, mas a verdade é que a situação desses brasileiros que estão vivendo do outro lado da fronteira não é nada cômoda. Ao contrário é humilhante, porque serão sempre estrangeiros, vivendo fora de sua pátria e de favores e humores de autoridades que jamais reconhecerão seus direitos plenos de cidadãos. (SERINGUEIROS..., ALEAC¹⁰, 8/1994).

A situação de “invasão” das terras bolivianas, nas décadas anteriores a de noventa, só fora possível graças à inexistência de uma tradição forte na extração do látex, por parte dos bolivianos, tanto isso é verdadeiro que no primeiro surto da borracha, no final do século XIX, os bolivianos contrataram uma empresa norte-americana, o Bolivian Syndicate, para encarregar-se da exploração do produto. Outro fator que merece consideração são as condições geográficas do país, pois essa área onde prevalecia uma vegetação de floresta e um clima chuvoso, não tinha ainda sido incorporada em seu setor produtivo prioritário, por tratar-se de uma região, até então, desprezada pela parte majoritária da população boliviana, composta, predominantemente, por indígenas adaptados às regiões de altiplanos das encostas da cordilheira dos Andes.

Essas populações indígenas, tradicionalmente, trabalhavam o cultivo da terra e o governo boliviano não dispôs de condições de promover uma ocupação maciça do

¹⁰ - ALEAC, 1994 – Trata-se de um relatório publicado por parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Acre que participaram de uma Comissão Especial para averiguar a situação dos seringueiros brasileiros na Bolívia. O relatório inicia com um editorial do Jornal A Gazeta, publicado em 04/05/1994, intitulado Seringueiros na Bolívia.

território, devido o baixo contingente populacional do país, que à época, ainda sofria as consequências desastrosas dos empreendimentos mineradores montados pela Espanha no período colonial.

Essa tradição da Bolívia como enclave minerador ainda persiste nos dias atuais. Cerca de 75% de suas exportações legais são baseadas no setor mineiro, em que pese à drástica redução da mão de obra empregada nessa produção. Essa redução do contingente de trabalhadores na mineração ocorreu, já na década de oitenta, quando o MNR consolida a sua mudança de direção e permite que a maioria das empresas de mineração retorne às mãos de empresas norte-americanas. Nesse período, nada menos que trinta mil ex-mineiros passaram a engrossar as filas de desempregados, mas houve, a priori, uma recusa ao deslocamento para a Amazônia, que o governo apresentava como alternativa.

A situação de recusa dos bolivianos em se deslocarem para as áreas de floresta do seu território, é que vai garantir a permanência de brasileiros naqueles espaços sem grandes conflitos, até o início dos anos noventa.

Porém, diante das fortes pressões exercidas pelos demitidos do setor público e setor minerador e sem querer entrar em conflito com os grandes proprietários (*hacendados*), o governo boliviano passa a implementar uma tentativa de deslocamento compulsório dos trabalhadores desempregados para as áreas de floresta, promovendo um loteamento dessas áreas, até então, desprezadas.

Os principais incentivos apresentados pelo governo boliviano eram: possibilidades de uma produção agrícola diversificada, a exploração de madeiras para um mercado externo em franca expansão e a garantia de títulos de posse definitivos para os assentados.

Mesmo com esses incentivos não houve um grande deslocamento de bolivianos para a área em questão, até porque, como assevera Hobsbawn (1994, p. 142): “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século (XX), e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”. Essa morte do campesinato a que se refere Hobsbawn reflete uma certa realidade da Europa e outros centros desenvolvidos, contudo, não é uma vocação inata dos latino-americanos, principalmente, dos descendentes de indígenas que tradicionalmente trabalhavam com o amanhamento da terra. O que traduz uma certa resistência, uma certa recusa ao

deslocamento é o conhecimento de que após o processo de amansamento dessa nova terra advém o processo de desapossamento. Aliado a esse fator, grande parte do contingente que o governo quer deslocar é originário de terras altas, onde seus ancestrais e suas culturas estão sob e sobre aquelas terras, o que para eles significa um desenraizamento inaceitável. O resultado dessa operação é um pequeno deslocamento de indivíduos que não conseguiram vencer as pressões sobre eles exercida.

As relações estabelecidas pelos seringueiros brasileiros com os novos assentados bolivianos, logo de início, foram amistosas. Em primeiro lugar porque os “colonos” bolivianos não disputavam mercado no que diz respeito à extração do látex. Suas atividades se prendiam mais a coleta da castanha e, prioritariamente, as ligadas à agricultura, a pecuária e ao comércio.

Pequenos problemas vão surgir quando o governo boliviano introduz a limitação de terras sob uso dos brasileiros, pois, como se sabe, as estradas de seringa ocupam territórios extensos e irregulares, incompatíveis com a distribuição de lotes sincrônicos, que o governo boliviano realizou. A partir do momento de chegada dos bolivianos para ocuparem esses lotes houve uma proposta de recuo dos seringueiros brasileiros para áreas mais distantes da *carretera*^{11 9} e das margens do rio. O Senador Leopoldo Fernandez, explicando a situação aos parlamentares acreanos, comenta:

Os problemas ocorridos são de caráter legal e de documentação, já que a Constituição de meu país não permite que nenhum estrangeiro possua direito à propriedade até 50 quilômetros da fronteira. (ALEAC, 1994).

Nesse contexto, quando qualquer seringueiro brasileiro esboçava algum tipo de reação contrária ao deslocamento, era “premiado” com o convite para abandonar a região ou, no máximo, permitiam a permanência em um espaço circunscrito, extremamente reduzido. Arlindo Araújo Lopes, afirma que:

Quem mora perto da *carretera* ta vivendo aperreado porque eles querem tomar tudo. Pra nós que vive da castanha e do roçado ta ficando mais difícil. Pro

¹¹ - *CARRETERA* – Carretera ou la carretera é a principal estrada boliviana que corta o território do Departamento de Pando, ligando esta parte da Bolívia ao seu centro administrativo.

seringueiro eles até oferece outras áreas, mais pro fundo, diz que fica a mais de cinquenta quilometro da estrada, mas pra nós diz que só temos direito do terreiro, é muito quando eles deixam um pedacinho assim ao redor da casa, eles diz que nós tudo tamos ilegal. O jeito que tem é o nego se arrumar pra outras bandas, aqui (na Bolívia) ta difícil. (LOPES, A. A. jun., 2001).

Porém, nesse mesmo contexto, é inegável que se ampliou de forma significativa, as incursões de empresários bolivianos pelos seringais, mapeando e retirando madeiras nobres com vistas à exportação.

Nessas incursões os pequenos conflitos foram surgindo. Os madeireiros bolivianos agiam de forma arrogante e pressionavam os brasileiros a se retirarem do local alegando que estes estavam em terras que eles haviam adquirido e que, no máximo, eles poderiam contribuir servindo como empregados no serviço de “empicar” as madeiras, fazer derrubadas e ajudar no transporte destas. O senhor Arlindo Araújo Lopes, que mora em uma área próxima a *carretera*, em Cobija-BO, relata dessa forma sua relação com os madeireiros bolivianos:

Eles chegam lá dizendo que compraram aquela área de terra e que as madeiras são deles, eles só vão pagar o serviço pra gente mostrar a árvore. É mais ou menos assim, eles pagam assim numa faixa de dois reais pra gente empicar cada árvore, não é? Ai se a gente for lá derrubar a árvore e tudo, eles pagam entre oito e dez reais com empicação com tudo. (LOPES, A. A. jan., 2001).

A configuração inicial desse processo de ocupação, que aparentava uma certa homogeneidade, devida à maioria brasileira, na área, perde totalmente essa característica dando lugar a uma diversidade fantástica, onde a recusa do reconhecimento das semelhanças se apresentava numa espécie de racismo e intolerância frente ao outro. Perguntando sobre seu relacionamento com os bolivianos o senhor Bartolomeu Moreira da Silva, comenta:

Ichee! Esses “colhas” são muito diferentes, eles são muito diferentes, o pandino, o riberaltese é outro tipo de gente, o riberaltese é amarelo empambado, todo

inchado, a cara e os olhos é assim, tudo inchado, né? Agora os “colhas” é tudo índio, o “colha” é burro demais, mas é burro só pra outras coisas, pra fazer comércio é esperto igual turco. Eu mesmo conheci um desses “colha” que chegou aqui e começou a vender castanha enrolada com açúcar e eu dizia: isso é que é comerciante. Você tá pensando, se um “colha” ganhar dez bolivianos num dia ele só gasta um para o almoço (risos). É por isso que “colha” tem dinheiro. Eles chegam aqui e se fazem no comércio, na compra de gado, pra comércio, “colha” é esperto. (SILVA, B. M. da, jun., 2001).

Outro seringueiro brasileiro, o senhor Cecílio Lima da Silva, que morou trinta anos num seringal boliviano, também reclama:

Esses “tiapacos” tem a cara ruim como todo, vixe! E falam muito mais enrolado do que os pandinos, quando eles chegaram já foram entrando e quebrando castanha, tem uns que pediram até pra deixar as castanhas lá em casa enquanto eles arranjavam transporte, eu não neguei, aí depois o comprador veio buscar. Mas eu não gostei foi do jeito deles, são tudo isquisito. (SILVA, C. L da, jun., 2001).

Por outro lado, os bolivianos também acusam os brasileiros da cidade de Brasília e Epitaciolândia de racismo e tratamento depreciativo. O Senador boliviano Leopoldo Fernandez ouvido pela comissão mista de parlamentares acreanos e bolivianos, reclama:

É humilhante a forma como se comporta a Polícia Federal do Brasil no trato com os bolivianos, mulheres e homens têm sido submetidos a situações vexatórias. Nós somos vistos como narcotraficantes, de forma generalizada, também, por parte da imprensa brasileira. Dizem até que aqui é tão fácil comprar drogas como é fácil comprar açúcar. Não, nós temos combatido o narcotráfico. (ALEAC, 1994).

A forma dos brasileiros em caracterizar o outro, comumente, é uma forma depreciativa. Só os identificam como índios, destilando uma carga de preconceitos e imprimindo um ar de superioridade indisfarçável. Cada vez que fazem referências aos “colhas”, riem com certo ar de deboche. E por mais incrível que isso possa parecer, pois,

embora, também sejam, analfabetos, muitos seringueiros brasileiros conseguiram internalizar uma certa interpretação da história da “Revolução Acreana” e, como vencedores da contenda, se colocam como superiores. “Eles tem medo de nós” e “boliviano se mija de medo de brasileiro”, são frases que ouvi com certa frequência em conversas mantidas com esses seringueiros brasileiros que vivem ou viveram na Bolívia.

Nessas conversas, em nenhum momento, pude perceber uma discussão no sentido de compreender as potencialidades e dimensões de um processo de integração regional. Todo o debate existente está permeado de conceitos e pré-conceitos estritamente localizados nas relações interpessoais. Uma discussão, ou uma problematização que conduza à percepção de que a realização, bem como a sustentabilidade do processo de integração regional estão ligados a uma mesma raiz, e que essa raiz provocou os deslocamentos de ambas as partes, está totalmente ausente.

Para os seringueiros brasileiros a culpa pela piora das suas condições de vida, está intimamente ligada à chegada dos “colhas” a região. O princípio de estabelecimento de estratégias de inserção e participação na construção conjunta de uma convivência com o outro, estão a priori, desconsideradas. A heterogeneidade entre os mesmos alcança uma pluralidade considerável: São diferenças econômicas, políticas e, principalmente, sócio-culturais.

Quando nos vemos diante das considerações tecidas pelos seringueiros brasileiros, frente aos trabalhadores bolivianos deslocados para a região em tela, somos levados à necessidade de reconhecer que a compreensão dessa realidade nos leva a correr riscos e aponta desafios inimagináveis, por conta das generalizações ou abordagens totalizantes a que somos obrigados a recorrer. Porém, é diante dessas múltiplas, inusitadas e complexas questões que temos que buscar as reflexões e os significados, muitas vezes contraditórios, com o que ensejavam nossos objetivos.

Confesso que observando de longe o processo de convivência desses trabalhadores, cheguei a pensar que ali se construía um processo de integração que extrapolava as fronteiras limitantes dos Estados-Nacionais. Nada mais equivocado. As reminiscências nacionalistas e, principalmente, o conteúdo racista encontrado nos relatos, colhidos nas entrevistas, demonstraram que o único elemento que os fazia permanecer

juntos eram as condições econômicas e as dificuldades de recuos (retorno) imediatos para o território brasileiro.

As perspectivas de compreender os elementos que os colocaram naquelas condições estavam ausentes de suas construções. Os processos externos que provocaram seus deslocamentos estavam tão distantes de seus horizontes intelectuais, quanto a matriz da idéia onde se fabrica o racismo e se legitima a noção de superioridade racial. Compreender o desenraizamento do outro e buscar construir uma nova relação societária não estavam nos seus planos, embora, estivessem nos dos representantes políticos do Estado do Acre e do Departamento de Pando.

Adotando uma postura diplomática amistosa, quando promoviam reuniões bilaterais, os representantes dos dois países se esmeravam em tecer elogios mútuos e anotar as reclamações de maus tratos recebidos por seus compatriotas em um e outro país. Cada um fazendo questão de ressaltar que não havia nenhuma orientação oficial para expulsão, ou tratamento discriminatório contra os seringueiros brasileiros e trabalhadores bolivianos, respectivamente, em seus territórios. Demonstravam assim, um distanciamento fantástico das lidas diárias, tanto de brasileiros, como de bolivianos que teimavam em atravessar a fronteira. Nas relações não diplomáticas emergiam situações conflituosas e pequenas escaramuças, que produziam como resultado a reminiscência de antigos conflitos que atravessaram os anos e se instalaram no coração e nas mentes desses trabalhadores, impossibilitando o reconhecimento do outro como um igual.

A igualdade da situação de vida e trabalho entre seringueiros brasileiros e os desempregados bolivianos, não era maior do que a desigualdade ideológica promotora do estranhamento. A tessitura de uma nova forma de vida estava comprometida pela ideologização dos relacionamentos. Ideologização enredada de fora para dentro, mas, atravessando de forma inescapável, os agentes diretamente expurgados por ela.

2.3 – REESTILIZANDO A SOLIDÃO: A RELIGIÃO, OS SINDICATOS, OS PARTIDOS DE ESQUERDA E AS ONGs.

A nova configuração econômico-política do Acre, fundada a partir das mudanças introduzidas na estrutura produtiva, na década de 70, isto é, o abandono por parte da elite local, da produção extrativista e o incentivo ao investimento na pecuária, trouxe consigo, uma precarização significativa, das condições de vida dos seringueiros, castanheiros, colonos e posseiros da região.

Para entendermos melhor esse reflexo basta considerarmos o censo demográfico das décadas de 70 e 80, no que se refere à composição da população de Rio Branco em sua área urbana e rural. Em 1970, Rio Branco, que ainda abrangia as áreas dos atuais municípios de Plácido de Castro, Senador Guiomard e Bujari, tinha uma população de 83.937 habitantes, sendo que na área urbana, habitavam, aproximadamente, 40% desse total.

Já em 1980 a população de Rio Branco era de 119.815 habitantes, e cerca de 75% de residentes no município, estavam na zona urbana, considerando ainda, que as três vilas “Quinari”, “Plácido de Castro” e “Bujari”, haviam sido desmembradas e se transformado nos municípios de Senador Guiomard, Plácido de Castro e Bujari, respectivamente.

Esse “inchaço” populacional de Rio Branco tem seu epicentro nas “limpezas” dos territórios, promovidas pelos capangas dos “paulistas”, nas áreas dos municípios do vale do rio Acre, principalmente, nos municípios de Brasiléia, Xapuri e Assis Brasil.

Essa significativa mudança trouxe no seu bojo, alguns agentes considerados indesejáveis pelos patrocinadores dos investimentos. Falo especificamente da igreja católica e suas Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs e a Confederação dos Trabalhadores em Agricultura, a CONTAG. Além da Instituição religiosa e da entidade trabalhista, uma série de outras organizações, como os partidos de esquerda, mesmo na clandestinidade, e as Organizações Não Governamentais (ONGs), emergiram no contexto dos conflitos que marcam essa transição em que estava mergulhado o Estado do Acre.

No caso da igreja católica a preocupação com os pobres do planeta já havia sido declarada em 1963, quando a situação da América Latina e da África havia sido discutida em suas conferências episcopais e ela tinha evoluído para a fundação de sua “opção pelos pobres”. No Acre, sua ação nesse campo se dá a partir de 1971, como lembra o senhor Piauí, antigo morador da “Vila Quinari”, falando ao jornal O VARADOURO:

Nós começamos nossa comunidade através de umas voluntárias italianas que vieram trabalhar com nós. Nós rezemos nas casas umas novenas pelo mês de maio. E nós, como já estava no costume velho de rezar novena, quase ninguém ignoremo. Mas depois que rezemos as novenas do mês de maio, elas começaram a falar pra nós de uma história de monitor. Eu fiquei admirado com a história do monitor. Ai elas convidaram nós pra se ajuntar. Fazer aquele grupozinho e pegar e ler o evangelho. Entonce nós começamos aquele grupozinho de pouca gente. Isto foi em 1971, até que chegou o dia delas fazer o convite pra vir em Rio Branco. Convidaram 14 entre homem e mulher. E nós viemo fazer o treinamento. Passamo dia e meio. (COMUNIDADES..., O VARADOURO, Rio Branco, 1981, ago/set., nº 23, p. 9).

O mesmo Piauí (Apud. COMUNIDADES..., O VARADOURO, Rio Branco, 1981, AGO/SET. Nº 23, p. 9), conta como era a atuação dos padres e da igreja anteriormente:

Antes os padres, quando iam fazer uma desobriga nos seringais, iam pra dentro da casa do patrão. O seringalista era quem convidava os seringueiros para comparecerem em sua casa, quando o padre passava. Os padres não falavam em posse de terra, só davam razão e elogiavam os patrões.

A senhora Maria de São Pedro, também comentando o início da atuação das Comunidades Eclesiais de Base no Acre, relata:

A primeira reunião que nós tivemos foi com o padre Pacífico, na Estação Experimental. Era o Zé Dourado, o Amâncio e eu. Depois vieram outras reuniões e outras pessoas. Nas primeiras reuniões, as perguntas saiam das próprias famílias:

como era a vida da gente, como a gente vivia, quais eram os nossos problemas. Depois a gente fazia as preces sobre a vida da gente. Eu nem sabia rezar. Aos domingos a gente ia visitar o povo do bairro, os hospitais. (Apud. COMUNIDADES..., O VARADOURO, Rio Branco, 1981, ago/set, nº 23, p. 9).

Os fundadores dessa nova orientação da igreja católica no Acre são os bispos D. Giocondo Grotti, que morreu em um acidente aéreo em setembro de 1971, e o seu sucessor D. Moacyr Grechi, ajudados por uma série de monitores, padres, freiras e leigos, que saíram pelos bairros de Rio Branco e seringais dos municípios do vale do Acre formando novos grupos de evangelizadores, todos devidamente comprometidos com a busca de superação da situação de exploração e pobreza a que estavam submetidos os seringueiros, agricultores, posseiros e colonos em geral. O jornal O VARADOURO, baseado em depoimentos de seringueiros, assim descreve esse período:

Formada por gente simples, pobre e explorada, a nova igreja que nasceu no Acre, nasceu comprometida com a luta do povo. No início, antes mesmo que surgissem os sindicatos dos trabalhadores rurais, as Comunidades de Base já enfrentavam o problema da terra, que começou a surgir, no Acre, com a chegada dos compradores do Centro-Sul do país. Quando chegaram os sindicatos, o terreno já estava preparado. “No início os fazendeiros e grileiros levaram certa vantagem: muito companheiro fugiu para a Bolívia ou veio pra cidade. Outros ficaram mais por teimosia. (Apud. COMUNIDADES..., O VARADOURO, Rio Branco, 1981, ago/set, nº 23, p. 9).

É o próprio bispo D. Moacyr Grechi, num depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra, da Câmara Federal, em 1977, quem aponta bem a posição da igreja sob sua responsabilidade:

A quem interessa o desenvolvimento da Amazônia? O verdadeiro desenvolvimento que se dá na melhoria de qualidade de vida das pessoas e das comunidades e na sua ligação orgânica com a natureza, interessa

principalmente aos índios, aos seringueiros, aos ribeirinhos, aos pequenos lavradores, aos milhares de nordestinos que se deslocaram a essa área a partir do século passado e, finalmente, aos milhões de imigrantes que, nos últimos anos, buscam na Amazônia a última chance de uma vida com o mínimo de condições humanas (...).

Um desenvolvimento integral também interessa com trágica urgência, aos milhões de moradores das periferias das cidades amazônicas, todas elas “inchadas” pela violenta migração das populações camponesas.

A Igreja procurando ser fiel à mensagem evangélica de libertação integral do homem e de todos os homens, interessa-se por esse desenvolvimento verdadeiro e apóia as aspirações, exigências e lutas de todos esses homens da região amazônica para conquistar o que necessitam”. (TUDO DITO..., O VARADOURO Rio Branco, 1979, dez., nº 07, p. 17).

No momento em que se agravam os conflitos entre os antigos posseiros das áreas dos seringais e seus novos donos, aparece a igreja imprimindo a idéia de resistência pela permanência na terra, lançando em 1974, no 1º Encontro do Vicariato do Acre, no município de Xapuri, um documento oficial, tratando da questão fundiária e conclamando seus agentes pastorais a se mobilizarem em defesa do trabalhador rural, do seringueiro, do posseiro e do colono.

As orientações da igreja foram publicadas no boletim denominado “NÓS IRMÃOS”, entre esses boletins, encontramos um que tinha como chamada de capa o seguinte título: ORIENTAÇÃO DA IGREJA DO ACRE E PURUS SOBRE O PROBLEMA DA TERRA. As indicações contidas são claras, no sentido de garantir a defesa dos trabalhadores que estavam sendo expulsos de suas áreas, vejamos os termos do manifesto, que embora seja longo, entendemos como necessária sua transcrição para melhor compreensão do papel da igreja católica na contenda:

Em face da grave situação criada pelo problema no Estado do Acre e em particular no território desta Prelazia, a igreja acre-puruense não entrando no lado técnico deste problema, mas inspirada no Evangelho de Cristo faz questão de dar a esse respeito suas diretrizes para todo o povo de Deus.

A problemática das terras preocupa em especial os posseiros, colonos e seringueiros que vivem na maioria das vezes há vários anos no interior de nossos seringais e colônias sobre quem pesa a ameaça de deixarem suas posses sem perspectiva alguma de sobrevivência. Na realidade, com o passar dos dias, multiplicam-se os casos de posseiros, colonos e seringueiros que de maneira mais arbitrária e mesmo violenta vem sendo expulsos de suas posses sem o menor respeito a dignidade da pessoa e mesmo a lei vigente. Igualmente essa problemática vem preocupar os investidores do Sul, em especial aqueles que com toda vontade vieram investir seus capitais num Estado onde os títulos de terras em geral não se encontram devidamente legalizados e daí o fato de inúmeras vendas de terras se processarem de forma irregular.

A orientação da igreja no que diz respeito aos posseiros é a seguinte:

- a) Conscientizar os posseiros de seus direitos segundo as orientações do INCRA, sobre a posse da terra;
- b) Urgir junto aos órgãos competentes a necessária documentação dos trabalhadores em consonância com a legislação trabalhista;
- c) Denunciar aos órgãos competentes: INCRA, 4ª Cia., Polícia Federal, Polícia Militar, Secretaria de Segurança as arbitrariedades cometidas contra estes trabalhadores;
- d) Defender mesmo na justiça indivíduos ou grupos quando nenhuma outra providência for tomada pelos órgãos de direito;
- e) Sugerir ao Governo do Estado e ao próprio INCRA, levando em conta o futuro destes trabalhadores, o enquadramento dos mesmos num plano geral de colonização do Estado.

A orientação da igreja no que diz respeito aos investidores é a seguinte:

- a) Esclarecer no diálogo aberto com os investidores a real situação das terras no que diz respeito aos títulos em consequência com as diretrizes do INCRA;
- b) Fazer sentir ao Governo e aos compradores o problema do futuro dos colonos e seringueiros, que passado o ciclo das derrubadas e tiradas as possibilidades de subsistência ficarão totalmente marginalizados sem perspectivas;
- c) Fazer ver um diálogo com o governo do Estado a situação atual das terras que vem gerando preocupações, não só aos colonos mas também aos próprios compradores;

- d) Manter um contato constante com o INCRA, 4ª Companhia, Polícia Militar, secretaria de Segurança, Polícia Federal e justiça em vista do encaminhamento adequado desta problemática.

Estas orientações dirigidas a todo o povo de Deus desta Prelazia, tem por finalidade a ação o mais rápido possível de todos os seus agentes pastorais em face de tão delicado problema ficando as posições públicas sobre o conjunto da igreja de competência exclusiva do Bispo e do Conselho Presbiteral.

Esse documento, assinado por Dom Moacyr Grechi, bispo do Acre e Purus, pelo padre Francisco Carmineo, providencial da Ordem dos Servos de Maria – Província do Brasil e mais onze padres, de vários municípios acreanos, representa uma atitude de envergadura e, principalmente, de coragem, haja vista a situação do país à época, onde defender trabalhadores significava, no mínimo, receber o rótulo de subversivo. No caso do acre foi, ainda mais emblemático, devido à tradição autoritária, entremeada nas bases fundadoras dessa sociedade, onde o coronelismo tinha deixado muitos herdeiros e adeptos ávidos de uma possibilidade de exercício do seu poder.

Paralelo a esse documento a Prelazia também passou a reconhecer outro, anteriormente distribuído, pelos agentes pastorais, mas que não tinha a chancela da igreja. Trata-se do CATECISMO DA TERRA, que ensinava aos seringueiros, colonos e posseiros a existência de alguns direitos e, principalmente, nomeava os órgãos responsáveis pela aplicação desses direitos. De forma bem didática o CATECISMO DA TERRA procurava ensinar, especialmente aos seringueiros, a maneira de preservar o seu direito sobre a terra, já que tradicionalmente, estes não trabalhavam com a agricultura e por isso não produzia “benfeitorias” sobre as áreas ocupadas e usadas na extração do látex e coleta de castanhas.

Para tentar explicitar a situação de isolamento e abandono em que se encontrava o seringueiro, o castanheiro, o colono e o posseiro nessa região transcrevemos a seguir, um fato publicado no jornal O VARADOURO, Nº 8 de março de 1978 que tem como título MEIO SÉCULO DE INJUSTIÇA.

O ônibus que parou na rodoviária de Rio Branco, no dia 8 de fevereiro, chegando de Xapuri, chamou a atenção de toda a estação. No interior do veículo, houve um

ligeiro tumulto, com expressões de espanto, enquanto um homem atarracado, descalço, saltava com o rosto ensangüentado, e uma expressão de insegurança e medo. Ele feriu-se nos bancos e paredes do veículo, procurando a saída.

Tratava-se de Manoel Eustáquio, um seringueiro de 49 anos de idade que nunca tinha visto cidade e nunca entrara num ônibus. Ao embarcar em Xapuri, auxiliado por um companheiro, ele já chamava a atenção de outros passageiros. Durante o percurso, olhava todo o tempo para as duas margens da estrada, voltando a cabeça para a mata espessa que desfilava diante de seus olhos arregalados. As mãos se crispavam, agarradas no assento, e as pernas se encolhiam juntas, na postura de um bicho acuado. Quando o ônibus parou, foi como se tivesse aberto a gaiola de um pássaro brabo e esse pássaro ao escapar, se batesse deixando a maioria das penas.

O seu companheiro era o peão Ciríaco, que procurava acalmá-lo. Os dois haviam caminhado seis dias pela mata, desde o seringal Nova Olinda, no Rio Iaco, até Xapuri, trilhando varadouros e estradas de seringa. Vinham, por insistência de Ciríaco, procurar justiça em Rio Branco.

A justiça era para Eustáquio. Ele morava com a família no seringal Curitiba, próximo de Nova Olinda, na colocação Maravilha e produzia mil quilos de borracha por safra, entregando toda a produção para o seringalista Antônio Leite, em troca do aviamento (gêneros alimentícios). Analfabeto, também não sabia fazer contas, por isso nem procurava pelo saldo, que nunca teve. No barracão do seringalista, anotavam para ele o quilo de café a 200 cruzeiros, a lata de óleo a 50, o açúcar a 20. Há quase meio século, desde que iniciou a “cortar” seringa no seringal São Pedro, no alto Purus, com 9 anos de idade, tinha sido assim. Ele tinha aprendido a conviver com a injustiça ou talvez nem conseguisse distingui-la como tal, se fazia parte de seu cotidiano e dos seringueiros em geral. Mas agora tinha acontecido algo diferente: o seringalista, com mais três capangas, armados de carabina, expulsaram-no do seringal e queimaram seu barraco com todos os pertences.

Toda essa violência foi o que Eustáquio obteve por um gesto de honestidade. Estava faltando querosene no barracão de Antônio Leite, e o seringueiro vivia há dias no escuro, na sua colocação. Ele sabia que era proibido vender a borracha fora do seringal, mas achou que naquela situação, o seringalista entenderia se ele trocasse apenas 10 quilos do produto, por querosene, no seringal vizinho. Por isso foi avisá-lo do seu feito, para que tudo parecesse legal. O seringalista, contudo, marcou data

para ele deixar a colocação com a família. Vender a borracha fora do barracão é crime imperdoável.

Talvez a ordem fosse relaxada, pensou Eustáquio, resolvendo ficar. No dia 2 de novembro do ano passado, porém, chegaram Antônio Leite e seus capangas: com carabina na mão, para tocar fogo em tudo. Eustáquio não pôde reagir, com as armas apontadas para ele. Os filhos homens estavam na mata, extraíndo o leite da seringueira. A família ficou algumas noites ao relento, depois procurou outro seringal, Nova Olinda, onde estava Ciríaco.

Outra figura marginal dentro da economia acreana, Ciríaco, porém, tem noções de direito e justiça. Ele veio da cidade, como peão, no bojo da nova frente pioneira que transforma os seringais em fazendas. Ele sabe que as autoridades estão lançando o II Probor (Programa Nacional da Borracha) na Amazônia, para ajudar os seringalistas na rearticulação de alguns seringais, e entende que gente como Eustáquio não pode ficar fora do plano. Por isso acompanhou Eustáquio a Rio Branco, onde visitaram os órgãos de segurança.

Instalados numa pensão no segundo distrito de Rio Branco (pensão do Maninho), os dois esperam que Antônio Leite seja convocado pela justiça para pagar os danos que causou a Eustáquio e já foram calculados por um advogado. Enquanto isso aceitam qualquer trabalho na cidade, para pagar as despesas da pensão. “Se voltarmos sem justiça – diz Ciríaco – a situação nos seringais nunca mudará para os seringueiros e peões”. Eustáquio balança a cabeça confirmando, mas se trai com uma expressão de tristeza e medo que é a imagem viva dos seringais. (MEIO SÉCULO..., O VARADOURO, Rio Branco, mar, 1978, nº 8).

A leitura desse texto nos dias atuais deve espantar os que não conheceram a realidade do Acre, no período em tela. O seringueiro Eustáquio, levou quase três meses para se dirigir à cidade para formular uma denúncia da atrocidade sofrida por ele e sua família, e só o fez após ter mantido contato com o peão Ciríaco, que já tinha algum conhecimento do ambiente da cidade e alguma noção de “justiça”.

Antes da presença da igreja e, posteriormente, dos sindicatos, a ação de Eustáquio, e muitos outros que sofreram esse tipo de agressão, jamais seriam conhecidas na cidade. O isolamento, sua condição de analfabetismo e o desconhecimento de qualquer outro poder que não fosse o do patrão, não lhe daria alternativas. Provavelmente teria

“aberto” outra colocação, em outro seringal, e teria se mudado com a família e os pertences que conseguisse transportar.

Aliada a essas iniciativas da igreja católica, os seringueiros, castanheiros colonos e posseiros receberam em 1975 a instalação de uma delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG, que vai desempenhar importante papel na construção de uma articulação desses trabalhadores na luta em defesa de suas formas tradicionais de vida, principalmente, de seus lotes de terras. Numa matéria produzida pelo jornal O VARADOURO, cujo título é: A MULHER DO SINDICATO, temos um bom registro do início da atuação da CONTAG no Acre:

Os sulistas que adquiriram as terras do seringalista Zeca Paixão, no alto Acre, jamais pensaram em dificuldades para “limpá-las” dos posseiros que viviam ali há dez, vinte, quarenta anos. A prática de expulsões por simples ameaça ou através de indenizações irrisórias, sob pressões, tinha sido eficaz em outras regiões do Acre, e não haveria de ser diferente naquelas cabeceiras de rio, nas proximidades da estrada entre Brasiléia e Assis Brasil. Pelo menos duas dezenas de posseiros já havia cedido à eficácia do “método”, os desmatamentos e pastagens já avançavam, segundo a orientações dos novos proprietários, e no máximo eram previstos aborrecimentos que um capataz durão saberia contornar. O aparecimento de uma mulher, dona de uma colocação, que sabia lutar por seus direitos e arregimentar pessoas, falando em resistir foi, para eles algo absolutamente inusitado, diante do qual só lhe restavam ceder um pouco para não correr o risco de perder muito.

Valdizia Alencar de Souza era, na verdade , apenas uma mulher decidida, que aprendera a lutar pela via do sofrimento. Nascida às margens do rio Macauã, com treze anos já estava casada e com trinta e cinco era mãe de quinze filhos, dos quais restariam apenas 6 vivos, e somente dois em sua companhia. Ela mesma diz que nunca teve medo de enfrentar os problemas, talvez por ter assimilado a coragem dos índios Maronauas, no meio dos quais viveu parte de sua vida. Nesse tempo morava na praia, nas cabeceiras do rio Acre, “onde se atravessa com uma passada”.

Bolando nesses seringais – diz ela – fomos morar, eu, meu marido e meus filhos no seringal “Sacado”, que pertencia ao seringalista Zeca Paixão. Meu marido e eu fizemos estrada de corte, um pequeno campo e tínhamos começando a levantar uma casa quando as terras foram vendidas para uns paulistas. Eles começaram a

derrubada da mata, iam derrubando e tomando devagarzinho as colocações. Ai a seringueirada ficou revoltada, porque procurava os seus direitos e não encontrava”.

Procurar direitos foi exatamente o que Valdizia fez melhor que os outros. Depois que os sulistas foram à sua colocação dizer que não devia plantar mais nada e aguardasse uma indenização para abandonar as terras, não sossegou mais. Primeiro tentou reunir dez seringueiros para vir a Rio Branco procurar as autoridades, mas só encontrou “esmorecimento”. Depois decidiu sair sozinha para expor a situação ao INCRA. “Uma doutora que me atendeu me disse que o que o Castelo Branco tinha assinado e o Médici confirmado não tinha mais valor nenhum”.

Coincidiu com essa fase aflitiva de dona Valdizia a instalação em Rio Branco de uma delegacia regional da Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura (Contag), órgão de defesa do homem do campo, que a partir de novembro de 1975 criaria sindicatos de trabalhadores rurais no Acre. O delegado da Contag prometeu ir à sua “colocação” reunir com os posseiros e dona Valdizia voltou ao seringal para fazer a arregimentação do pessoal.

Ela recorda: “A seringueirada reunida, foi àquela animação. Uns ainda tinham dúvidas de que alguém vinha fazer algo por eles. A não ser o padre, nunca ninguém tinha entrado naquelas brenhas pra falar com seringueiro. Diziam que de conversa fiada e promessa estavam de barriga cheia. Quando a Contag chegou, foi aquele burburim. Fiquei tão emocionada e chorei. A reunião aconteceu e ficou marcado o dia 21 de dezembro para a fundação do Sindicato Rural de Brasília”.

Três mil seringueiros, posseiros e agricultores compareceram à fundação do sindicato, do qual Valdizia foi a primeira articuladora. Apesar das limitações que tem dentro da atual estrutura fundiária brasileira, o órgão conseguiu fazer valer alguns direitos dos posseiros. Muitos deles garantiram seus lotes, com a intervenção do sindicato. Valdizia, contudo, por ironia do destino, trilharia por conta própria o caminho daqueles que, expulsos do campo, vinham formar o cinturão de miséria da capital. Deixou o marido e, com dois filhos pequenos, veio morar no bairro Aeroporto Velho, em Rio Branco. (A MULHER..., O VARADOURO, Rio Branco, fev, 1978, nº 7, p. 17).

Os aspectos mais marcantes da atuação da Contag, a partir de 1975, foram à fundação de vários sindicatos nas áreas que estavam registrando mais conflitos, ou seja, nos municípios de Brasília e Xapuri, e as linguagens simples utilizadas no tratamento com os

seringueiros, posseiro e colonos da região. Dando ênfase à união desses trabalhadores, no sentido de garantia de suas posses e permanência no seu local de trabalho e adotando uma metodologia compreensível, essa entidade foi introduzindo algo, até então, desconhecido por eles: as idéias de justiça, dignidade e, principalmente, o sentido de classe. Numa reunião ocorrida em Rio Branco em 1978, com o intuito de avaliar o papel dos STRs já fundados no Acre, vários sindicalistas de outros municípios falaram de suas experiências. O senhor Raimundo Lino, representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tarauacá - STR de Tarauacá, assim se posicionou:

Companheiros, nós sabemos, como o nosso companheiro de Cruzeiro do Sul acabou de afirmar, que somos uma classe sofredora, uma classe que tem nas mãos os calos da profissão. Na realidade, nós somos aqueles que sustentam o Brasil todo, porque se não existisse os trabalhadores que fazem a terra produzir, ninguém sobreviveria. Por isso, companheiros, hoje, nós, já temos um pouco de conhecimento de que o sindicato não é nada mais, nada menos, do que a união dos trabalhadores. Aos companheiros daqui de rio Branco e demais municípios, minha palavra é a de que devemos continuar nessa união, procurando sempre mais conhecer o movimento sindical porque este é que nos vai dar ajuda e trazer mais conhecimento. (ELES TÊM..., O VARADOURO, Rio Branco, set, 1978, nº 12, p. 16).

Outro sindicalista presente ao encontro, o senhor José Barbosa de Araújo, assim comenta essa nova etapa na vida dos trabalhadores rurais do Acre, após a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs:

Eles (os paulistas) estão mais mansos. Já não estão tirando mais o pessoal na marra. Houve a morte da parte de um trabalhador, mas houve também da parte dos fazendeiros. O senhor sabe, concentra a terra quem tem capital, o capitalismo manda, mas nós somos mais de 60 por cento de trabalhadores que vive na zona rural, na roça, ocupando a terra e vivendo da terra. Nós não temos capital. Entences, recorre a ma autoridade, recorre à outra e vão sempre passando pra frente, aumentando as dificuldades. Entences, o caminho mais fácil pra nós vencer é a união, pra reivindicar os direitos em nome de uma classe. Se for em nome de uma

pessoa, não vai conseguir, porque esse direito pertence a muitos. Mas, unidos ela pode conseguir. Essa união ta favorecendo muito a gente. (ELES TÊM..., O VARADOURO, Rio Branco, 1978, set., nº 12, p. 17).

A entrada em cena da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, ajudou a mudar o quadro de completo isolamento a que estava relegado o trabalhador extrativista do Acre. O linguajar das falas acima contrasta com o trabalhador cabisbaixo, maltratado, espezinhado, que era o protótipo que o homem da cidade pespegava ao seringueiro. Agora, aliado ao comportamento mais associativo, os seringueiros, posseiros e colonos, ensaiam uma construção mental mais elaborada, falando em capitalismo, em luta de classes, em lutar por seus direitos. Os avanços, em termos de referencial conceitual foram tantos que chegavam até a identificar as autoridades do Estado (governadores, prefeitos, juizes, deputados, etc.), como forças que contribuíram para a precarização de suas vidas.

A atuação dessas duas estruturas, de forma associada, em alguns casos e separadas em outros, não promoveu uma revolução completa nos modos de vida praticados na região, pelo contrário, suas atuações contribuíram, antes de tudo, para preservar esse modo de vida. Não fossem as intervenções praticadas por essas duas estruturas e o empenho mobilizador de muitos seringueiros, que começaram a perceber os resultados práticos de sua união, dificilmente teríamos alcançado a entrada do terceiro milênio com um grau de desmatamento hoje registrado no Estado do Acre, até porque, o modo de vida dos seringueiros, posseiros e colonos na região só são possíveis, com um mínimo de preservação ambiental.

Por outro lado, é pertinente registrar que a entrada em cena desses novos elementos políticos, até então ausentes, vão dar base para a articulação de uma nova configuração política no Estado, forjada a partir da incorporação desses novos agentes, até então, marginalizados pelo sistema de poder constituído.

A base anterior estava assentada numa compilação perversa da arquitetura política do país, onde imperava o bipartidarismo imposto pela ditadura militar de plantão, com uma agravante, aqui os elementos do autoritarismo advindos do barracão, o que havia

consignado a denominação, “Coronéis de Barranco”, emprestavam maior crueldade ao exercício do poder.

Após a organização das Comunidades Eclesiais de Base e dos sindicatos, a vida política do Estado, sofreu significativas alterações. A partir do final da década de setenta, quando o quadro organizativo já estava mais consolidado, foram emergindo os partidos que se identificavam com as lutas dos trabalhadores, tais como, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) que, embora, não tivessem vida orgânica legal, penetravam nas estruturas sindicais com suas opiniões e conteúdos programáticos, através de técnicas de atração de dirigentes, ou mesmo através da inserção nas hostes da igreja ou da Contag.

Dessa heterogênea mistura vai consolidando-se nos anos seguintes uma terceira força política, que teve sua base nessa estruturação sindical-religiosa que movimentou e articulou os isolados trabalhadores extrativistas do Acre. Porém, quem sabe contar bem essa história mesmo é o seringueiro Joaquim Pereira de Souza, delegado sindical do seringal Bom Destino, comentando o processo de formação dos sindicatos para o jornal O VARADOURO (Nº 12, p. 21), em setembro de 1978.

O povo vai se reunindo de pouco, o senhor sabe, tem muitas dificuldades: o povo mora nesses “centros” (interior dos seringais), moram aqui, acolá; uns trabalham com o patrão, outros não trabalham e ficam escutando as conversas do patrão – “não esses sindicatos não valem nada” – mas quando eles vêm comigo eu digo – “você não vão pela cabeça desses homens, que esses homens só botam você no mato. Vamos associar, vamos fazer a união, que o que nós precisamos é disso”. Entences, eu tenho arrumado sempre: vou associando um, dois, três. Eles moram tudo espalhados, mas os que moram perto de mim já são tudo sócios. Pois bem, eu acho que é muito importante continuar e forcejar mais o sindicato, evoluir mais, catar um aqui, outro acolá, porque quando derem fé, vão perceber que o caminho é mesmo por ali. Se não for assim como é que vamos vencer essa vitória, cantar essa vitória no fim? (ELES TÊM..., O VARADOURO, Rio Branco, 1978, set, nº 12, p. 21).

Qual seria a guerra em que estavam metidos? Só a da posse da terra? Que vitória almejavam? Qual era o fim? As respostas a essas questões, na verdade, ainda estão em curso. Porém, nessa travessia muitos elementos, até então ausentes, foram sendo agregados à bagagem desses trabalhadores. União, associação, direitos dos trabalhadores, sindicatos, cooperativas e até, capitalismo, luta de classes e justiça social são os novos termos que passam a contrastar com os antigos jargões utilizados pelos patrões e dirigentes políticos do Estado que, naturalmente, contrapunham a “terra para os que nela vivem e trabalham”, com o velho direito a propriedade. Da negação que as elites faziam do Estatuto da Terra, exigindo a manutenção do latifúndio improdutivo, quadro esse que evoluiu para uma contestação a essa situação, sem tê-la removido completamente, é certo, mas tendo, concretamente, rompido o engessamento a que os trabalhadores extrativistas estavam relegados. A partir do momento em que eles ouviram e interagiram com os chamados dos sindicatos, das Comunidades Eclesiais de Base, da Pastoral da Terra e dos partidos de esquerda, possibilitaram outras articulações até então inimagináveis, para vencer as condições de penúria em que viviam.

No momento em que o Estado abdicou de sua função de regulador dos conflitos sociais entre os “pseudo” proprietários e os não proprietários, tomando declaradamente a defesa dos ditos proprietários, os trabalhadores extrativistas, em que pesem suas condições de articulação com o mundo das leis e das letras, com o mundo dos documentos e dos carimbos, negaram-se, heroicamente a abandonar seus modos de vida tradicionais, forjando uma configuração histórica de resistência contra sua eliminação enquanto agentes sociais, rompendo definitivamente com a situação de silêncio que os marcara desde sua inserção como ser inferior na estrutura produtiva do seringal.

A igreja católica, a CONTAG e os partidos políticos do campo da esquerda no Acre, usaram e foram usados por essa imensa força social que existia, mas estava desarticulada há mais de um século. Rompendo a solidão imposta pelas distâncias, pelas matas e, principalmente, pelas dificuldades de compreensão de sua situação, os seringueiros teceram uma relação mimética (metafórica) com a floresta, que só existe enquanto há árvores juntas. Isoladas as árvores não formam um bosque, na mesma proporção que um homem, não forma um corpus sócio-cultural e da mesma forma que o seringueiro e o castanheiro não sobrevivem sem a existência das “árvores-mãe”.

As contribuições dessas forças externas foram recebidas com muito ardor pelos seringueiros, castanheiros, posseiros e colonos. O reconhecimento de sua condição de ser explorado não se deu única e exclusivamente, por estar nessa condição. Foi necessário uma interação com as experiências práticas, apreendidas pela análise histórica dos sindicatos, dos partidos e da própria igreja, para construir o arcabouço conceitual que iria orientar as ações de reconhecimento e dar as respostas de forma organizada e direcionada politicamente para sua emancipação.

2.4 – A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.

Antes de passarmos adiante será pertinente situarmos e discutirmos, um pouco, acerca de outros agentes externos que, a partir da década de oitenta, vão fazer parte, mesmo que de forma menos significativa do que as três forças tratadas acima, da vida dos seringueiros, posseiros e colonos da região. Mesmo ciente da limitada contribuição desses outros agentes, é insofismável, que iriam ao longo dessa década, influenciar algumas parcelas dos dirigentes que organizavam as lutas desses trabalhadores.

De acordo com Petras (1999) no início da década de oitenta, os setores mais perceptivos das classes dirigentes neoliberais perceberam que suas políticas estavam polarizando a sociedade e provocando um descontentamento social de grandes proporções. É nesse contexto que:

Os políticos neoliberais começaram a financiar e promover uma estratégia paralela “de baixo”, a promoção de organizações “comunitárias de base” (“grass roots”) com uma ideologia antiestatal para intervir nas classes potencialmente conflitivas, para criar um “amortecedor social”. Tais organizações dependiam financeiramente das fontes neoliberais e disputavam diretamente com movimentos sóciopolíticos pelo engajamento e fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes. Na década de noventa havia milhares dessas organizações descritas como sendo “não governamentais”, as quais recebiam por volta de 4 bilhões de dólares de todo o mundo. (PETRAS, J. 1999, p. 44).

No processo de formação dos sindicatos de trabalhadores rurais, sob a tutela das CEBs, da CONTAG e dos partidos de esquerda, surgiram trabalhadores que logo se destacaram no processo de compreensão e atuação dentro do esforço de garantia da terra e dos direitos de permanência nas áreas em litígio. Entre outros podemos destacar, no vale do Acre, região em que centramos esse estudo, os nomes de Elias Rozendo, Ivair Higino, Chico Mendes, Júlio Barbosa, Wilson Pinheiro, Raimundo Barros, Valdízia Alencar e João de Deus. Todos eles destacados militantes das lutas em defesa dos trabalhadores dessa área de floresta e articuladores da fundação dos sindicatos na região. Ungidos à categoria de liderança pela sua compreensão do espírito de unidade e sua dedicação às organizações que

se fundavam, todos de alguma forma vão ser atraídos para organizações de classe que estavam iniciando seus processos organizativos no Estado, como a CUT – Central Única dos Trabalhadores e/ou, mesmo a CONTAG, as duas sob influências partidárias.

Porém, as duas entidades tinham propostas divergentes no que diz respeito à reforma agrária e, tinham também, limitações para compreender a situação do seringueiro dentro do contexto da reforma agrária, pensada e praticada em outras regiões do país. Essas divergências vão ficar mais acentuadas após os movimentos vividos pelos brasileiros, em meados da década de oitenta, principalmente, após o movimento que ficou conhecido como “Diretas Já”, onde milhões de brasileiros saíram às ruas exigindo o fim dos governos impostos pelos militares e reivindicando o direito de votar para eleger seu presidente.

Com a fundação da “Nova República”, o governo de José Sarney, ensaia uma proposta de reforma agrária, criando o MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento e um PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, dando a impressão de que o tratamento das questões agrárias seria diferente do dispensado pelos militares à questão. O que os seringueiros puderam constatar logo de chofre é que no contexto da proposta estava embutido um desconhecimento total de seu modo de vida, e nesse caso nem a CUT, nem a CONTAG, souberam captar as diferenças entre os modos de vida dos agricultores das outras regiões e os modos de vida dos seringueiros e castanheiros.

A distribuição de lotes simétricos, contidos na proposta de reforma agrária acatado pela CONTAG, que apoiava a proposta do governo, não contemplava as configurações das colocações dos seringueiros, que tinham como característica uma configuração assimétrica, demarcada a partir da seqüência de disposição das madeiras em suas “estradas”. Enquanto a CUT, por ter sido contra a “Aliança Democrática” que elegeu no Colégio Eleitoral Tancredo Neves (presidente) e José Sarney (vice-presidente), ficou fora das discussões da proposta, mantendo, contudo, uma defesa vaga de reforma agrária sob a responsabilidade dos trabalhadores.

Foi observando essa situação que o I Congresso dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, em 1984, avalia que não era pertinente a permanência com a tática, única e exclusiva, dos “Empates” e que era preciso avançar para uma ação propositiva, que evidenciasse e diferenciasses suas necessidades, das necessidades dos outros trabalhadores rurais que reivindicavam terras.

Municiados de informações por agentes de algumas instituições como o INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, por alguns intelectuais da Universidade de Brasília e por agentes de Organizações Não Governamentais, como a OXFAN da Inglaterra, o Centro de Estudos e Desenvolvimento da Informação - CEDI –SP e alguns pesquisadores de outras partes do país que haviam se deslocado para o Acre com o intuito de estudar os problemas que estavam ocorrendo por aqui, iniciou-se as discussões para formar uma entidade que, diferentemente do caráter classista e das vinculações políticas do sindicato, pudesse expressar melhor o modo de vida dos seringueiros. Estava dado, aqui, o primeiro passo para a entrada das Ongs no movimentos de seringueiros, castanheiros e pequenos produtores da região. Petras (1999, p. 45-46), refletindo sobre as articulações e vinculações não explícitas, diz:

As ONGs tornaram-se a “face da comunidade” do neoliberalismo, intimamente relacionadas “aqueles no topo e complementando o seu trabalho nocivo aos projetos locais. Efetivamente, os neoliberais organizaram uma operação “pinça” ou uma estratégia dupla. Infelizmente, muitos da esquerda concentraram-se somente no “Neoliberalismo” de cima e de fora (FMI, Banco Mundial) ao invés de se concentrarem no neoliberalismo de baixo (ONGs, microempresas). Uma das principais razões para que esse fato tenha sido passado por alto foi a conversão de diversos ex-marxistas à fórmula e prática das ONGs. *O pós-marxismo foi o passe ideológico* da política de classe par o “desenvolvimento comunitário”, do Marxismo às ONGs.

Assim, articulando apoios externos, tanto do ponto de vista de orientações organizativas e políticas, como do ponto de vista financeiro, com apoio inclusive de órgãos governamentais, como a Fundação Pró-Memória, o sindicato de Xapuri inicia os preparativos para a realização de um Encontro de Seringueiros, que abrangesse toda a região onde se pratica a coleta do látex, ou seja, os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Pará. O Encontro aconteceu em Brasília, em outubro de 1985, e reuniu 130 seringueiros e uma quantidade significativa de observadores do Brasil e de outros países, principalmente, das nações européias. Segundo Paula (1991, p. 206-207):

Esses observadores, na sua grande maioria, eram ligados a entidades ambientalistas. As denúncias sobre os “desastres ecológicos” que o POLONOROESTE havia provocado em Rondônia e a elevação do número de queimadas na região amazônica estavam atraindo a atenção para as questões relacionadas a região. Além desses observadores, participaram da abertura do encontro, governadores de três estados da Amazônia (AC, AM, RO), Senadores da República, Deputados Federais, o Ministro da Cultura, o Reitor da UNB e diversas outras autoridades. (...) A pauta do encontro abordou diversos temas, como: desenvolvimento da Amazônia; reforma agrária; política para a borracha; política de abastecimento (referente à questão ligada à comercialização de produtos industrializados nos seringais); saúde; educação e cultura; aposentadoria e assistência para os soldados da borracha e seringueiros.

O resultado dessa reunião foi a formação do Conselho Nacional do Seringueiro (CNS), uma organização que se colocava acima das querelas sindicais e que enveredaria por outras articulações para “resolver” os problemas dos seringueiros. O que se pode notar, a priori, é que a pauta de reivindicações foi ampliada de forma significativa, se comparada à pauta comum dos sindicatos, e houve a introdução de elementos que, até então, estavam ausentes nas pautas de reivindicações anteriores dos seringueiros. O que antes estava restrito ao uso da terra e a libertação do subjugo do patrão, ganhou outros elementos referenciais. Como se pode identificar, nesse elenco das novas pautas, ganham relevo aspectos complexos, como por exemplo, o “Desenvolvimento da Amazônia”, educação e cultura, mas, ganha relevo também, o lançamento de idéias ligadas ao “desenvolvimento comunitário”. Será, pois, esse elemento que dará base para a formatação de diversos “projetos” de ajuda mútua que as Ongs introduzirão no viver dos seringueiros e castanheiros, principalmente.

Essa inter-relação dos seringueiros com a sociedade urbana e essas outras instâncias do conhecimento, como os ambientalistas e cientistas de um modo geral, levou de maneira irreversível a pauta do debate para um campo que opunha dois conceitos bem conhecidos dos elementos urbanos, mas, infelizmente, pouco conhecido dos seringueiros: as dimensões da “economia” e da “ecologia”.

Será, portanto, no embate travado entre os defensores da natureza, principalmente, os que se movem por um viés preservacionista, por um lado e, por outro, os

que defendem os avanços de uma economia empresarial, onde não há espaço para escrúpulos preservacionistas, que forma-se o ambiente propício para o surgimento das Organizações Não Governamentais – as Ongs. Ao observarem a forma organizativa dos seringueiros e seus resultados, principalmente, após os êxitos obtidos nos Empates, muitos militantes de esquerda e estudantes, que não viam possibilidades de interação social mais efetiva com as lutas políticas travadas no âmbito das disputas em curso, buscaram recursos junto às organizações ambientalistas, preferencialmente, as européias, passando a trabalhar na elaboração e execução de programas de alfabetização de seringueiros e em projetos que visavam introduzir os conceitos de desenvolvimento sustentado, neo-extrativismo, remanejamento florestal, adensamento compensado, ilhas de alta produtividade, reserva extrativista, dentre outros, que de certa forma constituía-se como uma resistência à proposta de uma economia devastadora, como era caracterizada a pecuária.

É importante salientar que os Empates como manifestações organizadas por seringueiros, castanheiros, posseiros e colonos, tinha como caráter exclusivo a defesa de suas fontes de sobrevivência, ou seja, proteger as seringueiras e castanheiras, que lhes proporcionavam seus rendimentos mais diretos e as outras matas, que lhes proporcionavam a “caça”, da sanha devastadora das motosserras comandadas pelos pecuaristas. Não há nesse momento, como identificar nenhum tipo de concepção preservacionista, principalmente, as concepções com referenciais culturais dos europeus, porque para a maioria desses trabalhadores a Europa era algo distante e não conhecido. Os processos de devastação lá ocorridos, estavam ausentes do horizonte referencial desses trabalhadores. Podemos afirmar, ainda, que mais distantes estavam os problemas ligados ao efeito estufa, ao aquecimento das calotas polares, a ampliação do buraco da camada de ozônio, ou os prejuízos biogenéticos alegados por cientistas e ambientalistas.

Contudo, esse desconhecimento não impede o surgimento de várias organizações como o CTA – Centro de Trabalhadores da Amazônia, que promoveu o Projeto Seringueiro, a SOS – AMAZÔNIA, O COMITÊ CHICO MENDES, esse último após a morte desse líder, em dezembro de 1988, e mesmo o CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros, que era mais ligado aos fundadores dos STRs de Xapuri e Brasiléia, que passaram a atuar na captação de recursos, não só junto a organismos ambientalistas, como também junta a instituições como o BIRD – Banco Mundial, FMI – Fundo Monetário

Internacional, ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e agências da ONU – Organização das Nações Unidas. Obviamente que junto à liberação dos recursos, essas insuspeitas instituições, prescreviam o roteiro de sua aplicação.

É possível, diante desse contexto, afirmar que o advento dos sindicatos rurais, das CEBs, da Pastoral da Terra, dos partidos políticos de esquerda e depois, das Ongs, contribuíram para amenizar os desmatamentos, mas, é também indiscutível, que o aparecimento das Ongs contribuiu, particularmente, para a desmobilização dos trabalhadores no sentido mais classistas que os sindicatos e os partidos tentavam imprimir na sua fase inicial de luta para organizar esses trabalhadores.

As Ongs, pela própria natureza da captação de recursos, trabalham em áreas limitadas e têm como base um projeto, comumente, experimental e financiado por instituições que de maneira direta ou indireta influenciam os rumos da aplicação de suas “doações”. Como essas fundações, entidades ou instituições financiadoras não defendem propostas de mudanças estruturais da sociedade, no sentido de sua emancipação política, econômica e sócio-cultural, esses projetos passam a funcionar como elementos de desintegração da unidade organizativa que os sindicatos introduzem ou, no mínimo, atuam desfocando e deslocando boa parte dos militantes ou sindicalizados para os projetos que passam a desenvolver, despotencializando ou criando conflitos entre as direções sindicais. Petras (1999, p. 47-48), novamente contribui com uma análise interessante sobre o papel das Ongs:

As ONGs fazem com que a atenção das pessoas e as lutas sejam desviadas do orçamento nacional para a auto-exploração com vistas a garantir os serviços locais. Isto permite que os neoliberais cortem os orçamentos sociais e transfiram verbas estatais para subsidiar as dívidas contraídas pelos bancos privados, empréstimos aos exportadores, etc. A auto-exploração (auto-ajuda) significa que, além do pagamento de impostos ao Estado e de obterem nada em troca, os trabalhadores têm de trabalhar horas extras com recursos mínimos, gastando energias escassas para obterem serviços que a burguesia recebe do Estado. A ideologia da “atividade voluntária privada” das ONGs prejudica o sentido da coisa pública: a idéia de que o governo tem a *obrigação* de cuidar de seus cidadãos e de oferecer-lhes vida, liberdade, e a busca da felicidade; esta responsabilidade política do estado é

essencial ao bem-estar dos cidadãos. Contra essa noção de responsabilidade pela coisa pública, as ONGs fomentam a idéia neoliberal da responsabilidade privada pelas questões sociais e a importância dos recursos privados para resolver esses problemas. Na verdade, elas impõem uma dupla carga sobre os pobres: o pagamento de impostos para financiar o Estado neoliberal a serviço dos ricos; e a auto-exploração particular para cuidar das suas próprias necessidades.

Por outro lado, os altos salários pagos aos funcionários dessas organizações acabam cooptando várias lideranças para sua estrutura organizativa. Os projetos de alfabetização organizados por essas organizações vêm estruturados com uma concepção pedagógica que introduz os conhecimentos sugeridos por suas agências financiadoras. A concepção de preservação da natureza que fez Chico Mendes ser reconhecido pelo mundo, com a conquista do prêmio “Global 500”, não estava presente nas lutas de organização dos Empates, o que não impediu que alguns estudiosos do tema passassem a caracterizar os seringueiros militantes nos “Empates”, como “guardiões da floresta”. Mas o próprio Chico Mendes deixa bem claro o que os impulsionava a fazer os Empates, vejamos a seguinte declaração:

Os Empates são feitos através de mutirões dos seringueiros. À medida que os seringueiros tomam conhecimento de que têm companheiros ameaçados pelo desmatamento dos fazendeiros, se reúnem várias comunidades, principalmente a comunidade afetada, organizam-se assembléias no meio da mata mesmo e tiram-se grupos de resistência que vão se colocar diante das foices e das motosserras de maneira pacífica, mas organizada. (Apud. SOUZA, C. A. Alves de. “Varadouros da Liberdade: Empates no Modo de Vida dos Seringueiros de Brasiléia – Acre. PUC, São Paulo, 1996, p. 38).

Raimundo Mendes Barros, outro sindicalista, contemporâneo de Chico Mendes, Wilson Pinheiro e Ivair Higino, os primeiros organizadores dos STRs de Brasiléia e Xapuri e, também, dos Empates, explica a origem do termo:

O Empate foi uma palavra que nós criamos. Dentro do seringal, muitas das vezes, numa festa, os companheiros queriam brigar, entrava dois e “empatava” deles brigar. Então, essa foi uma palavra que veio da gente. É ... o cara tava ali querendo avançar, querendo passar por dentro da minha estrada, com a estrada dele, eu fui lá “empatei” dele passar, fiz ele fazer um arroteio. O próprio seringueiro “empatou” do outro passar com a estrada dele dentro da dele. Então, dada a aglutinação, o número que nós reunia para impedir do sujeito desmatar a colocação do companheiro, então o expulsar da colocação, nós vamos lá “empatar” que esse sujeito faça isso. Então, a origem da palavra “empate” vem disso aí. (Apud. SOUZA, 1996, p. 42)

Como se pode notar, o termo “Empate” está umbilicalmente associado ao viver do seringueiro. Não tem ligações com vontades externas de preservação ambiental que embalam os sonhos dos ambientalistas europeus e, mesmo os brasileiros dos grandes centros urbanos, o que não impede de ter sido assimilado por eles como um movimento de cunho preservacionista, que reforçavam as concepções por eles defendidas, se pensarmos as repercussões externas que seus protestos passaram a ter.

A atuação de forças sociais, como a Igreja, os sindicatos, os partidos e as ditas Organizações Não Governamentais, de uma forma ou de outra, algumas com um papel mais destacado do que as outras interagiram no processo de inclusão dos problemas vividos pelos seringueiros, castanheiros e pequenos produtores, nas pautas de discussão dos governos, o que até então, era praticamente inexistente. É uma atuação que ajudou sobremaneira a retirar esses trabalhadores das condições de isolamento e solidão a que estavam relegados, sem, contudo, resolver definitivamente seus problemas. Ademais, a chegada dessas entidades e organizações ao campo de litígio se deu num momento em que os conflitos já tinham ganhado volume e um contingente significativo de seringueiros, castanheiros e, mesmo pequenos produtores, já haviam sido expulsos de suas antigas posses e emigrado para os seringais bolivianos ou se comprimido na periferia das cidades maiores.

O quadro político, econômico e social que vai se desenvolver nesse espaço de litígio do lado brasileiro, contudo, vai influenciar no movimento seguinte que vai acontecer a partir de meados da década de noventa, quando mais uma vez grandes levadas de seringueiros, castanheiros e pequenos produtores, serão obrigados a realizarem novas

travessias de fronteiras, acossados pelo governo da Bolívia, que nessa década está às voltas com problemas fundiários em seu território e vê no espaço ocupado pelos seringueiros, castanheiros e pequenos produtores brasileiros, sua “tábua de salvação”, iniciando um processo de desocupação dessas áreas.

Os movimentos de retorno vão encontrar um quadro de alterações importantes no sentido de usufruto da terra, no lado brasileiro. As delimitações impostas pelas Reservas Extrativistas, as limitações de derrubadas impostas pelo IBAMA, as formas de assentamento impostas pelo INCRA e, por fim, a penúria provocada pelas sensações de insegurança causadas, principalmente, pelas movimentações quase permanentes, pelo ir e vir, pelos deslocamentos, pelas separações, pelo abandono de bens, dentre outros percalços.

No próximo capítulo trataremos mais especificamente do movimento de retorno e das novas conjunturas formadas a partir dessa re-estilização da solidão dos seringueiros e castanheiros, no lado brasileiro e suas atitudes com relação aos retornados.

CAPITULO III – ENQUANTO A MODERNIDADE E A NAÇÃO NÃO CHEGAM.

3.1 – DA AUSÊNCIA NÃO SENTIDA À PRESENÇA OPRESSORA

Até o início da década de setenta a economia acreana estava baseada no extrativismo, principalmente o ligado à extração da borracha e a coleta da castanha. O comércio e a agricultura eram incipientes e, na maioria dos casos, estavam intimamente ligados ao extrativismo. Mesmo o migrante nordestino, que tinha uma certa tradição no labor agrícola, havia perdido seu interesse nesse campo devido às proibições impostas pelos patrões nos primeiros momentos da exploração gumífera na região.

A vida nas cidades também girava em torno dessa produção e as cidades comportavam uma população bem reduzida em relação à população absoluta do Estado, que em sua maioria habitava a zona rural. Cerca de setenta por cento da população estava enredada na produção extrativista e residia nas “colocações”, distantes de qualquer ação do Estado, que tinha sua sede administrativa nas cidades.

No estilo de vida construído nos seringais, as demandas por elementos ligados ao meio urbano eram praticamente inexistentes. Não haviam escolas, postos de saúde, forças de segurança, nem qualquer tipo de intervenção na área de saneamento e bem-estar social. Como a lei e a ordem, também eram estabelecidas pelo patrão, o Estado não era muito bem conhecido, ou ainda, estava bem associado ao lado dos detentores do poder local. Convém mencionar que o Estado a que nos referimos pode ser tanto o Estado na concepção francesa, onde ele serve de árbitro, na busca do consenso entre as classes, ou da tradição alemã, onde ele é edificado a partir da idéia de que todo poder emana do povo. Em qualquer roupagem que se apresentasse, aqui, ele era a negação do princípio filosófico fundante.

Esse fator de ausência do Estado na região amazônica, como um todo, só pode ser compreendido se pensarmos a Amazônia como uma área em transição, tanto em nível geopolítico, do Estado-Nação brasileiro, como em nível mundial. O próprio Estado-militar brasileiro, pós 64, só veio destinar alguma atenção para esse vasto espaço, quando

as “grandes potências”, já estavam elaborando formulações no sentido de sua transformação em “patrimônio de toda a humanidade”.

Ao compreender o grau de atraso em relação a um conhecimento mais profundo da região a que estava relegado, o governo central após o golpe militar de 64, tratou de elaborar políticas de compensação para a Amazônia, sem levar em conta, é óbvio, suas potencialidades sócio-culturais e sócio-ambientais. Segundo Oliveira (Apud. D’INCAO & SILVEIRA, 1994), o projeto da corrente nacionalista de direita do Exército, era o de povoar, mas as contingências do tempo e do capital não seguiam mais as fórmulas pombalinas. Assim, na impossibilidade de povoar com gente, pois seria necessário o deslocamento de toda a população brasileira, para chegar a taxas razoáveis de densidade, nesse vasto território, optou-se pelo povoamento com interesses. Nasce então, os “grandes projetos”: Transamazônica, Tucuruí, Zona Franca de Manaus, Carajás, Balbina, combinando-se com os generosos financiamentos da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), que propiciavam incentivos fiscais benevolentes, para empreendimentos econômicos voltados para a “integração” pensada pelos militares. Todos esses, foram projetos concebidos a partir de uma lógica homogeneizadora e integracionista para a Amazônia.

As diversidades ambientais, biológicas, sociais e étnicas foram, inescrupulosamente, desconsideradas. Tratou-se de uma nova conquista, partindo do mesmo pressuposto dos portugueses e espanhóis, onde o conquistador se outorga todos os direitos sobre o que conquistou. Oliveira (Apud. D’INCAL & SILVEIRA, 1994, p. 89), assim caracteriza essa fase:

Uma invasão, uma descoberta, ocupa terras vazias, ou ocupadas por não-gente, incapaz de cuidar de si própria. Oferece perigo pela sua vulnerabilidade, pela sua incapacidade cultural – segundo os critérios dos brancos – de cuidar de vastas riquezas; não são propriamente inimigos. A prática, nesse caso, é a da acumulação primitiva. O monopólio da violência pelo Estado acoberta toda espécie de violência privada; esta é a forma concreta da proteção de fronteiras e do bloqueio à vulnerabilidade. Apropriação de terras, garimpagem, exploração da madeira, são lados “produtivos” da perversidade fáustica do genocídio indígena, da devastação florestal, da contaminação dos recursos hídricos, da destruição dos modos de vida

dos ribeirinhos, dos indígenas, dos castanheiros, dos seringueiros. Não há que se fazer ilusões: como todo processo clássico de invasão ou acumulação primitiva, os contendores de ambos os lados, os que agridem e os que são agredidos, são as vítimas. Deles sobrarão os povoadores da Amazônia, como sobraram, nas levadas anteriores das sagas da borracha, cearenses que hoje são acreanos.

A imensa desproporcionalidade das forças que interagiram nesse novo processo de conquista da Amazônia, é que vão fornecer os elementos justificadores do desconhecimento e do estranhamento dos grupos locais, que há mais de um século, articulavam seus modos de vida nesses espaços. Aqui as forças do Estado não obrigavam os patrões, os mais fortes, a respeitarem, minimamente, os interesses dos mais fracos. Diante dessa ausência, a recorrência à violência tendia a dominar a cena, sendo os seringueiros, castanheiros, posseiros e pequenos produtores (colonos), as principais vítimas dessa construção intervencionista da ordem criada pelos militares e elites dominantes, para a ocupação-integração da Amazônia.

No processo interno de “conquista”, os símbolos e representações de uma cultura nacional, demonstram-nos, claramente, que a identidade dos militares e elites não estava impressa nos genes dos povos amazônidas, especialmente dos seringueiros e castanheiros afetados diretamente pelo projeto, pretensamente homogeneizador e integracionista pensado pelos militares e elites expansionistas, para “um só Brasil”. As diferenças regionais não foram incorporadas de forma argumentativa, ou baseada no convencimento, ao pensamento dessa “cultura nacional” dos militares e elites modernizadores, pelo contrário, a forma de implementação se deu com base no aparato coercitivo do Estado e negava qualquer possibilidade de alternativa.

Os padrões mais consensuais do Estado Moderno, como a alfabetização na língua vernácula, o antropocentrismo, os conceitos de ordem, beleza e pureza/limpeza, do mito fundacional, da origem, da continuidade, da tradição da sociedade nacional, nada disso constituía elemento de ligação dessa população com a outra parte do Brasil que agora aparecia com uma receita anexionista e de ocupação, transformada pela propaganda oficial em uma bela fórmula de homogeneização e integração da Amazônia ao Brasil.

Para os militares e as elites que os acompanhavam nesse projeto, não importava quão diferente poderiam ser, em termos de classe, gênero ou raça, os integrantes

da “cultura nacional” pretendida. Se fosse preciso anulariam ou subordinariam as diferenças. Pinto (Apud. D’INCAO & SILVEIRA, 1994, p. 111), acha mesmo incorreta a aplicação do conceito de fronteira para o caso da Amazônia, pois, para ele, o conceito mais pertinente seria o de ocupação, haja vista que:

Essa característica histórica da Amazônia é terrível para a própria região. Porque ela condena seus habitantes a não ter uma visão do seu próprio processo histórico. Eles sempre estão diante desse processo como o nativo diante do *Bwana*, na África. Nós sempre estamos esperando que ele nos diga o que nós somos, o que nós devemos fazer. Isso tem minado a capacidade de condução do processo histórico na Amazônia.

Para Stuart Hall (1999, p. 59), esse processo de expansão de uma representação cultural sobre outras não é original:

A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural.

A conhecida frase de Renan (Apud. FERREIRA, IN. D’INCAO & SILVEIRA, 1994, p. 97), na qual ele afirma que: “A Nação é um plebiscito cotidiano”, isto é, os cidadãos seriam convidados a fazer escolhas que soldam as diferentes visões que cada um tem do mundo, como produto de sua interação na sociedade e de sua integração nela, não se concretizava nesse canto do Brasil.

Mas, seria ingênuo pensar que a nova conquista está concluída. Ainda vivemos um período de transição onde não nos é possível afirmar conclusivamente a existência de uma nação brasileira, pois a simples posse do território, ou a unificação lingüística e religiosa por si, não garantem um estado de cidadania plena, que é uma característica mais concreta da formação de uma Nação. Enquanto o Estado não der a sua população garantias de exercício da cidadania plena, não podemos classificá-lo como Nação. Ianni (2000, p. 3), comenta:

O mundo está sendo abalado por transformações de amplas proporções, intensas e profundas. Está sendo atravessado por uma ruptura histórica de alcance universal, por suas implicações práticas e teóricas. É como se fosse um terremoto inesperado e avassalador, provocando transformações mais ou menos radicais em modos de vida e trabalho, formas de sociabilidade e ideais, hábitos e expectativas, explicações e ilusões. Fala-se em um “novo mapa do mundo”, “mundo sem fronteiras”, “desterritorialização”, “planeta terra”, “aldeia global”, “mundo virtual”, “dissolução da geografia”, “fim da história”. Tudo o que parecia estável, transforma-se, recria-se ou dissolve-se. E o que permanece já não é a mesma coisa. Modificam-se os significados das coisas, gentes e idéias. Alteram-se as relações do presente com o passado; e o futuro parece ainda mais incerto. Ao lado da exacerbação do presente, real e virtual, tudo o mais parece esfumar-se, como se fosse imaginação, fantasia ou alucinação.

Descrevendo as relações entre Estado, Nação e Região no final do século XX, Becker (Apud. D’INCAO & SILVEIRA, 1994, p. 108) especifica o caso da Amazônia:

É o incerto e imprevisível que também se verifica no caso da Amazônia. A questão que permanece é quem expressa a região hoje na Amazônia? São as populações indígenas? São os nascidos há X anos aqui na Amazônia? São os migrantes, pequenos produtores? Então, talvez se devesse perguntar: trata-se do direito da região ou do direito do pluralismo? E a diferença entre os projetos para a Amazônia, e o eixo em torno do qual se definem os projetos parecem ser a questão da modernização e do valor atribuído à natureza. Há um projeto internacional preservacionista para a Amazônia, seja da consciência ecológica, seja da ideologia ecológica. Esse projeto preservacionista vem através de propostas de conversão da dívida por natureza e de desenvolvimento sustentável que propõe um certo tipo de controle do uso do território. Existe também um projeto desenvolvimentista das elites regionais, um novo empresariado, uma elite modernizada que não quer a abertura total da economia para não perder os seus privilégios, mantendo os direitos de propriedade, e que, portanto, representa fortalecimento do Estado-Nação. Nesse mesmo sentido existem também projetos de pequenos produtores cuja meta é a conquista do direito da propriedade e da cidadania, reivindicações ainda em relação à fronteira, ao acesso à terra e há reivindicações ainda em relação ao Estado-Nação.

Combinados com alianças extraterritoriais internacionais existem também os seringueiros e as populações indígenas para quem a natureza tem um significado completamente diferente, o de valor de uso para sua sobrevivência, para sua reprodução. Há, pois, um conflito de valores em relação à natureza e aos projetos de modernização, uma questão importante a colocar aqui.

O resultado dessas duas últimas décadas, no processo de formação das novas teias sócio-culturais e seus entrelaçamentos com as novidades ecológicas e político-econômicas, na região amazônica, com seus recortes extraterritoriais tem reiterado a presença de novos atores no contexto das combinações sócio-ambientais e sócio-econômicas que disputam a hegemonia política na região, contudo, ainda não foi possível a esses atores mudar as conseqüências das políticas pensadas pela Nação em relação à Região. A transformação de uma Amazônia extrativista em uma província minero-metalúrgica, agroindustrial, ou agropecuária, esteve até agora, fora do alcance de intervenção de grande parcela dos atores regionais. O Estado-Nação, ausente nas questões dos nativos, migrantes e emigrantes está sobrando nas investidas promovidas pelas novas ocupações.

Todas essas questões apontam para uma tentativa do Estado-Moderno em promover uma intervenção na região, baseada na inserção de novas tecnologias e no uso dos avanços científicos. Porém, essas investidas desenvolvimentistas vão se chocar frontalmente com os modos de vida tradicionais da região, que dispensavam o uso de tecnologias modernas em seus processos produtivos, bem como vão receber uma oposição externa, advinda dos movimentos ecológicos que ganharam força na Europa, a partir dos anos sessenta.

Emergirá para a cena dessas relações, então, um conflito entre as concepções de desenvolvimento e meio ambiente. Esse conflito será objeto de uma disputa muito mais no campo externo que interno, no primeiro momento, ganhando relevo no âmbito da região, somente no momento em que começa a afetar diretamente os habitantes tradicionais, retirando-os da terra e suprimindo, com as derrubadas modernizantes, seu ambiente de reprodução econômica e sócio-cultural.

É nesse contexto conflituoso que o Estado-Nação faz sua presença ser notada. Saindo de uma condição de ausência não sentida e pouco cobrada pelos tradicionais

habitantes da região, para a condição de elemento viabilizador de uma mudança não discutida e, certamente, não pretendida por esses habitantes.

Imbuído da concepção unilateral de que os conflitos gerados seriam facilmente resolvidos pela ilimitada capacidade da ciência e das novas tecnologias, o Estado-Nação apostou unicamente nos agentes que ele elegeu como portadores da modernidade. A instalação de grandes fazendas, dos grandes projetos minero-metalúrgicos e das grandes hidrelétricas, certamente resolveriam parte do problema de isolamento e deslocamento econômico da região. As imensas riquezas da biodiversidade e os conhecimentos sócio-ambientais, acumulados através do aprendizado de várias gerações, foram totalmente desprezados.

Porém, contrariando todas as expectativas do projeto dos militares e elites dominantes, as reações internas e externas foram gradativamente entrando na contramão do projeto pensado e posto em execução. Logo foi possível perceber que o custo de implementação do projeto seria muito alto. Do ponto de vista ambiental não é novidade que a biotecnologia é anverso à biodiversidade, Laymert Garcia dos Santos (Apud. D'INCAO & SILVEIRA, 1994, p. 139), chega mesmo a dizer que é pertinente analisar a hipótese de que “a biotecnologia se nutre da repulsa pela natureza, e não de sua aspiração a um reencontro harmonioso com ela”.

Do ponto de vista econômico, as mudanças na esfera da política e da economia mundial refletiram diretamente, na economia do país, e os recursos que foram relativamente abundantes nas décadas de sessenta e setenta, escassearam nas décadas seguintes, prejudicando os projetos das grandes estradas (Transamazônica e Perimetral Norte e, até mesmo, reduzindo drasticamente os financiamentos da SUDAM). Então, quando parecia que o capitalismo e sua proposta modernizante iria dominar o cenário na região, no sentido da integração física da economia, acabando com as peculiaridades regionais, quando um Estado forte e vigoroso se apresentava como detentor da última palavra em termos da região, eis que surgem os entraves.

Em primeiro lugar, o rareamento dos financiamentos externos, contra os quais o Estado pouco ou nada podia fazer. Em segundo, a resistência dos habitantes tradicionais da região, onde o Estado vai extravasar sua incompetência para resolver os

problemas externos, exercendo forte repressão sobre os agentes internos, apresentados ao restante da nação como elementos contrários ao estabelecimento do progresso.

O bispo da Prelazia do Acre e Purus, D. Moacyr Grechi em depoimento a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, em 27/11/79, sobre a atuação dos “paulistas” e do Estado na expulsão de seringueiros e posseiros de suas “colocações”, informa:

Além destas irregularidades (prática da “grilagem”, falsificação de títulos, “esticamentos”), bastante generalizadas, agravam-se os problemas sociais a partir do momento em que começam as derrubadas nas áreas adquiridas pelas empresas para formar pastagens. Sendo que a terra geralmente é ocupada por famílias de seringueiros ou agricultores, um dos primeiros objetivos dos fazendeiros é o de “limpar a área”, isto é, tirar das terras os moradores que nela trabalham 5, 10, 20 ou 40 anos, sem o menor respeito pelos direitos dessa gente. Aproveitando-se do fato de os seringueiros e colonos não conhecerem as leis agrárias e os direitos que elas garantem ou por não ter como fazê-lo respeitar, é comum a prática da expulsar posseiros através de métodos como: a) não fornecimento de mercadorias para os seringueiros, obstrução de varadouros, proibição de desmatar e fazer roçados; b) destruição de plantações, invasão de posses, derrubadas até perto das casas dos posseiros, deixando-os sem ou quase sem terras para trabalhar; c) compra de posses e benfeitorias por preços irrisórios ou, quando muito, em troca de uma área muito inferior ao módulo, o que não permitirá ao posseiro e família trabalhar e progredir; d) atuação de pistoleiros que amedrontam os posseiros numa guerra psicológica através de ameaças ou mesmo com espancamentos e outras violências; e) ameaças feitas por policiais a serviço dos proprietários, prisões de posseiros por questões de terras sem ordem judicial ou por ordem judicial sem que tenha sido movida a ação competente.

(...) Esta nova conquista das terras acreanas, que sem dúvida, se situa dentro da lógica das empresas com capital acumulado em outras regiões do País, veio encontrar apoio na política oficial que defende a “mentalidade empresarial”, que vê na grande empresa agropecuária a única forma de integrar a Amazônia à economia do País e que viabiliza esta política através dos incentivos fiscais. (TUDO DITO..., O VARADOURO, 1978, dez, nº 17, p.12).

Esse complexo quadro de disputa entre os projetos modernizantes e os tradicionais modos de vida praticados na Amazônia, continuam inconclusos. Não seria exagero falar que se encontram numa encruzilhada, pois, até mesmo a forte estrutura estatal move-se, hoje, com dificuldades para manter os privilégios da velha aliança entre os grandes proprietários (latifundiários) e os grandes comerciantes urbanos. As maiorias despossuídas, que nos primeiros contatos com o Estado Moderno e seus aliados, demonstrou fragilidades, emigrando para outro país, ocupando a periferia das cidades e fragmentando-se, foi posteriormente, conseguindo rearticular-se, passando a constituir-se pólo de atuação política com destaque no contexto histórico do Acre.

Outro pólo de resistência que está em curso é o que se organiza nos meios acadêmicos, o NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e o INPA – Instituto de Pesquisa da Amazônia, vêm ajudando a organizar a contraposição ao projeto do governo e das elites aliadas de “modernizar” a Amazônia. Tupiassú), comenta:

Acho que a gente cometeu muitos erros nessa história de defender a todo o custo o desenvolvimento da Amazônia. Acho que a gente foi muito ingênuo porque tentou trabalhar a viabilidade da Amazônia em termos de desenvolvimento, um pouco às cegas, sem levar em conta o circuito do capitalismo em que ela está inserida. Eu, pelo menos, e a turma lá do NAEA, estamos tentando questionar uma série de coisas e não simplesmente ingressar no caudatário de uma ideologia aí existente. (AMAZÔNIA..., O VARADOURO, 1978, mar, nº 8, p. 12).

É, portanto, correto afirmar que o projeto de inclusão-modernização dos militares e elites, pensados para a Amazônia na década de sessenta, não vingou. A tão propalada integração física da Amazônia com o restante do país, através de uma extensa rede de estradas que geraria o conseqüente vínculo econômico integracionista, também não ocorreu. Por outro lado, vínculos não pensados com a economia mundial vão ganhando destaque, principalmente, na década de oitenta, quando as demandas por produtos oriundos da agricultura orgânica ou do extrativismo programado, exigidos pelos europeus, vão introduzindo novas demandas de articulação econômica para os trabalhadores extrativistas da região.

As transversalidades culturais extrapolaram as vias programadas pelo Estado-Nacional, demonstrando que a ocidentalização e a modernidade não operam de modo homogêneo, unívoco, harmônico e contínuo. Ianni (2000, p. 17), chega mesmo a afirmar que:

A história do mundo moderno demonstra que o Estado-Nação, enraizado na sociedade de classes, com suas articulações e contradições étnicas, de gênero, religiosas e lingüísticas, simultaneamente contradições sociais e político-econômicas, não dissolveu nem reduziu as desigualdades; em geral apenas modificou as suas articulações, hierarquias, distâncias, barreiras.

Diante dessa complexidade dialógica entre os elementos fomentadores das disputas que envolvem os projetos dos militares e elites, de um lado, e do outro, as evoluções práticas de uma vivência não reconhecida pelo Estado-Nação, por partir de agentes não integrados à lógica dominante, é que se validam as diferenciações propostas por Milton Santos (2000), em sua obra “Por Uma Outra Globalização”, onde ele aponta os conceitos de nação passiva e nação ativa, atribuindo a esta um distanciamento das questões sociais, por ter sua articulação sedimentada numa vinculação dependente em relação ao capital externo.

O problema do Estado e sua proposta de desenvolvimento terem naufragado, todavia, não pode ser creditada unicamente à suas vinculações externas, sem dúvidas elas contribuíram, mas, é indubitável que, necessariamente, teremos que incluir como fator importante nessa derrota, o fato dele ter sido montado em uma base que priorizava o desconhecimento do outro e/ou seu estranhamento por excelência. A incapacidade de ver o outro levou a adoção do viés autoritário e excludente, limitado e conformado, insuficiente e ineficaz, comprometendo irremediavelmente, sua atuação. Sua presença coercitiva não resultou no seu reconhecimento como modelo exclusivo de Nação pelos estranhados e excluídos e, mais uma vez, as articulações locais enfrentaram essa tentativa de homogeneização nacionalista negadora de suas existências.

Os efeitos das ausências, como a insegurança, a incerteza e a falta de garantias não foram suficientes para a “nação ativa” impor-se de forma indelével e inexpugnável, sobre “nação passiva”.

3.2 – OS CONFLITOS ENTRE OS RESIDENTES E OS NÃO RESIDENTES: A PERMEABILIDADE DA EXCLUSÃO.

As sociedades e mesmo as comunidades têm ao longo da história se caracterizado por um elemento comum: as constantes mudanças. Não é nem preciso que elas sejam resultado de um conflito de classes ou de revoltas contra os “outros”, as mudanças ocorrem, também no seio de uma mesma classe e, até entre uma mesma categoria. Nesse tópico vamos apresentar dois momentos diferenciados de conflitos que tomaram conta de um conjunto de trabalhadores que, do ponto de vista de seus objetivos, lutavam pela mesma coisa, isto é, o direito de permanecer em uma área de terra e manter a forma tradicional de reprodução de suas vidas.

Como primeiro grupo vamos tratar da situação dos seringueiros brasileiros que emigraram para a Bolívia e se tornaram residentes naquele território e suas disputas com os bolivianos recém chegados e, na seqüência, tratarei dos conflitos gerados pelos seringueiros retornados da Bolívia e suas dificuldades de articulação com os seringueiros, castanheiros e pequenos produtores residentes no território brasileiro, de onde eles tinham partido anteriormente

Para os seringueiros brasileiros que viviam e que vivem no espaço territorial boliviano, as disputas por terras só vão ser sentidas a partir do início dos anos noventa. O sentido dessa disputa, contudo, estava totalmente deslocado do sentido da disputa anterior vivida no Brasil. Aqui, eles foram expulsos da terra por não servirem aos propósitos que os novos empreendedores destinavam a elas. Esses brasileiros foram expulsos, também, por não se enquadrarem no projeto implementado pelas elites, com a ajuda do Estado de seu próprio país. Eram brasileiros sendo expulsos e excluídos da produção por outros brasileiros que não lhes reconheciam a condição de existência e não os incluíam em seus planos futuros. Essa situação apresentava, inclusive, uma questão que é muito presente em nossa história, qual seja: a economia praticamente anulando a sociedade nacional. Subjugando-a e moldando-a a seus interesses.

O que causa mais estranheza no caso desses brasileiros expulsos é o fato de que a partir dos anos noventa, na Bolívia, eles vão sofrer novo processo de expulsão-

exclusão, dessa vez motivado por outra relação, a do Estado com as elites. Com o advento dos bons negócios gerados a partir das exportações de madeiras, a ampliação dos conflitos internos na Bolívia, motivados pelas demissões e retorno do controle das minas para as empresas estrangeiras e a conseqüente ação do governo boliviano para contorná-lo, a história dos brasileiros que lá viviam, vai registrar nova tragédia. O loteamento de terras promovido pelo governo boliviano com vistas a assentar os seus “sem-terras”, acompanhado da alegação constitucional de que as áreas de fronteiras, num raio de cinquenta quilômetros, não podem ser ocupadas por estrangeiros, ocasionará uma mexida geral no regime de ocupação implementado pelos brasileiros que haviam povoado essa região fronteiriça.

Alegando princípios constitucionais e direitos pátrios os bolivianos recém chegados à região de fronteira vão assumindo paulatinamente os espaços territoriais e confinando os brasileiros a uma situação de sitiados. Quando adotam a extração de madeiras como atividade prioritária, os bolivianos concordam em usar a mão de obra dos trabalhadores brasileiros, como peões de derrubada. Porém, quando se colocam como agricultores ou coletores de castanhas, não há perspectivas de divisão do espaço porque estariam alimentando um concorrente.

Fica perceptível, assim, o afloramento de um determinado poder, que é argüido como direito pátrio, pelos bolivianos, nos permitindo compreender o profundo paradoxo em que estão enredados esses seringueiros brasileiros. No lado da sua Pátria, foram considerados símbolos do atraso, contrários à modernização e foram excluídos do processo produtivo e expulsos do país. No outro lado da fronteira, para onde emigraram o Estado boliviano, também, os identifica como entrave ao seu desenvolvimento e, principalmente, os vê como intrusos e indesejáveis. Porém, o aspecto mais perverso dessa situação reside no fato da exclusão também ser adotada pelos trabalhadores bolivianos, haja vista que eles são tão vítimas e são tão expropriados e explorados pelas elites e Estado em seu país, quanto o são os seringueiros que eles estão a espezinhar.

Jogando uns trabalhadores contra outros, mesmo considerando os aspectos do nacionalismo, o Estado e as elites dominantes vão imprimindo uma configuração favorável à garantia de seus interesses. Nesse contexto, as disputas entre trabalhadores escondem o grau de exploração a que ambos estão submetidos. Então o processo de

ocupação de terras e seu conseqüente amansamento e incorporação pelas elites ganha novo curso. Seu resultado mais imediato é promover seres humanos a uma situação de sobrança, isto é, famílias e mais famílias que não dispõem de terras para trabalhar e garantir, minimamente, seu sustento. O cativo da terra, seja ele promovido pelos Estados-Nacionais, por empresas, ou por indivíduos, gera o expurgo e o desenraizamento.

Os trabalhadores bolivianos sobranças nas suas áreas de origem, excluídos e expulsos de suas terras ancestrais, cumprem então o papel de aprisionar as terras que estavam como devolutas e passíveis de ocupação, inclusive, por indivíduos de outros países, como foi o caso dos seringueiros e seringalistas brasileiros. O que é importante registrar nesse caso é a simbiótica relação entre Estado e indivíduo, onde o governo boliviano desvia o foco de sua ação coercitiva para uma ação difusa de sujeitos que reclamam em seu nome e de seu país, a legitimidade de posse da terra que a Nação lhes permite.

Como os seringueiros brasileiros, em sua maioria, não eram proprietários, mas, simples ocupantes, não há como buscar possíveis direitos. Nesse caso, a linha de fronteira que não impedia sua entrada quando o Estado boliviano não dispunha de condições de ocupar as áreas agora reivindicadas, passarão servir como justificativa para o estabelecimento de limites (fronteiras), os quais eles não poderiam ter ultrapassado.

A recorrência ao direito internacional de preservação das fronteiras acompanhou o ritmo das possibilidades de uso mais lucrativo da terra. Enquanto a cobrança da estrangeira era a única fonte de lucros, provenientes da exploração do látex, da castanha e da residência, os seringueiros brasileiros foram suportados no território boliviano. Porém, quando esse mesmo Estado e suas elites perceberam possibilidades mais lucrativas, como a exploração da madeira e incorporação dessas terras para garantir as terras mansas para os grandes proprietários, não titubearam na ação de limpeza territorial, obviamente, utilizando o farto recurso de massas despossuídas e excluídas em seu próprio território para consolidar seus objetivos. Trabalhadores contra trabalhadores, a velha fórmula sempre atual para garantir a sobrevivência dos grandes proprietários, embora o nacionalismo tenha sido o ingrediente ideológico, um meio interessante de disfarçar outros interesses. É possível, também, nesse caso, perceber com mais nitidez, as permeabilidades da ideologia

nacionalista fazendo uma interação entre os trabalhadores e as elites dirigentes, como se todos fizessem parte de um único projeto e tivessem os mesmos objetivos.

3.3 - OS RESIDENTES RESISTENTES E OS CONFLITOS COM OS EX-RESIDENTES RETORNADOS DA BOLÍVIA.

O processo de limpeza de terras, que se desenvolveu nos seringais acreanos, principalmente nas áreas dos municípios de Brasiléia, Xapuri e Assis Brasil, promovida pelos “paulistas”, na década de setenta, não produziram um único panorama, como por muito tempo se pensou. Além do mais visível, inicialmente, que foi a expulsão violenta de milhares de seringueiros de suas antigas áreas de residência, desenvolveram-se, também, movimentos de resistência de outros grupos desses mesmos seringueiros, que tinham como objetivos prioritários, a permanência na terra e assegurar a reprodução de seus modos de vida tradicionais. Esses movimentos de resistência desenvolvidos pelos seringueiros passaram a serem conhecidos na região como “Empates”.

Serão esses “Empates”, que com a ajuda da Igreja Católica, da Contag, de militantes de esquerda e, posteriormente, de grupos ambientalistas articulados nas Organizações Não Governamentais (ONGs), que irão desenvolver um quadro de matizes bem diferentes dos pensados pelo Estado e as elites oriundas do centro-sul do Brasil. Os “empates”, inicialmente e, depois os conceitos de Reservas Extrativistas, fincaram uma cunha poderosa no pensamento que planejava transformar todo o Acre num grande campo de criação de gado.

No período mais latente dos conflitos, que vai de 1970 a 1985, é insofismável que houve uma deterioração dos modos de vida dos povos que se articulavam na região, isso levou muitas famílias a se refugiarem em território boliviano, buscando não só sair das áreas de litígio, como também, estabelecer uma melhor condição de vida para seus familiares.

Esse fator funcionará mais tarde como elemento gerador de conflitos entre os que permaneceram e conquistaram o direito de permanência na terra e os que saíram e, posteriormente, buscaram re-alocarem-se, nesse mesmo espaço. Esse conflito se dará em função do não reconhecimento pelos que permaneceram, de direitos aos que saíram em função dos conflitos que se registravam a época.

O conflito entre os residentes resistentes e os ex-residentes retornados da Bolívia, não é, contudo, um conflito aberto. Há, inclusive, divergências entre as posições

adotadas pelos STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), as cooperativas de moradores da Reserva Extrativista “Chico Mendes” e, mesmo do CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros). Nenhuma das partes costuma assumir publicamente uma postura de discordância com o assentamento dos retornados, mas, é possível identificar várias formas de dificultar o acesso a terra, principalmente, por alegarem que os retornados não desenvolveram o mesmo sentido de convivência com a floresta que os residentes resistentes. José Maria Aquino, dirigente do Conselho Nacional dos Seringueiros, entende que os seringueiros que passaram para a Bolívia no momento dos conflitos, não conseguem ter a mesma postura dos que o viveram, segundo ele:

Existe seringueiros que defendem a natureza por si próprio, já tem aquela coisa dentro dele. E tem aqueles que o destino é detonar, acabar com tudo, então acho que esse espírito do lado dos companheiros que estão lá do lado da Bolívia não existe muito, porque eles não conhecem a luta. Eles saíram daqui quando tava iniciando essa briga toda. Então eles não conheceram o trabalho que causou a morte do Chico Mendes e vários companheiros, então eles não sentem muito isso na pele, não é que nem o cara que ta lá na “Chico Mendes” (Reserva Extrativista), que iniciou a luta até o final e hoje ta lá dentro, então se sente mais responsável. (AQUINO, J. M., jun, 2001).

A forma da abordagem expressa pelo líder do Conselho Nacional dos Seringueiros, intencionalmente, busca direcionar seu posicionamento para a questão ecológico-ambiental, isto é, valorizando um certo aprendizado de noções de preservação ambiental e de respeito à ecologia que seria característica dos seringueiros que militaram nos “Empates”, diferenciando-o dos outros que não dispõem desse requisito. Contudo, é possível notar também, um resquício de mágoa, uma espécie de preocupação mesmo, quando faz referência aos seringueiros retornados da Bolívia. Para alguns líderes do CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), os seringueiros que partiram para a Bolívia não tiveram uma atitude de grandeza, como a que eles tiveram, isto é, não tiveram coragem de lutar pelo seu espaço como eles lutaram.

Essa componente ecológico-ambiental que faz parte atualmente, dos discursos da maioria dos militantes dos sindicatos rurais dessa área, não existia nos

primeiros momentos dos conflitos, ela foi sendo agregada a partir do momento em que as outras forças participantes do processo foram se envolvendo no contexto das disputas. O que havia de debate nesse sentido anteriormente, estava relacionado à preservação das árvores produtoras do látex, as seringueiras. Essa preocupação tinha surgido desde o primeiro surto da borracha no final do século XIX e início do século XX, quando foi identificado que determinadas formas de corte reduziam drasticamente a produção, ou matavam as árvores. Então, os seringueiros mais experientes, ou mesmo alguns patrões, faziam recomendações aos seringueiros recém chegados para adotarem determinado tipo de corte, com o intuito de preservar a árvore. Outras preocupações, como a caça e a pesca predatória dificilmente eram identificadas como elemento inibidor da ação dos seringueiros, ou dos patrões que comumente promoviam a caça com a utilização de cães, o que causava um forte impacto de redução em toda a fauna da região. Portanto, entendo como necessário acrescentar essas informações, para não cairmos no vazio das afirmações de que há uma consciência preservacionista intrínseca ao seringueiro, que o transforma em uma espécie de “guardião da floresta”, como alguns pesquisadores e mesmo, sindicalistas e ecologistas querem afirmar.

É por isso que, vista como área de preservação, a Reserva Extrativista “Chico Mendes”, dispõe, hoje de poucas “colocações” disponíveis para ocupação e como elas se localizam em áreas de difícil acesso os seringueiros retornados têm rejeitado, reiteradamente, seu deslocamento para essas áreas, pois como é tradicional, eles preferem ocupar regiões próximas a calha dos rios ou de estradas, para escoarem com mais facilidade sua produção, ou ainda, para terem acesso mais fácil aos serviços médicos oferecidos nas cidades, nos casos de necessidades. Segundo Aquino:

O problema é que na Reserva, não é só chegar e ir colocando o cara lá. Na reserva existe lei, existe o chamado plano de utilização, é lei dela, então tem que ser aquilo. Então nós não vamos pegar o cara que tá lá na Bolívia, que o tempo que ele ficou lá foi só desmatar e criar gado e pegar e colocar o cara na “Chico Mendes” que ele vai fazer a mesma coisa, pois ele já tem outra metodologia. Então a “Chico Mendes” oferece pouca condição. Hoje tem uns dados que tem no máximo 300 colocações desocupadas. Então são essas que a gente pode disponibilizar para esse pessoal. Agora aqueles que vão para lá com a intenção de viver do extrativismo é uma coisa,

mas aqueles que vão para lá querer viver de colônia, de criar gado, esse tipo de coisa, vamos ter que encontrar outro local para eles. (AQUINO, J. M., jun., 2001).

As declarações deste dirigente demonstram a existência de um conjunto de situações impeditivas para a ocupação das áreas da Reserva Extrativista pelos seringueiros retornados da Bolívia. Em primeiro lugar, a alegação de que eles estavam trabalhando com outras atividades, como a agricultura e a criação de gado, atividades estas, tidas como incompatíveis com as regras da Reserva, onde a prioridade deve ser o extrativismo econômico-ecológico. Em segundo lugar, ele aponta a limitação espacial, visto que resta apenas cerca de trezentas colocações sem ocupação, que seriam insuficientes para alojar milhares de famílias que estão buscando os sindicatos, as cooperativas e, mesmo o Conselho Nacional dos Seringueiros, para garantir seu deslocamento de volta ao Brasil. Alega, por fim, que as colocações que não estão ocupadas, são espaços de difícil acesso e muito distantes, o que as torna nada atrativas.

Contrastando com as opiniões do CNS, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, vem tentando garantir melhor acompanhamento para os trabalhadores retornados, mas as disputas políticas entre as correntes que dirigem as três entidades mais importantes naquela região, ou seja, os dirigentes do CNS, do STR – Brasília e das Associações de Moradores da Reserva Extrativista, entre elas a AMOREB (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista “Chico Mendes” de Brasília), a AMOREX (Associação dos Moradores da Reserva “Chico Mendes” de Xapuri) e a AMOREAB (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista “Chico Mendes” de Assis Brasil), não tem conseguido falar a mesma língua. Uma série de desentendimentos entre eles tem dificultado os assentamentos dos seringueiros retornados, porque com os desentendimentos entre os líderes, esses trabalhadores ficam desorientados e sem saber a quem recorrer.

Um aspecto perverso, contudo, é preciso explicitar. Em nome das regras de ocupação da Reserva Extrativista, os seringueiros retornados da Bolívia tem sido visto como um problema que segundo alguns líderes do movimento, são casos que só a Polícia Federal ou o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), poderiam resolver. Perguntado como seria tratado o caso de alguns trabalhadores que não tinham

características de extrativistas, que estavam ocupando áreas da Reserva, o presidente do STR – Brasília, Rosildo Freitas, respondeu:

Isso é uma questão que nós teremos que resolver com a justiça. A Polícia Federal terá que ir lá tirar essas pessoas. Inclusive na Assembléia que nós tivemos agora, nós elegemos um Regimento Interno da Comissão de Proteção da Reserva, que é mais recurso para poder amparar. E outra coisa que está dando muito problema também, é a questão dos perímetros da Reserva, pois ela em alguns cantos é delimitada, isto é, é dividida por um igarapé, tem canto que não tem mais o pico. Essa é uma das coisas que a gente identificou que dá muita invasão. (FREITAS, R. de., jun, 2001).

O entendimento sedimentado em quase todas as bases de atuação dos militantes dos Sindicatos, das Associações de Moradores da Reserva e do Conselho Nacional dos Seringueiros dessa base preservacionista, cria uma situação ainda mais grave para os seringueiros retornados, pois no espaço territorial boliviano a atuação de sindicatos e outras entidades ambientais ainda é incipiente, praticamente não influenciando em seus modos de vidas. Na Bolívia também não há, especialmente, nessa área de fronteira, muitas entidades que atuem no sentido de ir introduzindo idéias preservacionistas, muito pelo contrário, lá os empresários estão investindo alto na exploração madeireira, sem envolverem-se em grandes embates com entidades ambientalistas, enquanto que no Brasil, principalmente nessa área, não só os sindicatos e entidades ambientalistas são fortes e atuantes, como estão tentando impedir a ocupação territorial “desordenada”.

Esses novos patamares de relações que estão em formação, seja pela articulação de uma nova economia, de uma nova relação política, de uma nova sociedade regional, ou mesmo de uma nova cultura para esses atores locais, nos dão uma única certeza, eles foram atravessados por conceitos exógenos que só a médio prazo, poderemos mediar com mais acuidade seus resultados. Por ora, não nos é possível ainda, estabelecer uma análise que aponte indícios mais substanciais de que rumos eles tomarão, que soluções apontarão para os problemas ora vivenciados.

Um dos únicos aspectos que podemos enunciar é que os conflitos da década de setenta que opunham seringueiros e “paulistas”, causando graves desajustes na forma de

vida dos primeiros foi, paulatinamente, sendo substituído por outro. O quadro expresso na década de noventa, nos permite apreciar modalidades diferenciadas desse novo conflito que opõe seringueiros, castanheiros, posseiros e pequenos produtores, uns contra os outros, sem esquecer que os fazendeiros “paulistas” ainda não saíram completamente da cena político-econômica da região.

Por fim, cabe apontar que no contexto dos anos noventa, o papel do Estado-Nacional, não só na região, mas em todo o país, vêm sofrendo alterações que impactaram as ações aqui pretendidas pelas elites e pela sociedade em geral, pois em vez de encorajar o desenvolvimento da pecuária, da agroindústria, da agricultura que é o desejo das elites, ou prover serviços públicos elementares, que é o desejo da sociedade, ele simplesmente abdicou desse papel, adotando a atitude recomendada pelo “Consenso de Washington”, onde sua tarefa principal é promover os difíceis “planos de ajustes estruturais”, deixando, de certa forma órfã, as elites e, completamente à mercê da sorte, os trabalhadores que nessa área de fronteira-ocupação, entre outras carências, sofrem do mal incurável do deslocamento espacial permanente.

3.4 – AS ARTICULAÇÕES DOS EX-RESIDENTES EM BUSCA DE SEUS DIREITOS.

O processo de retorno dos seringueiros brasileiros que estavam e que ainda estão vivendo na Bolívia, consiste numa triste peregrinação. Muitas vezes quando falham as articulações para “arrumar uma colocação” no Brasil, empreendidas por parentes, compadres, ou conhecidos, eles recorrem aos sindicatos, aos órgãos do governo, como o INCRA e, ainda, às associações de moradores da Resex “Chico Mendes”, já que esta incorporou grande parte do território em que eles se articulavam, antes da emigração forçada para dentro do território boliviano. Um editorial do jornal “A GAZETA”, em 04/05/1994, comentava:

(...) É uma situação vergonhosa, para um país com as dimensões continentais do Brasil ver seus cidadãos atravessando a fronteira e mendigarem um pedaço de terra para, numa pátria estranha, garantir o seu sustento, vivendo em condições de escravos. O Acre de modo particular, tem terra em abundância, os projetos de assentamento do INCRA por exemplo, para trazer esses brasileiros de volta. Não é um favor que o governo brasileiro estaria fazendo. É uma obrigação moral, que não pode mais ser postergada. O País e este Estado precisam apagar esta mancha, que atenta contra os mais elementares direitos de cidadania desses brasileiros. Não é possível conviver com uma situação dessas. As autoridades estaduais e federais precisam tomar medidas objetivas para facilitar a volta desses compatriotas. (SERINGUEIROS..., A GAZETA, Rio Branco, 1984, maio, p. 2).

Porém, há outro aspecto paradoxal. O retorno, mesmo considerando a precarização das condições de sobrevivência na Bolívia na década de noventa, não é a primeira alternativa dos seringueiros brasileiros. Muitos depoimentos colhidos no momento das entrevistas sugerem uma luta pela permanência, inclusive, em alguns casos, há um sentimento indisfarçável de que seria de bom alvitre uma intervenção do governo brasileiro para garantir essa permanência. O seringueiro José Pereira da Silva, explica os motivos de sua preocupação atual:

Então a gente acha que nessa parte, para nós lá (na Bolívia) está um assuste, porque de vez em quando aparece uma conversa assim de dizer que eles vão querer expulsar os brasileiros de dentro da Bolívia, então a gente fica preocupado, pois é o canto que a gente vive. Nós tamos vivendo é lá na Bolívia porque não temos condição de vim para o Brasil, porque não temos dinheiro para comprar uma colocação, tombem não tem pra vender, quem tem num quer vender, né? Ai a gente fica assustado nesse sentido que tem essa conversa de que o governo boliviano vai botar os brasileiros de dentro da Bolívia pra fora e tal e tal, ai a gente queria uma segurança qualquer, se por acaso pudesse ficar lá, por exemplo, que nós num pode é vim pro Brasil, porque não tem condições. (SILVA, J. P. da. Jan., 2001).

Outro seringueiro que continua vivendo na Bolívia o senhor Pedro Celestino da Silva, relata suas preocupações:

Por exemplo, nós que mora lá, né? Na Bolívia. Nós vive da borracha e da castanha, claro, vamos dizer assim, para nós ta certo, tudo é difícil lá, pra nós sair da área, por exemplo, pra vir aqui no Brasil, tem que pagar taxa, mas aqui no Brasil ta tudo explorado, por assim dizer, essa área aqui do Brasil pra nós viver da borracha e da castanha, isso aqui não ta dando, do lado de cá não ta dando. E do lado de lá (Bolívia), ainda tá dando, só que nós precisava d'uma segurança na área em que nós vive, porque nós vive da borracha e da castanha. Eu que vivo lá, tenho uma segurança, né? Posso dizer assim que tô mais sossegado no meu lugar, eu trabalho tranquilo, eu posso fazer uma coisa que eu digo aquilo é meu, né? Não venha seu fulano d'acolá dizer, epa! Sai, deixa tudo e vá s'embora, né? Eu preciso ter uma segurança, lá mesmo. (SILVA, P. C. da. Jan., 2001).

Usaremos ainda outra argumentação, dessa feita usada pelo senhor Simão Pedro da Silva, outro brasileiro que vive na Bolívia, onde ele reforça a intenção de permanência, e mais, cobra também uma “segurança”, vejamos a fala:

Nós estamos morando na Bolívia e já temos nossas propriedades, eu o Zezinho aqui (aponta para um amigo que o acompanhava), e muitos outros, já temos casa coberta de brasilit, ajeitamos nossas casinhas, etc., e de momento chega uma pessoa e,

digamos assim, um boliviano, né? E diz vocês não tem direito a nada, tudo aqui é nosso, nós vamos tirar essa madeira aqui, então isso é uma preocupação que nós temos, chegar um dia e nós perder tudo o que nós temos. Esse negócio de vim embora é o seguinte: se eu achasse um lugar no Brasil, que eu passasse pro Brasil, tudo bem poderia voltar, mas acontece que eu não vendo o meu patrimônio lá dentro, entendeu? Eu tenho uns campinhos lá, minha casinha, meu gadinho, é pouquinho, mas tenho, né? Tenho uma casa boa, ainda não ta nem terminada, ainda ta faltando uns arremates. Pra sair, só se eu achasse quem comprasse o que era meu, mas não tenho muitas intenções assim, só se eu pegasse o dinheiro e comprasse uma aqui no Brasil, mas isso é muito difícil. Um dia eu conversei muito com um boliviano que apareceu lá em casa e perguntei se era verdade que eles estavam tirando os brasileiros que moram lá e ele me disse que eles só estão tirando os que moram na beira da carretera, a estrada lá deles, pra colocarem uns “colhas” lá dentro. Essa área aqui (margens do rio Xapuri), eles não vão mexer, porque os que vivem aqui estão servindo para guarnecer, também. Aí ele perguntou se eu tinha algum filho, e eu disse tenho, mas nasceu na Bolívia. Aí ele disse então o senhor registra ele na Bolívia, mas que nós não quer expulsar vocês daqui não. Se a firma comprar isso daqui ela vai indenizar vocês. Só que eu não sei se eles vão querer pagar pelo que vale, né? . (SILVA, S. P., jan., 2001).

O Deputado Estadual do Partido dos Trabalhadores do Acre (PT), Ronald Polanco, que nasceu as Margens do rio Tahuamano no Departamento de Pando – Bolívia e é filho de pai brasileiro e mãe boliviana, afirma, que:

Tanto os seringueiros como o Exército da Bolívia são vítimas do capital externo que entrou no país com a reforma neoliberal. O Estado Nacional boliviano não tem autonomia para decidir onde serão alocados investimentos. Quem decide tudo é o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos bilaterais. Os seringueiros brasileiros estão sendo bodes expiatórios para a vinda do capital externo que visa à exploração dos recursos naturais da Bolívia. Isso tudo deixa o seringueiro sem saída, não tem cidadania brasileira nem boliviana. Isso eu senti na pele. O que está acontecendo em Pando, está acontecendo em toda a América Latina. O capital externo está forçando a exclusão de populações com a convivência de governos e políticos neoliberais. Por isso, defendo a criação de políticas sociais tanto no Brasil,

quanto na Bolívia para assegurar à cidadania das seis mil famílias que se encontram nos seringais da Bolívia. O governo boliviano precisa entender que está lidando com seres humanos e não com os animais que vivem na floresta. (BOLÍVIA REFORÇA..., A GAZETA, Rio Branco, 1985, jun, p. 5).

Os depoimentos apresentados nos permitem identificar algumas ambigüidades, contradições e mesmo controvérsias, no contexto das reações expressas pelos brasileiros que estão ainda vivendo no território boliviano e, mesmo os que estão no lado brasileiro e ocupam posição destacada, como o deputado, por exemplo. Em primeiro lugar podemos destacar a questão das condições de vida, que mesmo pesando as possíveis diferenciações que ocorrem no vasto espaço, é possível identificar que não há uma disposição prioritária de retorno para o Brasil. Os que o fazem, fazem à contra-gosto. Em segundo lugar poderíamos destacar uma certa prosperidade alegada por muito dos entrevistados, expressando que vêem sua condição de vida lá, melhor do que os que vivem aqui e, por fim, essa visão apresentada pelo deputado, que imputa a agentes externos o processo de exclusão implementado pelo governo boliviano, apontando, contudo, para uma solução bilateral, o que não parece ser uma preocupação dos governantes desses dois países.

Mantendo a perspectiva de permanecer na Bolívia, os seringueiros brasileiros, convivem com uma situação não menos paradoxal, quando seus filhos atingem a maioridade, pois as autoridades bolivianas investem pesado no recrutamento para o serviço militar, já que para eles é fundamental formar um contingente militar com alguma experiência de convívio com a selva amazônica, e como não dispõem de muitos jovens nessas condições, investem sobre os brasileiros que estão vivendo em seus territórios.

Por saberem dessa situação os seringueiros brasileiros viajam dias com seus filhos recém nascidos, ou com suas esposas gestantes, até chegarem ao Brasil, onde fazem o registro de seus filhos. São poucas às vezes em que promovem o registro de um filho como boliviano. Todas as vezes que eu perguntava a um entrevistado se ele tinha algum filho boliviano, sempre percebia um certo riso e uma expressão parecida, “que nasceu lá eu tenho, mas registrado nenhum”. Há nesses seringueiros uma espécie de orgulho em ser brasileiro que perpassa qualquer condição de compreensão, pelo menos de nossa parte, pois

mesmo tendo sido cruelmente excluídos de uma vida digna no seu próprio país, preservam um nacionalismo que ultrapassa o de muitos que aqui vivem e trabalham.

Quando permitem que um dos filhos sirva ao exército boliviano, só o fazem com uma condição: a de garantir que as autoridades bolivianas não lhes venham molestar. Algumas vezes tentam, inclusive, registrar as terras em que vivem, em nome do filho que está servindo para garantir a sua posse, mas, até mesmo nesses casos, o governo boliviano já conseguiu intervir, estabelecendo um limite de até 70 hectares para os filhos de brasileiros que serviram ao seu exército.

Essa posição de brasilidade assumida pelos seringueiros contribui para negar uma tese que circula entre alguns dirigentes sindicais e, até nos meios acadêmicos, em classificar os seringueiros deslocados de seu território pátrio, como sendo “brasivianos”, isto é, brasileiros-bolivianos. Todas as argumentações colhidas em depoimentos e entrevistas apontavam para uma negação de laços culturais com os bolivianos, até porque, não existe uma tradição entre os bolivianos, do exercício de trabalhos com o corte da seringa que produzisse uma aproximação pelos traços do trabalho semelhante.

Como traço de semelhança mais significativo dessa configuração política e sócio-econômica o que talvez possamos expressar é a versatilidade do discurso dos dirigentes governamentais. Nessa esfera é ponderável registrar que é possível observar uma certa semelhança. O governo boliviano sempre tentando apresentar uma situação de controle e de normalidade perante as autoridades brasileiras, mas agindo de forma beligerante contra os seringueiros em seus domínios. E, por outro lado, à inoperância do governo brasileiro no sentido de garantir terras para assentar esses brasileiros expatriados, aliada a uma ação de ocupação militar da zona de fronteira, a exemplo do que prega o projeto “Calha Norte”. Obviamente, não podemos inferir que pretendam travar enfrentamentos, mas, é inequívoca a afirmação de que o Brasil mantém uma política de satelização dos vizinhos, o que combina com um certo clamor promovido por alguns meios de comunicação que circulam no Estado do Acre, principalmente os jornais O RIO BRANCO e a “A GAZETA”, sugerindo uma retaliação contra os “selvagens” patrícios que “massacram” nossos compatriotas em seus territórios.

As articulações dos seringueiros em busca de um espaço para sobrevivência, além das adversidades impostas pelas condições sócio-ambientais, têm que ser

administradas, também, no enfrentamento a um adversário nada desprezível, os Estados Nacionais, que com suas posturas eqüidistantes da realidade, promovem mais e maiores estrangulamentos do que situações de resolução dos graves problemas que os atormentam.

Diante de todas essas adversidades os não residentes permanecem na condição de sobranes. Infindo a cada dia que passa uma bola de novos excluídos, que não vêm num curto espaço de tempo, perspectivas de solução para seus problemas. Não fosse a solidariedade de familiares ou conhecidos, que tem estabelecimento na região, certamente já teriam sucumbido à mercê das intempéries sociais e ambientais.

3.5 – AS AÇÕES DAS AUTORIDADES BOLIVIANAS PARA DISCIPLINAR A OCUPAÇÃO DA ÁREA DE FRONTEIRA.

A partir de 1995, o governo central boliviano passa a adotar determinadas atitudes que evidenciam uma reviravolta em sua política de ocupação da sua fronteira amazônica. Os constantes exercícios militares e, principalmente, o assentamento de um grupamento de combatentes de selva em Cobija são os elementos mais perceptíveis dessa nova orientação.

Coincidentemente, é nesse período que se agravam às condições de sobrevivência dos seringueiros brasileiros que vivem nessa região. As declarações de algumas autoridades bolivianas, colhidas pelo jornal “A GAZETA”, em julho de 1995, podem apontar melhor seus objetivos, vejamos o que diz o jornal, referindo-se a passagem do Presidente daquele país, Gonzales Sanches de Louzada, pelo Departamento de Pando, quando de sua visita a cidade de Cobija:

A ocupação pacífica feita por brasileiros ao longo dos anos representam uma ameaça à soberania de Pando, já que alguns desses brasileiros estariam votando em eleições como cidadãos bolivianos. O aumento do efetivo das Forças Armadas na fronteira é para garantir a proteção aos recursos naturais do país que estão sendo explorados por estrangeiros. O Presidente afirmou que ninguém será expulso, mas os estrangeiros que estão vivendo na Bolívia em situação irregular devem deixar o país. (EXÉRCITO BOLIVIANO..., A GAZETA, Rio Branco, 1995, jun, p. 5).

Já o coronel Adrian Zabala Salvatierra, representante do Exército boliviano no Brasil, em entrevista à Rádio Meridional, afirmou que a transferência da 9ª Divisão do Exército boliviano para Cobija, tem um único objetivo: “Combater a miséria, porque o inimigo de minha Nação não é o Brasil nem qualquer outro vizinho”. Mas, na mesma entrevista o coronel também afirma que seu país perdeu a “soberania política e econômica” sobre o Departamento de Pando, junto à fronteira brasileira. Perguntado sobre o plano geral dessa transferência, que ostenta o portentoso nome de: “Recuperar Pando para a Bolívia”, o coronel respondeu assim:

Esse é um problema muito antigo. Há muito tempo essa região no norte da Bolívia, está abandonada. Efetivamente, não estamos exercendo a soberania política e econômica sobre o Departamento de Pando. Mas, note bem: não está havendo uma mobilização de tropas, que acontece em uma situação de guerra, mas apenas uma transferência de uma unidade militar com objetivos exclusivamente pacíficos. (CORONEL DIZ..., A GAZETA, Rio Branco, 1995, jun, p. 5).

O tom dos discursos das autoridades bolivianas, desde as autoridades centrais, até as regionais e locais, têm sido moderados, mas todas reafirmam a necessidade de desocupação de seu território pelos estrangeiros que estão, ilegalmente, ali assentados. Outra notícia publicada no Jornal “A GAZETA” em 18.06.1995, com o título “BOLÍVIA REFORÇA SEGURANÇA EM PANDO”, desmistifica as declarações das autoridades bolivianas de que os brasileiros assentados em seu território não sofreriam retaliações, vejamos uma parte da matéria:

O Exército boliviano já recebeu sinal verde do Departamento de Defesa da Bolívia para reforçar a vigilância na região de Pando, fronteira com o Brasil pelo Estado do Acre. Inicialmente um batalhão de infantaria manterá o controle da fronteira na área, dispondo de um efetivo de cerca de 400 homens adestrados no combate na selva. O general Reynaldo Cáceres, comandante-em-chefe do Exército da Bolívia, declarou nessa semana, em La Paz, que: “o governo do presidente Gonzáles Sanches de Louzada vai privatizar o sistema de segurança das fronteiras”. Em Pando, com a finalidade de controlar a entrada de estrangeiros ilegais, o Exército boliviano vai instalar um Forte Militar, com apoio logístico da Força Aérea, destaca general Cáceres. A entrada ilegal de brasileiros, cada vez maior, no Departamento de Pando, que exploram irregularmente recursos minerais no território boliviano, vem preocupando seriamente as autoridades daquele país. (BOLÍVIA REFORÇA..., A GAZETA, Rio Branco, 1995, jun, p. 5).

Porém, de acordo com o depoimento do Deputado Estadual Ronald Polanco, do Partido dos Trabalhadores (PT) do Acre, são falsas as alegações das autoridades bolivianas, no que diz respeito à intervenção de brasileiros nas eleições daquele país, e mais

ainda, na exploração mineral. Para ele, que conhece bem essa realidade por ter trabalhado na área por vários anos, assessorando o Conselho Nacional dos Seringueiros, essas alegações do Governo boliviano são inverídicas. O deputado que também conhece os seringueiros da região desafia o governo boliviano a “apresentar pelo menos o nome de um brasileiro que tenha sido candidato ou tenha votado nos últimos anos nas eleições da Bolívia”. (SERINGUEIROS VIVEM..., A GAZETA, 1995, jun, p, 6). Para Polanco a presença dos militares bolivianos nessa área tem como único objetivo, garantir condições de assentamento do capital estrangeiro, e não de garantir a Soberania da Bolívia. Ainda segundo ele: tanto o povo nativo de Pando, como os brasileiros que ali vivem, estão sendo enganados.

Os argumentos das autoridades bolivianas podem ser encarados como infundados, mas as conseqüências de suas ações, ações fundadas nesses argumentos, são reais e afetam de forma inapelável as condições de vida dos seringueiros brasileiros que ali vivem e trabalham. Sejam os princípios constitucionais, que impedem a propriedade territorial nas áreas de fronteiras por estrangeiros, sejam as alegações de interferência nas eleições do país, ou mesmo alegações de que as lavras de garimpeiros estão causando danos ambientais, todas elas serviriam para justificar a expulsão dos seringueiros brasileiros. A única atitude que não se justifica é a omissão de nossos governantes em não buscar uma solução aqui mesmo no Brasil para esse problema que não é e nunca deveria ter sido objeto de intervenção do governo boliviano.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propomos a realizar um trabalho na tentativa de historiar um determinado período, onde a maioria das personagens participantes estão vivas e, direta ou indiretamente, atuando para mudar as condições de vida desfavoráveis com que momentaneamente se embatem, devemos estar ainda mais atentos do que outros pesquisadores que trabalham com documentos mais antigos, já formatados.

O fato de propormo-nos a trabalhar com os seringueiros da e na fronteira do Brasil com a Bolívia e na fronteira de uma nova formação sócio-econômica, não só é provocante, como também, limitante. Não é fácil perceber as dobras, as reentrâncias e as desconcertantes descobertas que os seringueiros de uma mesma geração foram experimentando e não se envolver de forma mais militante com elas. Até por ter sido, por quase dez anos, um dos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores – CUT no Estado do Acre, e ter convivido com muitos dos sindicalistas que atuaram e continuam atuando no seio do movimento sindical rural dos municípios em estudo, tive a oportunidade de perceber suas metamorfoses e as mudanças políticas que serviram de base para a reorientação das políticas implementadas por esses mesmos sindicatos e pelos mesmos sindicalistas, algumas vezes em favor e outras contra sua própria base.

As mudanças mais significativas são as que desvincularam os sindicatos de suas políticas de defesa do homem, para uma política de defesa do meio ambiente, vestindo confortavelmente a camisa da defesa da ecologia e em nome dela relegando os seringueiros a um segundo plano. Sei que essas afirmativas são complexas, talvez idiossincráticas e, certamente, desagradarão boa parte de meus companheiro(a)s sindicalistas, mas não as faço com o intuito de imprimir verdades irrepreensíveis. Todavia, o fato de ter observado as dificuldades de assentamento dos seringueiros brasileiros que foram expulsos da Bolívia, na Reserva Extrativista “Chico Mendes”, não me deixam alternativas, pelo menos neste momento.

Vale lembrar que as formulações originárias dos “Empates” tinham como pano de fundo a defesa do meio para preservar o homem que ali articulava seu modo de vida: o fim era o homem. Impedir as derrubadas das seringueiras e das castanheiras,

principalmente, eram os motivos mais sólidos para mobilizações espetaculares desses trabalhadores da floresta, analfabetos em sua maioria, mas que tinham apreendido o valor dessas árvores e, também das outras, para sua sobrevivência. O enfrentamento inicial não respondia a motivações presevacionistas, que agora “empatam” os seringueiros sobrantes de ocuparem uma área de terra nos limites da Reserva, porque eles não se compatibilizam com os regimentos criados para mantê-la. Nossos sindicalistas perderam a capacidade de analisar que os regimentos, assim como as leis, devem servir à maioria e não para manter segregações e exclusões. Parece contraditório, mas os mesmos que criticavam as leis do Estado Autoritário, que beneficiava os grandes proprietários, agora fazem uso dela para manter, também, grandes propriedades. (A Reserva Extrativista “Chico Mendes” tem mais de um milhão de hectares).

È ponderável que exista uma gama de argumentos para rechaçar a assertiva acima, por serem os objetivos da reserva totalmente diferentes dos objetivos das outras formas de apropriação. Contudo, estamos nos referindo aos resultados. Qual é a diferença em ficar sem terra porque ela pertencia a um patrão seringalista; depois passou a pertencer a um patrão fazendeiro e ficar sem terra porque ela passou a fazer parte de uma reserva extrativista, que embora tenha uma administração coletiva, também estabelece bloqueios? É desolador, mas, nos três casos são trabalhadores sobrantes.

Será que fomos também contaminados pelo vírus conservador que tomou conta do mundo após a queda do leste europeu e da fragmentação da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas? Será que não encontramos as brechas necessárias para nos diferenciarmos dessa onda e iniciarmos uma reorganização possível, baseada na inclusão e não contrária a ela? Será que entramos naquele estágio histórico anunciado por Hegel, onde ele observa que imediatamente antes que surja algo novo, o antigo estado recupera a sua essência originária, na sua totalidade simples, ultrapassando todas as diferenças que abandonara enquanto era viável?

O espaço territorial habitado pelos seringueiros, num curto espaço de tempo, cerca de trinta anos, passou por metamorfoses substanciais: saiu das mãos dos patrões seringalistas para as mãos de fazendeiros “paulistas” e depois para as Reservas Extrativistas, em todos os casos promoveu exclusão social. Nossa tarefa mais imediata agora é pensarmos quanto tempo durará essa atual situação, haja vista que os dirigentes das

Associações de Moradores da Reserva Extrativista “Chico Mendes”, por exemplo, projetam planos de aplicação do neo-extrativismo, fazendo experiências com as “ilhas de alta produtividade”, com o manejo compensado, etc., que suscitam uma utilização mais demorada dessas áreas. Não estamos utilizando nenhuma categoria de vidência, mas baseando-nos na velocidade das metamorfoses desses espaços territoriais nos últimos trinta anos, seria pertinente pensarmos em possibilidades de outras utilizações para não perdermos o que para muitos significou e significa uma grande conquista: a vida dos seringueiros, castanheiros, posseiros, ribeirinhos, pequenos produtores e todos os que de acordo com suas possibilidades lutaram mais ou menos, para se manterem na região.

É inegável que as lutas dos seringueiros, através dos “empates”, das organizações religiosas, sindicais, partidos políticos e organizações não-governamentais produziu uma formação econômico-social bem diferente da que as elites e o Estado Nacional haviam planejado, mas, essa luta ainda não terminou. A criação da Reserva Extrativista não deixa de ser um tipo de reforma agrária, diferente da forma tradicional dos loteamentos, mas, não está devidamente sincronizada com as formas de vida aqui desenvolvidas. E, existe ainda um aspecto muito importante que se deve considerar em qualquer análise dessa nova forma de aprisionamento da terra. Paula (1991), aponta em uma de suas conclusões que não há incompatibilidade entre o funcionamento das reservas extrativistas e o modo capitalista de produção. Se isto é verdade (e nós achamos que é), onde reside a novidade dessa nova forma de cativeiro da terra?

A substituição do papel preponderante dos sindicatos, como organizador das lutas e ações dos seringueiros nos primeiros momentos dos embates com os fazendeiros sulistas pelas Associações de Moradores da Reserva Extrativista “Chico Mendes”, ou pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, demonstram bem a existência de variações não consensuais das concepções acerca da administração dessas áreas. O grande problema que identificamos, contudo, é que as divergências se dão, também, no campo das relações pessoais. Existe uma certa disputa pelo poder de influenciar, de representar, que se diferencia substancialmente de uma disputa ideológica da forma de apropriação da terra e das relações dessa terra com a região e o mundo.

É desconcertante o isolamento político ou, melhor dizendo, o direcionamento para uma visão muito compartimentada do relacionamento do local com o

regional e o mundial. O novo extrativismo que vem sendo implementado na Resex “Chico Mendes” visa uma interlocução apenas com alguns setores de comunidades internacionais, principalmente, italianos, franceses e alemães, ligados as causas ambientais. Desenvolve-se daí um ajuste bem ao modo de atuar das Ongs, que privilegiam as partes em detrimento do todo. Milton Santos (1997, p. 96-97), falando sobre as imbricações do externo e do interno, pondera:

Cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores. As variáveis externas se internalizam, incorporando-se à escala local. Até o momento no qual impactam sobre o lugar são externas, mas o processo de espacialização é, também, um processo de internalização. A realidade do externo depende, todavia, do interno. Nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la. A presença local de certas condições aparece, pois, como indispensável à internalização de fatos externos. Dessa forma, as variáveis externas, num momento dado, não podem inserir-se em todos os lugares. (...) A internalização do externo não se dá de forma arbitrária, mas em lugares específicos, onde pode combinar-se as variáveis internas com as externas. A combinação entre o externo e o interno depende de uma articulação entre essas diferentes variáveis, e daí cria-se um novo precipitado. Tudo o que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define um lugar é, exatamente, uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que formam um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, interna; e as novas, que se vão internalizar.

Ao observarmos com mais acuidade a situação exposta é perceptível que está faltando aos movimentos ligados a luta dos seringueiros, tanto os residentes, quanto os não residentes retornados da Bolívia, perceberem as combinações variáveis dos diferentes tempos e formulações que se articulam nesse espaço. O isolamento do local em relação ao regional representa um virar as costas para o perigo iminente. Achar que pelo simples fato de se ter construído e formatado a idéia de reserva extrativista está garantida uma reprodução permanente de um determinado modo de vida, sugere a internalização de um referencial conceitual minimalizador das grandes lutas travadas num período passado, ainda

bem recente. Como sabemos, o novo nem sempre é desejado pela estrutura dominante, portanto, sua convivência com o “velho”, não é caso encerrado. Pensar que a nova articulação das áreas de reserva se darão exclusivamente com estruturas distantes e, até certo ponto, alheias a nossas realidades, parece uma interpretação não muito pertinente.

Tentar reconstruir o tradicional modo de vida (extrativista), estranhando os antigos aliados não parece ser uma solução que esteja enraizada nas lutas travadas em conjunto. Alegar que os que atravessaram para a Bolívia, o fizeram por temer a luta não condiz com uma leitura leal da realidade daqueles momentos trágicos, vividos por todos que sofreram os enfrentamentos com os capatazes, os policiais e os fazendeiros, numa situação em que os últimos, num passe de mágica se tornaram donos de suas antigas posses.

Todo o processo que aqui se desenrola é muito incipiente. Como não temos ainda uma base sólida para assentarmos uma crítica mais fundamentada, nos serve como balizador, mais uma vez, o pensamento de Milton Santos (1997, p. 99):

Cada situação é diferente da outra, como já dissemos. Nenhuma situação reproduz outra, mas é sempre composta de pares dialéticos. Só podemos compreender a situação através do movimento. E movimento é outro nome para o tempo. As diversas variáveis têm múltiplas dimensões, apresentam vertentes as mais diversas. Uma mesma variável apresenta o novo e o velho, existe nela uma luta contínua entre esses dois agentes. Muitas vezes, o novo expulsa logo o velho, às vezes resiste por muito tempo. Esta resistência não depende só de dessa variável velha, mas do conjunto das variáveis, da combinação e relação que existem entre elas. É esta relação contextual que vai estabelecer como se dará a luta entre o novo e o velho. Aliás, o novo não é obrigatoriamente o interno, nem obrigatoriamente o externo, nem todo o externo é o novo absoluto.

Sendo assim realmente, é preciso traçar as diferenças mesmo, dos conceitos usados pelos novos agentes que se entrelaçam nesse espaço territorial da Reserva Extrativista e suas regiões adjacentes. Será preciso testar a validade dos neo-extrativismos, das novas formas de posse compartilhada da terra, das novas orientações ambientais, principalmente no que diz respeito à utilização do solo, da vida animal e da vegetação,

relacionando-a com a necessária inclusão do homem como elemento inevitável e indispensável nessa nova equação da rearticulação sócio-econômica e sócio-cultural que se está a buscar.

De pouco adianta estabelecer novos conceitos, novas denominações para a continuidade de velhas práticas. Atualmente os povos que habitam a área da Reserva Extrativista “Chico Mendes”, estão tentando introduzir uma nova construção referencial para sua própria designação. Tratam-se como “povos da floresta” e não mais como seringueiros, castanheiros, pequenos produtores, ribeirinhos, caçadores, pescadores, etc., vêem-se como diferentes daqueles. Não temos como e porque caracterizar como incorreta ou correta essa atitude, simplesmente não vislumbramos onde e em que aspectos ela pode contribuir para a gestação de uma nova modalidade de relacionamento sócio-cultural, ou mesmo político-econômico, que ajude a mudar a lógica da exclusão que tem marcado indelevelmente essa população ao longo dos anos.

Aliás, o discurso vigente entre as antigas e as novas lideranças dos movimentos desses “povos da floresta” está vinculado a uma proposta de desenvolvimento sustentável, que tenta se distanciar dos problemas políticos que discutem a insustentabilidade do subdesenvolvimento. Não vemos essa atitude como uma atitude que não possa ser testada. O que criticamos é a forma de descolamento da realidade em que ela se inspira, pois introjeta uma espécie de inversão no entendimento do conceito de interdependência e, principalmente, por querer impor uma idéia de que o desenvolvimento sustentável é uma meta de todas as nações e quem estiver fora desses objetivos estará excluído do processo de desenvolvimento. É o velho mito do desenvolvimento, usado como remédio polivalente, que cura todos os males da sociedade.

Durante todo o desenvolvimento deste trabalho tentamos mostramos que a dinâmica da sociedade local é fator preponderante nas articulações dos modos de vida que aqui se desenvolveram. São articulações que assimilam e repelem aspectos das dinâmicas externas, não sendo totalmente dirigidas por elas. Não cabe, pois, fazer afirmações de que as influências do capitalismo são menores, porque vige aqui um tipo de economia informal, como não cabe também afirmar que todos os desígnios do capitalismo foram aplicados sem resistência.

O que é possível perceber é que o próprio retorno dos seringueiros brasileiros da Bolívia para a mesma região de onde tinha emigrado reflete uma busca de inserção num processo inconcluso e de difícil prognóstico para os seus resultados.

A constatação de um quadro que reflete complexidade, contudo, não deve ser vista como elemento desestimulador para o aprofundamento deste estudo, pelo contrário, sua apreensão deve servir como razão potente e efetivamente vigorosa na busca de novos horizontes para a organização desses trabalhadores que teimam na permanência, que teimam em reproduzir no seu local de residência, um modo de vida que não desiste da sua tradição, até mesmo quando nesse tencionamento, promove conflitos com seus antigos aliados.

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M de. Os “Maus Costumes” de Foucault. IN. PÓS-HISTÓRIA. Assis, 1998.

ANDERSON, Perry. O fim da História - De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1994.

_____. As Origens Da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1999.

ARRIGHI, G. O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo. São Paulo. Ed. UNESP, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. Em Busca da Política. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. Ética Pós – Moderna. São Paulo. Paulus, 1997.

_____. Globalização: As Consequências Humanas. Rio de Janeiro, 1998.

_____. O Mal – Estar da Pós – Modernidade. Rio de Janeiro, 1997.

BLACKBURN, Robin. (Org.). Depois da Queda. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

BURKE, Peter. (Org.). A Escrita da História. São Paulo, UNESPE, 1992.

CALVO, Hernando e DECLERQ, Katlijn. Peru Los Senderos posibles. Tafalla, 1994.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). Globalização e Socialismo. São Paulo. Xamã, 1997.

CHOMSKY, Noam. Ano 501 - A Conquista Continua. São Paulo, Scritta, 1993.

_____. Novas e Velhas Ordens Mundiais. São Paulo. Scritta, 1996.

_____. A Luta de Classes. São Paulo. Scritta, 1998.

CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza: Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo, Moderna, 1999.

CUNHA, Euclides da. A Margem da História. Brasília, Cultrix: Instituto Nacional do Livro, 1975.

DA SILVA, Adalberto F. Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre. Dissertação de Mestrado na UFMG, 1982.

DA SILVA, José G. e STOLKER, V. (Org.). A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981

DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo. Brasiliense, 1998.

D'INCAO A. M. & SILVEIRA I. M. A Amazônia e a Crise da Modernização. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DORATIOTO, Fco. Espaços Nacionais na América Latina. São Paulo, Difel, 1994.

DOSSE, François. A História em Migalhas. Campinas. EDUNICAMP, 1992.

DUPAS, Gilberto. Ética e Poder na Sociedade da Informação. São Paulo. Ed. UNESP, 2000.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1976.

FUKUYAMA, F. O Fim da História e o Último Homem. São Paulo, Rocco, 1992.

GALEANO, Eduardo. De Pernas Pro Ar: A Escola do Mundo ao Avesso. Porto Alegre, L&PM, 1999.

GORENDER, Jacob. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

HALL, Stuart. Notas Sobre La Desconstrucion De “Lo Popular”. In. SAMUEL, Raphael. História Popular y Teoria Socialista. Barcelona. Grijalbo, 1989.

_____. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

HELLER, A. et al. A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios Para o Século XXI. Rio de Janeiro, Contraponto – Corecon, 2000.

HOBELINCK, Henck. Biotecnologia - Muito Além da Revolução Verde. Porto Alegre, Riocell, 1990.

HOBBSAWN, Eric. J. A Era dos Extremos: O Breve Século XX - 1914 - 1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

_____. Sobre História. São Paulo. Cia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo. Martins Fontes, 1992.

IANNI. Octávio. A Era do Globalismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997.

- _____. A Sociedade Global. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.
- LEFORT, Bernard. Sobre o Fim da História. Rio de Janeiro. Vozes, 1994.
- LENIN, V. I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo, Global, 1988.
- MARTINS, José de S. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”. São Paulo, Hucitec, 1986.
- _____. Fronteira: A Degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e Suas Consequências Para o Vale Amazônico. Rio Branco, UFAC, 1988.
- MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- _____ & ENGELS, F. O Manifesto Comunista.
- MONTENEGRO, A. T. História Oral e Memória. São Paulo. Contexto, 1992.
- PETRAS, James. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau, Ed. da FURB, 1999.
- ORTIZ, Renato. Um Outro Território: Ensaio Sobre a Mundialização. São Paulo, Olho d’água, 1999.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender Um Pouquinho. Algumas Reflexões Sobre A Ética Na História Oral. In. Projeto História, São Paulo, (15), 1997.
- PINTO, Nelson P. Alves. Política da Borracha no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1984.
- REICHEL, H. J. & GUTFRIEND, I. Guerras e Fronteiras no Prata. São Paulo, 1995.
- REIS, Arthur C. F. A Amazônia e a Cobiça Internacional. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- SADER, Emir. (Org.). O Mundo Depois da Queda. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- _____. As Vozes do Século. São Paulo. Paz e Terra, 1997.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo, Hucitec, 1997.
- _____. Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SANTOS, Laymert Garcia dos. A Encruzilhada da Política Ambiental Brasileira. In. D'INCAO, M. Angela e SILVEIRA, I. Maciel. A Amazônia e a Crise da Modernização. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

SANTOS, Roberto A. de O. História Econômica da Amazônia: 1800-1820. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.

SCHILLING, Voltaire. EUA X América Latina: As Etapas da Dominação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.

SODRÉ, Nelson W. A Farsa do Neoliberalismo. Rio de Janeiro. Graphia Editorial, 1997.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria: Um Planetário de Erros. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978.

VEYNE, Paul. Como se Escreve a História/Foucault Revolucionou a História. Brasília. Ed. UNB, 1978.

CEPAMI, VICARIATO DE PANDO E DIOCESE DE RIO BRANCO. Realidade dos Seringueiros Brasileiros na Bolívia. Rio Branco, 1991.

VIEIRA, Maria do P. De Araújo et al. A Pesquisa em História. São Paulo, Ática. 1991.

WEHLING, Arno. A Invenção da História. Rio de Janeiro. Gama Filho/UFPE, 1994.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1979.

WOOD, Ellen M. & FOSTER, J. Bellamy. Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

PERIÓDICOS:

1 - Jornal o VARADOURO – Foram utilizados os vinte e quatro exemplares. Esse jornal foi editado em Rio Branco - Estado do Acre, no período de maio de 1977 a setembro de 1981, de forma irregular.

2 – Jornal A GAZETA - Jornal diário publicado em Rio branco – Estado do Acre. Utilizei na pesquisa os exemplares relativos aos anos de 1994 e 1995.

2 – Jornal NÓS IRMÃOS – Boletim informativo mensal publicado pela Prelazia do Acre e Purus. Utilizei especialmente os publicados no período compreendido entre os anos de 1975 a 1981.

DOCUMENTAÇÃO ORAL – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUE TIVERAM SEUS DEPOIMENTOS USADOS NA ESCRITA DA DISSERTAÇÃO.

1 – SILVA, Pedro Celestino da. – Seringueiro, 62 anos, recém retornado da Bolívia, buscava colocação no Brasil. Entrevista realizada no município de Xapuri em janeiro de 2001.

2– BARROS, Raimundo Mendes. – Ex – seringueiro, é um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, atualmente é vereador desse município. Morou de forma espontânea na Bolívia na década de sessenta. Depoimento colhido em Xapuri em janeiro de 2001.

3 - SILVA, Francisco Xavier da. – Seringueiro, 56 anos, ainda mora na Bolívia, mas, “se não tiver uma segurança”, pretende voltar para o Brasil. Depoimento concedido em janeiro de 2001, no município de Xapuri.

4 – SILVA, José Pereira da. – Seringueiro, mora do lado boliviano, mas está buscando colocação no Brasil. Depoimento concedido em janeiro de 2001, no município de Xapuri.

5 – SILVA, Raimundo Moraes da. – Seringueiro, 58 anos, mora do lado boliviano e está no Brasil em busca de colocação. Depoimento concedido em janeiro de 2001, no município de Xapuri.

6 – MONTEIRO, Francisco. – O MONTEIRINHO – É sindicalista e músico, morou na Bolívia na década de sessenta. Depoimento concedido em janeiro de 2001.

7 – AQUINO, José Maria. – O BOCA – É sindicalista e dirigente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Depoimento concedido em junho de 2001, no município de Brasília.

8 – SILVA, Simão Pedro da. – Ex-seringueiro, atualmente vive de pequeno comércio e criação de gado. Mora do lado boliviano e não pretende voltar. Depoimento concedido em janeiro de 2001, no município de Xapuri.

9 – SILVA, Bartolomeu Moreira da. – Seringueiro, 67 anos, morou mais de vinte anos na Bolívia e está de volta tentando “arrumar” uma terras para trabalhar no lado Brasileiro. Depoimento concedido em junho de 2001, em Brasiléia.

10 – SILVA, Maria Carolina da. – Seringueira, 58 anos, morou mais de vinte anos na Bolívia e acompanhava o marido em busca de uma terra para trabalharem, de preferência na seringa, mas que tivesse escola perto, tanto para ela como para as filhas aprenderem um pouquinho. Depoimento concedido em junho de 2001, em Brasiléia.

11 – FREITAS, Rosildo Rodrigues de. – É presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, 38 anos e ex-seringueiro.

12 – SOUZA, Francisco Cecílio de. – Depoimento concedido ao autor em 19 de janeiro de 2001. Seu Francisco tinha 66 anos e vive há mais de vinte anos na Bolívia e não quer sair de lá.

OUTRAS PUBLICAÇÕES:

1 – ALEAC – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE – Seringueiros na Bolívia: Acre – Bolívia, Rio Branco, 1994.

